

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

**ROSILDO RAIMUNDO DE BRITO**

**A OPINIÃO NO RISO: UMA ANÁLISE DA  
INTERTEXTUALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA  
SIGNIFICAÇÃO DE CHARGES NA IMPRENSA PARAIBANA**

**CAMPINA GRANDE – PB**  
**2006**

**ROSILDO RAIMUNDO DE BRITO**

**A OPINIÃO NO RISO: UMA ANÁLISE DA  
INTERTEXTUALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA  
SIGNIFICAÇÃO DE CHARGES NA IMPRENSA PARAIBANA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de concentração Educação, Linguagem e Cultura, linha de pesquisa Memória e Discurso.

Orientadora: prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_

**CAMPINA GRANDE – PB  
2006**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

B862o Brito, Rosildo Raimundo de.

A opinião no riso: uma análise da intertextualidade na construção da significação de charges na imprensa paraibana / Rosildo Raimundo de Brito.– Campina Grande: UEPB, 2006.

145f.:il.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba.

1- Lingüística 2. Charge 3. Intertextualidade I-  
Título

22.ed.

CDD 410

ROSILDO RAIMUNDO DE BRITO

**A OPINIÃO NO RISO: UMA ANÁLISE DA  
INTERTEXTUALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA  
SIGNIFICAÇÃO DE CHARGES NA IMPRENSA PARAIBANA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de concentração Educação, Linguagem e Cultura, linha de pesquisa Memória e Discurso.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Profª Drª Maura Penna – Presidente  
(UEPB)**

---

**Profª Drª Denise Lino de Araújo– Membro  
(UFCG)**

---

**Profª Drª Sudha Swarnakar– Membro  
(UEPB)**

*A todos os chargistas paraibanos e demais profissionais que se dedicam à arte de fazer rir sem perder de vista a seriedade que há em tudo.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e a Jesus pela inspiração que me faz seguir sempre em frente.

Aos meus pais por mais esta oportunidade na vida.

À Fernanda, minha amada companheira, pela compreensão, paciência e apoio permanente durante toda esta árdua caminhada.

Ao meu filho Breno, que chegou em minha vida em meio a esta jornada, concedendo-me o maior de todos os títulos com que sempre sonhei, o de pai.

Aos colegas e companheiros de jornada acadêmica, em especial, à Angelina, Ângela, Eliz, Kátia, Juliana e Sanchez, pelos momentos de alegria e “desespero” compartilhados.

Às professoras Cássia Lobão e Gorette Sampaio por me fazerem acreditar na idéia deste trabalho e à professora Denise Lino, pelas importantes contribuições intelectuais.

Ao corpo docente do MICS, em especial às professoras Geralda Medeiros e Sudha Swarnakar, pela presença e apoio constante nesta minha investida acadêmica.

À professora Maura Penna, pela orientação nesta longa e difícil caminhada até aqui.

A Roberto e Camila, em nome de quem agradeço aos funcionários desta instituição que, de algum modo, compartilharam conosco desta experiência.

Aos chargistas Fred e Lila, cujos trabalhos me serviram de inspiração para esta pesquisa.

Aos colegas de redação dos jornais Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba, nas pessoas de Carlos Magno e Bastos Farias, pela ajuda no processo de coleta de dados.

*“Eu me conheço inicialmente através dos outros: deles recebo palavras, formas, tonalidades, para formar uma noção inicial de mim mesmo”.*

*Mikhail Bakhtin*

BRITO, Rosildo Raimundo de. A opinião no riso: uma análise da intertextualidade na construção da significação de charges na imprensa paraibana. 145p., Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade, Campina Grande- PB.

## RESUMO

Considerado como um fenômeno de grande complexidade da vida humana, a significação continua sendo um dos maiores desafios perseguidos por estudiosos da área das ciências da linguagem e da comunicação. Situado no entrecruzar destas duas vertentes teóricas, este trabalho se volta para uma análise acerca do processo de construção da significação da charge jornalística, com o objetivo de verificar a contribuição da intertextualidade neste dinâmico processo, no âmbito da imprensa paraibana. Para isto, a pesquisa se propôs a analisar as charges publicadas nos jornais diários *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*, de julho a outubro de 2005, período este registrado como uma das páginas históricas mais marcantes da vida política brasileira das últimas décadas. Baseado numa perspectiva interdisciplinar, o estudo tem como suporte teórico principal a teoria de dialogismo de Mikhail Bakhtin, utilizando-se ainda de alguns princípios teóricos da Lingüística, em especial da Lingüística Textual, da Análise do Discurso e também da Semiótica. No que diz respeito à natureza do trabalho, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter documental desenvolvida a partir do material coletado, por meio do qual foram realizadas análises descritivas e a interpretação dos dados. Dentre as conclusões, ficou evidenciado que a intertextualidade é um dos principais fenômenos responsáveis pela construção da significação de charges na imprensa paraibana e que esta realidade se processa através de diversas estratégias intertextuais envolvendo a charge e vários tipos de intertextos com os quais esta se relaciona dentro e fora do jornal. Também foi constatado que o processo de interação entre enunciador e enunciatário do texto chárstico está fortemente vinculado a este encadeamento essencialmente dialógico e de caráter intertextual.

Palavras-charve: Charge, significação, intertextualidade.



BRITO, Rosildo Raimundo de. The opinion in the laugh: an analysis of the intertextuality of meanings of cartoons in Paraíba press. 145 p. Paper (Master's Degree). Universidade Estadual da Paraíba, Interdisciplinar Master's Degree in Society Sciences, Campina Grande – PB.

## **ABSTRACT**

Considered a phenomenon of high complexity in human being's life, the meaning process is still one of the biggest challenges pursued by studios from both language and communication areas. Situated in the intercrossing of these two theoretical sources, this work turns to an analysis concerning the construction process of meanings of journalistic cartoons, with the purpose of verifying the contribution of intertextuality to this dynamic process, in the scope of Paraíba press. For this intent, the research turned to the analysis of the cartoons published in *Correio da Paraíba* and *Jornal da Paraíba*, from July to October of 2005, period registered as one of the most significant historical pages of Brazilian politics' life during the last decades. Based on an interdisciplinary perspective, this work has as main theoretical support the dialogue theory of Mikhail Bakhtin, also using some theoretical principles from Linguistics, mainly from Textual Linguistics, Speech Analysis and Semiotics. In what concerns to the nature of this work, it is about a qualitative research, on a documentary character, which was developed from the collected material, through which both descriptive analyses and data interpretation had been carried through. Amongst the conclusions, it was evidenced that intertextuality is one of the main phenomena which are responsible for the construction of meaning of cartoons in Paraíba newspapers, and also that this reality is processed through many different intertextual strategies involving both the cartoon and a series of intertexts with whom it is related within and without the newspaper. We also observed that the interaction process between enunciator and enunciated of the cartooned text is strongly tied to this intertextual and essentially dialogical chaining.

Key-Words: Cartoon, meanings, intertextuality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 - A LINGUAGEM DA CHARGE JORNALÍSTICA</b> .....	19
1.1 A linguagem do humor.....	19
1.2 Caricatura: a linguagem do humor gráfico.....	23
1.2.1 A trajetória da caricatura no Brasil.....	25
1.2.2 O jornalismo caricato e a charge jornalística.....	27
1.3 O texto chárstico: palavra e imagem.....	32
1.3.1 A natureza icônica da charge: a significação através do traço.....	38
<b>CAPÍTULO 2 – INTERTEXTUALIDADE</b> .....	41
2.1 Estudo sobre a intertextualidade.....	41
2.1.1 Intertextualidade, dialogismo e polifonia em Bakhtin.....	46
2.2 Gérard Genette e a teoria da transtextualidade.....	56
2.3 A intertextualidade na construção da significação lingüístico-discursiva.....	59
2.3.1 A ironia e paródia como recursos intertextuais de significação.....	61
2.4 Contexto e significação.....	65
<b>CAPÍTULO 3 – A CHARGE EM DOIS JORNAIS PARAIBANOS</b> .....	69
3.1 <i>O Jornal da Paraíba</i> .....	69
3.1.1 A charge no <i>Jornal da Paraíba</i> .....	70
3.2 <i>O Correio da Paraíba</i> .....	72
3.2.1 A charge no <i>Correio da Paraíba</i> .....	73
3.3 Análise intertextual da charge nos jornais <i>Correio da Paraíba</i> e <i>Jornal da Paraíba</i> .....	74
3.4 Análise das estratégias intertextuais na construção da significação das charges.....	79
3.4.1 As relações intertextuais da charge com textos do próprio jornal.....	81
3.4.2 As relações intertextuais da charge com intertextos da primeira página do jornal.....	82
3.4.3 As relações intertextuais da charge com internos dos cadernos internos....	100
3.4.4 As relações intertextuais da charge com outros textos imagéticos.....	112
3.5 As relações intertextuais da charge com textos fora do jornal.....	119
3.5.1 As relações intertextuais da charge com intertextos de estereótipos personificados .....	120
3.5.2 As relações intertextuais da charge com intertextos de memória social e coletiva .....	125
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	141

## LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Dados gerais sobre as charges pesquisadas (corpus ampliado).....	75
<b>Tabela 2</b> - Classificação das categorias temáticas das charges no <i>Jornal da Paraíba</i> .....	77
<b>Tabela 3</b> - Classificação das categorias temáticas das charges no <i>Correio da Paraíba</i> .....	77
<b>Tabela 4</b> - Classificação das relações intertextuais das charges e os intertextos no <i>Jornal da Paraíba</i> .....	80
<b>Tabela 5</b> - Classificação das relações intertextuais das charges e os intertextos no <i>Correio da Paraíba</i> .....	81

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Charge 1</b> – charge política. Jornal da Paraíba, 12 jul. de 2005.....	84
<b>Texto 1</b> – chamada de primeira página do Jornal da Paraíba, 12 jul 2005.....	84
<b>Charge 2</b> – charge política. Jornal da Paraíba, 13 de ago. 2006.....	87
<b>Texto 2</b> – chamada de primeira página. Jornal da Paraíba, 13 ago. 2005.....	87
<b>Charge 3</b> – charge política. Jornal da Paraíba, 29 out. 2005.....	90
<b>Texto 3</b> – chamada de primeira página do Jornal da Paraíba, 28 de out. 2005.....	90
<b>Charge 4</b> – charge social. Correio da Paraíba, 26 out. 2005.....	93
<b>Texto 4</b> – chamada de primeira página. Correio da Paraíba, 24 out. 2005.....	93
<b>Charge 5</b> – charge social. Correio da Paraíba, 5 ago. 2005.....	96
<b>Texto 5</b> – chamada de primeira página. Correio da Paraíba, 4 ago. 2005.....	96
<b>Charge 6</b> – charge política. Correio da Paraíba, 6 set. 2005.....	99
<b>Texto 6</b> – chamada de primeira página. Correio da Paraíba, 6 set. 2005.....	99
<b>Charge 7</b> – charge social. Jornal da Paraíba, 22 out.2005.....	103
<b>Texto 7</b> – notícia do Jornal da Paraíba, editoria de Política, 21 out.2005.....	103
<b>Charge 8</b> – charge social. Correio da Paraíba, 14 out.2005.....	105
<b>Texto 8</b> – título de notícia do Correio da Paraíba, editoria Cidades, 13 out. 2005....	105
<b>Charge 9</b> – charge política. Jornal da Paraíba, 3 jul. 2005.....	108
<b>Texto 9</b> – notícia do Jornal da Paraíba, editoria de política, 3 jul 2005.....	108
<b>Charge 10</b> – charge política. Correio da Paraíba, 9 set. 2005.....	111
<b>Texto 10</b> – notícia do Correio da Paraíba, editoria Política, 8 set. 2005 .....	111
<b>Charge 11</b> – charge social. Jornal da Paraíba, 27 ago. 2005.....	114
<b>Texto 11</b> – foto-legenda do Jornal da Paraíba, primeira página, 26 ago. 2005.....	114
<b>Charge 12</b> – charge política. Jornal da Paraíba, 13 set. 2005.....	117
<b>Charge 13</b> – charge política. Jornal da Paraíba, 5 out. 2005.....	117
<b>Charge 14</b> – charge política. Jornal da Paraíba, 19 jul. 2005.....	121
<b>Charge 15</b> – charge social. Correio da Paraíba, 30 out. 2005.....	123
<b>Charge 16</b> – charge social. Correio da Paraíba, 25 set. 2005.....	126
<b>Charge 17</b> – charge social. Jornal da Paraíba, 6 out. 2005.....	128



# INTRODUÇÃO

## Introdução

Estudada há séculos por diversas áreas das ciências humanas, a linguagem continua se destacando como um dos fenômenos mais complexos da vida do homem. Esta complexidade está associada diretamente ao caráter heterogêneo e ambivalente desta faculdade através da qual o homem institui as diversas formas de comunicação social. É através da linguagem que os homens se comunicam e interagem uns com os outros e com tudo aquilo que os cerca, estabelecendo, desta maneira, uma relação de significação e de sentido.

Esta prática significativa, por sua vez, revela o caráter sócio-interacionista da linguagem, que se processa de forma concreta através da vinculação estabelecida entre o pensamento, as palavras e as coisas. É através deste elo que o homem se distingue dos outros seres e que interage com o mundo a sua volta. Contudo, apesar de constituir uma prática cotidiana de caráter aparentemente natural, a compreensão entre as pessoas não se dá de maneira automática. Pelo contrário, a prática significativa desenvolvida por meio da linguagem não está sujeita a um automatismo de natureza biológica. Trata-se de um fenômeno de caráter cognitivo e sócio-cultural extremamente difícil como, aliás, ressalta Bakhtin (1999, p. 128), para quem o problema da significação na linguagem é tido como um dos mais árduos no campo das ciências lingüísticas.

Dentro deste prisma, a atenção se volta, em especial, para o fenômeno da significação como “[...] expressão da relação do signo, como realidade isolada, com uma outra realidade, por ela substituível, representável, simbolizável”, conforme define Bakhtin (1999, p. 51). Boa parte desta complexidade está associada diretamente à plurivocidade sógnica, ou seja, ao caráter multissêmico do signo, aspecto este focado pelas diversas disciplinas que tentam dar conta desta problemática, a exemplo da Lingüística, incluindo as diversas correntes teóricas associadas a esta, e a Semiótica que, de acordo com Santaella (2004, p. 76), tem interesse por “[...] todos os tipos possíveis de linguagens, seus modos de significação, de denotação e de informação”.

Neste contexto, os estudos abarcam não apenas o signo verbal, mas também todas as demais formas sógnicas não verbais presentes em diversas modalidades textuais em uso na sociedade moderna, configurando-se como uma das principais preocupações

situadas no campo de estudo da linguagem. Desta maneira, o emprego do verbal e do não verbal tornou-se uma prática significativa ressaltada por diversos autores ao abordarem os processos de enunciação numa visão mais ampla, como o faz, por exemplo, Corrêa (2002, p. 19), ao chamar a atenção para a relação de convivência e de complementaridade traçada entre estas duas formas de linguagens presentes nas mais diversas modalidades de enunciados produzidas pelo homem contemporâneo. Outro autor que aborda esta problemática é Eco (1997, p. 154), para quem “[...] embora a linguagem verbal seja o artifício semiótico mais poderoso, ver-se-á que ele não satisfaz completamente ao princípio de afabilidade geral e, para tornar-se mais poderoso do que é, como de fato ocorre, deve valer-se da ajuda de outros sistemas semióticos”. Como percebemos, trata-se de um esforço analítico que consiste em tornar mais claro este diálogo travado entre a linguagem verbal e a não verbal ampliando, desta maneira, os horizontes de compreensão dos modos de construção da significação e produção de sentidos em uso na sociedade.

Associada a esta discussão está a charge jornalística, que constitui uma modalidade textual heterogênea presente na mídia em geral, e em particular na imprensa paraibana. A escolha da charge como tema central da pesquisa ocorreu por várias razões específicas. Além da paixão e curiosidade que nutrimos por esta manifestação caricatural, a inspiração para a iniciativa investigativa em torno dela adveio da tentativa de darmos continuidade a outro trabalho de pesquisa sobre as diferentes categorias do humor gráfico, de nossa autoria, realizado em 2002, como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Comunicação Educacional da UEPB. A iniciativa preencheu uma lacuna até então existente no Departamento de Comunicação Social desta instituição, que não dispunha de nenhum trabalho acadêmico voltado para o estudo da charge, fato este que nos motivou a debruçarmo-nos novamente sobre este objeto, oferecendo uma reflexão mais aprofundada e de validade para a comunidade acadêmica e admiradores desta categoria jornalística.

Trata-se de um desafio instigante, tendo em vista estarmos diante de uma modalidade comunicativa portadora de um grande potencial expressivo, de grande penetração na mídia, e que se constitui como um desafio à capacidade de apreensão e interpretação dos diferentes tipos de leitores. Caracterizada pela multimodalidade sígnica, a charge jornalística utiliza-se de diversas estratégias enunciativas de cunho significativo, para atingir o seu propósito principal, que é o de transmitir ao enunciatário, uma opinião crítica e bem humorada acerca de determinado fato ou tema específico.

Dentre estas estratégias está a intertextualidade que se destaca como um complexo fenômeno de construção de significação.

Neste quadro, este trabalho se debruça sobre a charge jornalística de maneira circunscrita, tomando como problema de pesquisa: é ou não a intertextualidade um dos principais fenômenos responsáveis pela construção da significação de charges publicadas na imprensa paraibana?. A análise, a partir do caráter intertextual, se deu face à notoriedade e relevância deste fenômeno na constituição das charges, o que almejamos estudar com maior profundidade. Assim sendo, o nosso olhar está voltado em especial para as estratégias intertextuais que respondem pela construção e significação das charges jornalísticas analisadas. Dentro deste prisma, discutimos o processo construtivo da significação estabelecido por meio da relação intertextual entre as diversas modalidades textuais em uso na imprensa, elencando também os elementos lingüísticos e extralingüísticos que atuam neste processo de confluência de sistemas semióticos diferentes.

Dentro deste contexto, a pesquisa tem como objetivo principal analisar e descrever o papel das relações intertextuais no processo de construção de significação de charges da imprensa paraibana. Este objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Averiguar e especificar a diversidade de temas abordados pelas charges jornalísticas presentes na imprensa paraibana;
- b) Detalhar a estruturação construtiva da significação estabelecida por meio da relação intertextual entre as charges e outros textos;
- c) Descrever os elementos iconográficos responsáveis pela significação do texto chárstico no plano semiótico;
- d) Elencar as estratégias enunciativas e os elementos lingüísticos e extralingüísticos responsáveis pela significação e possibilidades interpretativas das charges;
- e) Identificar os recursos e efeitos polifônicos presentes na intertextualidade da charge.

### **Aspectos teórico-metodológicos**



Este estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa que, conforme explica Santaella (2001, p. 144), privilegia a interpretação dos dados, em lugar de sua mensuração. Esta classificação abrange, segundo esta autora, uma série de divisões e subdivisões. No que diz respeito à natureza do objeto de estudo enfocado, este trabalho se classifica como uma pesquisa documental, uma vez que o *corpus* é constituído por charges extraídas de jornais.

O *corpus*<sup>1</sup> documental é composto por charges publicadas nos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*, no período de julho a outubro de 2005. Esses dois jornais foram escolhidos por seu poder de penetração no Estado, destacando-se como dois dos principais veículos de comunicação da imprensa paraibana. Dois outros critérios de escolha adotados foram ambos os jornais terem escritórios de redação fixados nesta cidade, o que viabilizou mais facilmente a realização da pesquisa no tocante à aquisição das edições dos jornais, e o fato desses trabalharem com chargistas reconhecidos na área do humor gráfico paraibano.

O período, por sua vez, foi escolhido por se tratar de um momento de grave crise política que abalou o país, envolvendo uma série de denúncias relacionadas à gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que foi registrado com intensidade pelos chargistas, revelando, desta forma, o caráter sócio-histórico e documental da charge. A crise a que nos referimos foi deflagrada em maio de 2005, a partir de uma denúncia feita pelo chefe do departamento nos Correios, Maurício Marinho, contra o então presidente do Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB), deputado Roberto Jefferson, acusado de comandar um esquema de recebimento de propina, em Brasília. Este, por sua vez, levantou uma série de denúncias envolvendo diversos nomes de deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Progressista (PP) e Partido Liberal (PL) e lideranças do PT, dentre eles, o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, apontado como o “operador do esquema”, conforme relata reportagem de VEJA, na edição de 28 de dezembro de 2005. As denúncias tiveram vários desdobramentos, envolvendo diversos parlamentares e empresários envolvidos na campanha eleitoral para a Presidência da República em 2002. De acordo com retrospectiva feita pela referida revista, de julho a dezembro de 2005, a soma dos valores revelados nas denúncias já superava 1 bilhão de reais, três CPIs haviam sido instaladas no Congresso, dois deputados federais tiveram seus

---

<sup>1</sup> Entendemos por *corpus*, um “conjunto limitado de materiais determinado de antemão pelo analista, com certa arbitrariedade, e sobre o qual o trabalho é feito”. (BAVER; GASKELL, 2004, p. 496)

mandatos cassados e outros cinco renunciaram, como manobra para escapar do mesmo destino.

A escolha por este recorte temporal procurou, portanto, aproveitar este importante acontecimento sócio-histórico da vida política do Brasil, com o intuito de se analisar de que maneira ele foi registrado através dos textos chárgicos nos dois jornais diários paraibanos e como, neste contexto, a intertextualidade era explorada na construção de significação. Contudo, ressaltamos que o procedimento de coleta e recolhimento de dados para análise não ficou restrito a este caráter temático. A pesquisa incluiu também outros temas e fatos registrados pela imprensa paraibana através das charges durante o período mencionado, objetivando desta maneira, proporcionar uma visão mais precisa acerca da diversidade temática explorada nas charges e, ao mesmo tempo, uma análise mais ampla acerca das estratégias intertextuais por meio das quais esta diversidade é incorporada aos textos chárgicos. No que diz respeito ao tamanho do recorte temporal, consideramos os quatro meses suficientes para o cumprimento dos objetivos traçados nesta pesquisa.

O trabalho de análise de dados da pesquisa foi realizado em duas etapas distintas. Na primeira, debruçamo-nos sobre o *corpus* ampliado constituído por 228 charges, já excluídos os casos de repetições<sup>2</sup> constatados e que, somados a estes anteriores, chegavam a 232 exemplares. Nesta primeira etapa realizamos uma leitura de todas as charges publicadas por ambos os jornais no período mencionado e, através disto, identificamos os temas sociais e políticos específicos explorados em cada uma das 228 charges distintas. Com base nesta análise, classificamos as charges em duas modalidades distintas: categoria satírica e categoria temática, respaldados na abordagem feita por Beltrão (1980, p.85). O resultado foi apresentado em cinco tabelas numéricas, permitindo desta maneira, uma visão de conjunto sobre os temas tratados, em cada jornal, pelos diferentes tipos de charges.

Feito isto, partimos para a segunda etapa da pesquisa, na qual nos voltamos especificamente para a análise descritiva das estratégias intertextuais presentes nos textos chárgicos (ver item 3.4.2). Esta atividade foi realizada com base no *corpus*

---

<sup>2</sup> Ao coletarmos todas as 232 charges, observamos que quatro delas foram publicadas repetidamente pelo *Correio da Paraíba*, em datas distintas, fato este já questionado ao chargista Fred Ozanan, em 2002, quando trabalhávamos no mesmo veículo, na condição de repórter, função esta exercida no período de 1997 a 2002. Na ocasião, ele nos explicou que tal acontecimento se dava ao fato do jornal perder as charges que eram enviadas por ele, e que isto acontecia quando o jornal perdia as charges que eram enviadas por ele e que, por uma questão de tempo, a editoria do jornal optava por repetir uma charge qualquer sem nenhuma comunicação prévia com o chargista.

restrito constituído por 17 charges. O critério de escolha deste *corpus* obedeceu a algumas observações feitas na primeira etapa, quando foi constatado que muitas das charges apresentavam as mesmas estratégias e recursos intertextuais. Assim, os 17 exemplares selecionados apresentam os casos mais sugestivos e significativos para a pesquisa. Estes, por sua vez, foram agrupados em modalidades distintas, de acordo com o tipo de relação intertextual verificado, o que nos forneceu uma visão mais ampla e esclarecedora acerca dos diferentes recursos e estratégias intertextuais envolvidas no processo de produção de sentido dos textos chárgicos.

Cada uma dessas 17 charges foi objeto de uma análise textual e semiótica específica, respaldada nos conceitos teóricos advindos da teoria do dialogismo de Mikhail Bakhtin, utilizando-se ainda de alguns princípios teóricos da Lingüística, em especial da Lingüística Textual, da Análise do Discurso e também da Semiótica. A perspectiva de abordagem teórica privilegia a dimensão textual da charge, situando-a como um tipo específico de texto, de acordo com a noção bakhtiniana compartilhada com outras correntes dos estudos lingüísticos atuais que estudam o texto dentro de uma concepção mais ampla.

Com base em pesquisa bibliográfica, este trabalho inclui também uma discussão em torno dos conceitos de dialogismo, polifonia e intertextualidade, apresentados por diversos autores das correntes teóricas mencionadas. A idéia é apresentar um panorama geral e atualizado das noções desenvolvidas em torno de cada um destes conceitos. Fazem parte deste quadro teórico, dentre outros, Kristeva (1974), Koch (1997, 2004), Maingueneau (1996, 2004), Genette (1982)<sup>3</sup>, além de Bakhtin (1981, 1999, 2003)<sup>4</sup>, cujas concepções perpassam toda a discussão teórica. Este trabalho se insere, portanto, dentro do campo da interdisciplinaridade, ressaltando desta maneira, uma tendência que vem sendo verificada especialmente na área de comunicação, conforme esclarece Santaella (2001, p. 134).

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro deles, intitulado “A linguagem da charge jornalística”, apresenta-se uma abordagem acerca da linguagem do humor, enfocando o humor gráfico, onde se encontra situada a caricatura e, em particular, a charge. No segundo capítulo, intitulado “Intertextualidade”, é

<sup>3</sup> Título original da obra aqui utilizada: *Palimpsestes – la littérature au secon degré*. Paris, Éditions du Seuil, 1982.

<sup>4</sup> Referimo-nos às obras de Bakhtin traduzidas dos seguintes originais: *Problémi poétiki dostoiévskovo*. Trad. Paulo Bezerra. Moscou: Kbudójestvonnaya Literatura, 1972. *Markzin i filossófia iaziká*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. Paris: Lês Edtions de Minuit, 1977; *Estetika s/oviéssnova tvortchestva*, Trad. Paulo Bezerra. Moscou: Edições Iskutsvo, 1979.

apresentada uma discussão teórica em torno das noções atreladas a este termo, a exemplo de dialogismo e polifonia, percorrendo alguns dos principais teóricos que tratam do problema. O terceiro capítulo, que traz como título “A charge em dois jornais paraibanos” inicia-se com a contextualização dos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*, apresentando dados gerais e particulares a respeito de cada um deles.

O capítulo traz também a análise das charges selecionadas de acordo com os critérios de delimitação do *corpus* mencionados anteriormente, incluindo as tabelas numéricas onde apresentamos um panorama geral acerca do *corpus* ampliado, além da análise descritiva específica de cada charge do *corpus* restrito. Este capítulo de análise apresenta a parte prática da aplicação das noções teóricas discutidas nos momentos anteriores, através da qual, revelamos as estratégias e os recursos intertextuais e polifônicos presentes na significação do texto chárstico. Por fim, este trabalho apresenta as considerações finais acerca dessa investida analítica, que teve como finalidade principal trazer à tona o papel das relações intertextuais no processo de construção de significação de charges publicadas na imprensa paraibana, questão esta sintetizada nas conclusões dissertadas.

## Capítulo 1 A LINGUAGEM DA CHARGE JORNALÍSTICA

### 1.1 A linguagem do humor

Principal faculdade responsável pelo desenvolvimento do pensamento humano, a linguagem vem sendo estudada há séculos pelas mais variadas vertentes das Ciências Humanas. Boa parte destes estudos volta-se para a diversidade de linguagens desenvolvidas pelo homem ao longo de sua existência e que servem de sustentabilidade ao fenômeno de interação social, por meio do qual, este revela a sua infinita capacidade de significação.

Considerado uma linguagem exclusivamente humana, o humor vem se destacando como uma destas modalidades revelando-se um valioso instrumento de análise do processo de interação entre os indivíduos. Dentro deste paradigma, diversos trabalhos de pesquisa foram desenvolvidos em torno das manifestações do humor, a exemplo do riso e da comédia, que passaram a desempenhar um papel de fundamental importância para a compreensão do fenômeno aqui ressaltado.

De acordo com Brait (1996, p. 21) o tratado sobre *Poética* de Aristóteles, no qual ele apresenta uma reflexão acerca da comédia, desempenhou um papel decisivo neste sentido, subsidiando vários outros estudos em torno do humor. Segundo o jornalista e pesquisador sobre o humor, Sá (2003), entre os clássicos que abordam o tema estão *Os chistes e suas relações com o inconsciente*, de Sigmund Freud; *História do Riso e do escárnio*, do historiador francês George Minois; e *A era do vazio*, do teórico russo Gilles Lipovetsky.

Na contemporaneidade, dois autores se destacam dentro deste universo servindo de embasamento para diversos trabalhos de pesquisa sobre o humor. Tratam-se do filósofo Henry Bergson<sup>5</sup>, autor de um dos maiores clássicos sobre o assunto: *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico* (1983), e o filólogo Vladimir Propp com a obra *Comicidade e Riso* (1992).

---

<sup>5</sup> De acordo com Lange (1998, p. 2), Bergson é dono da tese do riso como “trote social”. Para ele, o riso embute o sentido de humilhar alguém, daí o formato mais perto da vida seria a comédia e não o drama. O autor chama a atenção para a insensibilidade que, ordinariamente, acompanha o riso. A comicidade, no seu entendimento, só poderá produzir comoção se cair sobre uma superfície de alma serena e tranqüila, assinalando que a indiferença é seu meio natural. Assim, o riso não tem maior inimigo que a emoção. Contudo, Bergson ressalta que, apesar disto, também é possível rir de uma pessoa que inspire piedade, ou mesmo afeição, mas que, para isto, seria preciso esquecer essa afeição, calar essa piedade por alguns instantes. Percebemos, portanto, que o riso exige um despojamento de sentimento, uma indiferença emocional em relação àquilo de que se ri.

De acordo com Bergson (1983, p.12), o riso é de caráter eminentemente humano. Para ele, só existe comicidade, e conseqüentemente o riso, no que é propriamente humano, ou seja, só é risível aquilo que se assemelha ao homem ou que de alguma forma remeta à sua presença. Assim, quando rimos de algum objeto, por exemplo, não rimos deste propriamente dito, mas sim da forma que alguém lhe deu, ou da fantasia humana que este assumiu perante os nossos olhos. Aprofundando-se mais na problemática, o autor explica que “o cômico estaria relacionado à esfera sîgnica do pensamento racional” (BERGSON 1983, p. 13), ressaltando que o riso, como manifestação de um chiste ou do cômico, se limita particularmente à inteligência humana.

Outra consideração marcante na teoria do riso desenvolvida por Bergson (1983, p.15) diz respeito ao que ele chama de “rigidez mecânica” e “flexibilidade atenta”. Ao se referir à comicidade das formas, o autor diz que se pode tornar cômica, qualquer deformidade que se possa imitar, ou seja, a fisionomia cômica inclui algo de rígido ou fixo na mobilidade normal do rosto humano. Neste sentido, quanto mais a expressão sugerir a idéia de ação mecânica, mais engraçada se tornará. Assim sendo, a comicidade resulta da superposição do mecânico ao vital. É dentro deste prisma que para Bergson (1983, p. 16): “O homem é imitável, na medida em que deixa de ser ele mesmo, pois imitar alguém é revelar e reproduzir a parte mecânica de sua personalidade”. Da mesma forma que Bergson, Propp (1992, p. 22) também resalta o caráter humano do riso e do cômico e acrescenta que é possível rirmos do homem em praticamente todas as suas manifestações. Neste sentido, diz o autor que:

Podem ser ridículos o aspecto da pessoa, seu rosto, sua silhueta, seus movimentos. Podem ser cômicos os raciocínios em que a pessoa aparenta pouco senso comum: um campo especial de escárnio é constituído pelo caráter do homem, pelo âmbito de sua vida moral, de suas aspirações, de seus desejos e de seus objetivos. [...] Em poucas palavras, tanto a vida física quanto a vida moral e intelectual do homem podem tornar-se objeto de riso. (PROPP 1992, p. 23-24)

Ao refletir sobre a problemática do riso e do cômico, Bergson (1983, p. 17-20) chama a atenção para outro aspecto ressaltado em sua obra. Trata-se do caráter social do risível. Para este autor, o riso tem um aspecto individual e também coletivo. É por esta razão que o riso é considerado um fenômeno social, uma vez que, por mais franco que seja, oculta uma intenção de acordo, de cumplicidade, com outros indivíduos do grupo social, reais ou imaginários. Esta consideração aponta, como podemos observar, para o aspecto sociocultural do riso e da comicidade, evidenciando, por sua

vez, o fato de que as formas de humor não coincidem necessariamente entre os povos de culturas diferentes.

Dentro deste prisma, Propp (1992, p. 21) vai mais além e acrescenta que “[...] não só há diferenças de humor entre os povos de culturas diversas, mas também entre épocas diferentes”. Para este autor, cada época e cada povo, possuem seu próprio e específico sentido de humor e de cômico. Este sentido é importante ressaltar, torna-se incompreensível e inacessível em épocas diferentes e este fenômeno varia de acordo com o contexto épico, os valores sócio-culturais e experiências vivenciadas pelos indivíduos que compartilham de uma mesma realidade social, sem esquecer também da linguagem utilizada nas situações comunicativas. O caráter temporal do sentido humorístico da charge se enquadra dentro deste fato, a medida que este ocorre de forma associada a elementos de natureza contextuais e restritos a uma determinada época e valores compartilhados.

Neste contexto, podemos afirmar que a atualidade passa a exercer um papel crucial no processo de provocação do riso, mais ainda quando associadas ao gênero jornalístico, que é de caráter eminentemente contemporâneo. É neste sentido que, ao analisar o uso da ilustração na imprensa, Beltrão (1980, p. 48) diz que o ilustrador não pode abandonar o sentido de atualidade ressaltando o fato de que desta depende o efeito que seu trabalho produzirá. Isto explica de certa forma o fato de que, quando revemos velhas caricaturas, sejam elas em forma de charge ou qualquer outra modalidade humorística, não compreendemos de imediato a intenção e o humor produzidos por estes textos. Outra característica importante estudada por Propp (1992) em seu trabalho sobre o humor, é o da classificação dos diversos tipos de riso. Fruto da análise de um amplo material da literatura clássica, do folclore, das revistas satíricas e humorísticas, Propp (1992 p. 29) estabelece uma tipologia, destacando seis tipos principais de riso: o “riso bom”, o “riso mau/cínico”, o “alegre”, o “ritual” o “imoderado” e o “riso de zombaria”.

Dentro desta tipologia, o “riso bom” acontece, segundo o autor, quando os defeitos de quem se ri não provocam repulsão e não adquirem o aspecto de vício, tornando-se possível, ao invés do riso, suscitar um sorriso. Ao contrário deste, o “riso mau/cínico” é gerado quando os defeitos, reais ou imaginários, são aumentados, inflados, alimentados por sentimentos maldosos e sarcásticos. O “riso alegre”, por sua vez, diferentemente dos demais mencionados, não está atrelado direta ou indiretamente a algum defeito, real ou imaginário. Este tipo específico é gerado dos pretextos

considerados mais insignificantes, sem nenhuma causa aparente. É o que se diz, por exemplo, das pessoas alegres por natureza ou bem humoradas.

Já o “riso ritual” é marcado pela obrigatoriedade. Este é considerado o menos comum e está atrelado a algumas práticas ritualísticas primitivas em que o riso era obrigatório. Para exemplificar Propp (1992, p.30) cita o “caso de mitos primitivos referentes à idéia de fertilidade, assim como em outros era obrigatório o choro”. O “riso imoderado”, segundo explica Propp (1992, p. 31) “expressa a ‘alegria animal’ de sua própria natureza fisiológica”. Trata-se do que é costumeiramente chamado de riso desenfreado em que há entrega completa de si àquilo que normalmente se considera ilícito e inadmissível, e que leva a uma grande risada.

E, por fim, o “riso zombaria”, que, segundo Propp (1992, p. 31-32), “é o mais freqüente na vida e na arte e traz, dentro de si, como o nome já diz, um matiz de zombaria, que pode estar declarado ou velado”. Neste tipo, também se ri dos defeitos, desde que estes não adquiram aspecto de vício e não provoquem repulsão. O riso é provocado geralmente a partir da natureza física do homem que, por sua vez, tem os seus defeitos da natureza espiritual desnudados. Faz parte também deste tipo específico o riso provocado por meio do jogo das semelhanças e diferenças entre os indivíduos.

Neste sentido, é importante frisar que, na condição de filólogo, a análise desenvolvida por Propp (1992), conforme esclarece Romualdo (2000, p. 43) volta-se para os aspectos lingüísticos da comicidade e do próprio riso, com suas formas de exteriorização de significados. O mesmo é dito por Lange (1998, p. 30), ao analisar os efeitos do “riso zombaria” especificamente na publicidade, traçando uma relação entre a zombaria, a sátira e a comicidade. Embasado na teoria de Propp, Lange (1998, p. 32) diz que “[...] todo o vasto campo da sátira baseia-se no riso de zombaria”. De acordo com Propp (1992, p. 32) “[...] a zombaria enquanto esfera da comicidade possui suas origens desde os tempos de Aristóteles, quando os gregos, por exemplo, já escreviam peças teatrais com base no discurso satírico de uma situação ou acontecimento”.

Dentro do universo da comicidade está a caricatura que, segundo Propp (1992, p. 34), é considerado como um recurso da comicidade: “[...] a sua criação é realizada quando toma-se um pormenor, um detalhe; esse detalhe é exagerado de modo a atrair para si uma atenção exclusiva”. Este efeito é facilmente observado na atualidade em vários estilos caricaturais, como por exemplo, nas charges políticas, em que os políticos são representados através de deformidades ressaltadas nos desenhos, que apontam para detalhes físicos exagerados e conhecidos do grande público leitor. Em outras palavras,



Propp (1992) ressalta o fato de que, no riso de zombaria, o riso surge geralmente da natureza física do homem, e através desta são despidos os defeitos de natureza moral. Neste caso, o efeito risível é produzido, como podemos observar, por meio do jogo entre as semelhanças e diferenças entre os indivíduos, sob a égide da ridicularização. Tais considerações ressaltam uma das características marcantes da caricatura sobre a qual nos deteremos com um maior aprofundamento no item a seguir, em decorrência de sua importância para este trabalho.

## **1.2 Caricatura: a linguagem do humor gráfico**

Tal como a conhecemos hoje, a caricatura enquanto sátira desenhada é uma arte recente. Sua origem, de acordo com Lima (1963, p.12), é atribuída aos irmãos italianos Carracci, por volta da segunda metade do século XVII. O termo é originado no verbo *caricare*, que significa “carregar, pesar”. Até o final do século XVIII, o sentido cômico foi a marca inconfundível desse tipo de manifestação artística encontrado no “*portait-charge*” (caricatura de personalidade célebres de forma individualizada) que, conforme aponta Silva (1992, p. 51), representou a consolidação definitiva da charge na imprensa da época. Ao abordar a caricatura como gênero jornalístico opinativo, Silva (1992) ressalta ainda o seu caráter eminentemente social, a exemplo de Melo (2003, p. 164), para quem: “Enquanto gênero jornalístico, a caricatura cumpre uma função social mais profunda que a emissão da opinião nos veículos de comunicação coletiva”. Para este autor, ao ser inserida no universo da imprensa, a imagem acentua a sua característica persuasiva, indo muito mais além da mera função ilustrativa de que geralmente é revestida.

Melo (2003, p. 163) esclarece ainda que a introdução da caricatura na imprensa explica-se pela conjugação de dois fatores socioculturais: “o avanço tecnológico dos processos de reprodução gráfica e a popularização do jornal como veículo de comunicação coletiva”. Tais fatores contribuíram para a inserção nos jornais, do desenho enquanto instrumento de natureza também narrativa, quando até então se utilizavam da linguagem eminentemente verbal. Este acontecimento é registrado na história da imprensa norte-americana, conforme explicita Melo (2003, p. 164), ao fazer um breve retrospecto das etapas da história do uso da ilustração na imprensa:

O apelo à imagem desenhada como recurso narrativo na imprensa diária vai atingir o auge no fim do século XIX, nos EUA, quando se trava a “guerra” entre Hearst e Pulitzer pela conquista do público leitor. Nesse episódio da

história do jornalismo norte-americano, vamos encontrar a caricatura e suas formas conexas – charge, cartoon e comic – como instrumentos decisivos para a mobilização do público. (MELO, 2003, p. 164)

Contudo, é importante frisar que o uso das modalidades caricaturais, incluindo a charge, deu-se em vários países, e não esteve estritamente associado ao gênero jornalístico. Antes mesmo de acompanharem as notícias de fatos do interesse público nos jornais, e de ilustrar comentários e editoriais, as caricaturas já circulavam na sociedade. O uso de desenhos e caricaturas como meio de mostrar os fatos, e até mesmo criticá-los, também marca a sua história na França, conforme relata Romualdo (2000, p. 12). O autor cita a Revolução Francesa de 1789 como o marco propulsor para a propagação das artes caricaturais naquele país. Nos EUA, Nathaniel Currier, utilizando-se do processo litográfico, inventado por Senefelder, por volta de 1796, e que trouxe grandes avanços para a reprodução de imagens, publicou desenhos realistas de fatos correntes desde o ano de 1840. Os desenhos eram vendidos separadamente, obtendo enorme sucesso junto ao público que já acompanhava, de maneira rústica, a veiculação de caricaturas em pranchas avulsas e folhetos. Com a evolução das artes gráficas, as caricaturas passaram a circular nas chamadas revistas ilustradas, que representaram um marco histórico no processo de popularização do humor gráfico no Brasil e no mundo.

O sucesso deste tipo específico de suporte junto aos leitores, por sua vez, contribuiu de maneira contundente para a aceitação das artes gráficas na imprensa oficial, derrubando paulatinamente a resistência até então existente por parte das empresas jornalísticas em relação ao uso de gravuras, considerada a primeira modalidade ilustrativa empregada na imprensa, conforme afirmam diversos autores, entre eles Lima (1963), Bahia (1990), Romualdo (2000) e Teixeira (2001). Esta prática nos jornais, conforme relata Romualdo (2000, p.10) enfrentou grande resistência por parte dos proprietários das empresas jornalísticas, que se utilizavam das gravuras de maneira escassa. Neste cenário, a xilogravura foi a primeira modalidade de gravura a conseguir espaço na imprensa, ilustrando as notícias. O jornal *Word*, de Joseph Pulitzer é considerado um dos marcos neste sentido. A queda da circulação do jornal após a retirada das gravuras, entretanto, foi um marco decisivo para a valorização deste elemento. Mas foi o *Daily Graphic*, de Nova York, segundo Romualdo (2000, p.11), o primeiro jornal diário americano a usar ilustrações regularmente, em 1873. Para Bahia (1990, p.122), a fase eminente das publicações ilustradas do gênero se deve ao trabalho dos primeiros chargistas, considerados pioneiros no estilo. Dentro deste contexto, o

Brasil mantém uma posição de destaque apresentando uma forte tradição na área do humor gráfico, tendo se consolidando, no final do século XIX, como um dos maiores produtores de revistas ilustradas do mundo, como informa Teixeira (2001, p. 10).

### 1.2.1 A trajetória da caricatura no Brasil

De acordo com Teixeira (2001, p. 2), a produção caricatural no Brasil teve o seu marco histórico no início do século XIX, a partir do Rio de Janeiro, com a chegada de imigrantes europeus – pintores, arquitetos, desenhistas –, cujos traços ganham vigor com o exotismo de nossos costumes e a precariedade de nossas instituições. De acordo com este autor, o Brasil se consolidou na segunda metade do século XIX, como um dos maiores produtores do gênero no mundo. Dentro deste contexto, o Rio de Janeiro concentrou a maior produção destes periódicos, chegando a registrar de 1860 a 1889, conforme Teixeira (2001, p. 10), cerca de sessenta revistas ilustradas, e “[...] do Segundo Reinado até o Estado Novo, cerca de duzentas revistas ilustradas satirizam setenta anos de nossa história política, econômica e cultural, superando França e Inglaterra, pioneiras na impressão de revistas de humor gráfico”. Ainda de acordo com Teixeira (2001, p.11), *A Lanterna Mágica*, de Manuel de Araújo Porto-Alegre - considerado por Lima (1963, p.21), como o autor da primeira charge publicada no país<sup>6</sup> - é apontada como a primeira revista do gênero. Fundada em 1844, a revista incentivou uma série de outras publicações, estimulando a produção de caricaturas fora do texto. Dentre estas destacaram-se *A Marmota Fluminense* (1849), *Semana Ilustrada* (1860), *Vida Fluminense* (1868), *Revista Ilustrada* (1876), *Psif!* (1877), *O Besouro* (1878), *A Brucha* (1896) e *Don Quixote* (1898).

Entre os principais periódicos do início do século XX estavam: *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon* (1907), e *Careta* (1908). Grande parte desta produção caricatural era advinda de desenhistas estrangeiros, cuja contribuição foi significativa para a história da caricatura brasileira. Entre os diversos nomes estavam os dos italianos Ângelo Agostini e Borgomaineire, o francês Joseph Mill e o alemão Henrique Fleiuss, nomes estes citados por unanimidade por todos os estudiosos e pesquisadores no

---

<sup>6</sup> A data de origem da primeira charge publicada no Brasil apresentado por Herman Lima (1963) - autor dos quatro volumes que compõem *A História da Caricatura no Brasil* - é contestada por alguns estudiosos, a exemplo de Beltrão (1980) e Holanda (2004). Este último, citado numa matéria de autoria de Assis Diego, publicada na Folha de São Paulo em 22 de agosto de 2004, contesta este dado e aponta como primeira charge brasileira, o desenho denominado: “Corcundão”, nome de um periódico pernambucano que publicou, em 1831, uma xilogravura anônima e que trazia a imagem de um camundongo corcunda.

assunto aqui já mencionados. Entre os caricaturistas brasileiros destacavam-se os nomes de Frei Vicente do Salvador, Padre Lopes Gama, Frederico Guilherme, Manoel Araújo Porto-Alegre e o paraibano Pedro Américo. No que diz respeito ao conteúdo, estilo e estrutura narrativa, as primeiras caricaturas e charges veiculadas no país pouco se assemelham com as de hoje. Diferentemente destas, as charges se apresentavam sob a forma de um desenho menos sintético e estilizado com traços caricaturais voltados para as nuances ilustrativas simbolicamente reais retratadas pelos desenhistas, que procuravam uma reprodução relativamente fidedigna da imagem, como explica Teixeira:

A rigor, os desenhos de humor daquela época não se parecem com as charges tal como as conhecemos hoje: um produto singular, fruto de progressivo amadurecimento de forma e conteúdo, cujo traço está ligado criticamente aos problemas da sociedade na qual se insere. De início, ao contrário, as charges se caracterizavam pela reprodução fidedigna de personagens – a caricatura não havia sido, ainda, incorporada ao grafismo de sua linguagem –, pelo realismo das situações que abordava – fruto de uma sociedade condicionada por uma visão excessivamente cartesiana da realidade –, e pela prolixidade de textos que menosprezavam a imagem como portadora de estrutura narrativa própria. (TEIXEIRA, 2001, p. 2)

Como podemos perceber, a natureza dos traços e do conteúdo apontavam para um desenho de caráter descritivo e de certa forma redundante, permeado de abstrações literárias. Tratava-se de uma espécie de desenho regido pela forte característica da literariedade constituído a partir da confluência entre a imagem, literatura e jornalismo, sob o viés do humor. Tais características dizem respeito à primeira fase da caricatura no país<sup>7</sup>, fortemente atrelada ao período monárquico e que é marcada por uma visão antropológica dos primeiros desenhistas que chegaram ao país. A linha de desenvolvimento da arte caricatural, entretanto, é delineada a partir de meados do século XIX, com o surgimento das revistas ilustradas no Rio de Janeiro e em outras partes do país, as quais tinham a sátira como estilo de expressão, conforme ressalta Teixeira (2001) no transcorrer de seu trabalho de pesquisa. As publicações apresentavam um discurso gráfico articulado por imagens e que tinham o texto verbal como suporte

---

<sup>7</sup> Referimo-nos aqui à divisão temporal feita por Teixeira (2001, p. 4) em que ele divide a história de desenvolvimento da caricatura no Brasil em três fases: a primeira que vai do final do período monárquico ao início da República, em que, segundo ele, as charges retratam o cotidiano dos membros da aristocracia; a segunda fase, que vai da Velha República ao Estado Novo e que compreende o período de início do amadurecimento da charge, cujos traços começam a ganhar estilo próprio e passam a se sintonizar com o imaginário coletivo; e a terceira fase, iniciada a partir da chamada era moderna vivida nos centros urbanos, e que marca o terceiro momento de amadurecimento da charge, que passa a incorporar com uma maior fidedignidade a imagem do cotidiano das cidades e do povo, até então retratado de forma parcial.

narrativo, assemelhando-se ao estilo das HQs<sup>8</sup>. Segundo os autores aqui mencionados, estes foram alguns dos principais motivos que fizeram com que as charges migrassem para a imprensa oficial, ou seja, para os grandes veículos jornalísticos do país, tornando-se elemento cada vez mais presente nos jornais diários. Tal fenômeno contribuiu, por sua vez, para o fortalecimento do segmento jornalístico chamado de “jornalismo caricato”, sobre o qual consideramos importante tecer algumas considerações.

### 1.2.2 O Jornalismo Caricato e a charge jornalística

O uso da caricatura no meio jornalístico deu origem, conforme relata Melo (2003, p. 165), a um segmento do jornalismo que mais tarde passou a ser chamado de jornalismo caricato. Muito utilizado pelos jornalistas brasileiros desde meados do século XIX até a metade do século XX, este segmento tornou-se uma arte vulnerável em regimes autoritários, sendo muitas vezes interrompido pelo fato de incomodar os donos do poder. De acordo com Melo (2003, p. 169) o jornalismo caricato no Brasil foi principiado na década de 1830, no Rio Grande do Sul, através do surgimento de periódicos críticos e ilustrados que logo se espalharam por vários outros Estados brasileiros, a exemplo de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, muitos dos quais mencionados aqui anteriormente. Foi a partir destes periódicos especializados que, segundo Bahia (1990, p.124), a ilustração popularizou a informação, sobretudo entre as camadas menos letradas da sociedade, reforçando o fenômeno que também ganha o nome de reportagem gráfica e que, paulatinamente, foi ganhando espaço no mercado editorial brasileiro, conforme afirma este autor.

No começo do século XX, a caricatura já compõe o formato editorial obrigatório de jornais e revistas. [...] nesse mercado, em que a concorrência é ditada pela qualidade, caricaturistas, chargistas, ilustradores desempenham funções relevantes, que vão dos redatores artísticos aos repórteres gráficos. Assinam espaços valorizados nos diários e nas revistas, preferidos que são

---

<sup>8</sup> Vários autores analisam a relação de similaridade e diferença existente entre a charge e as HQ's. Em seu trabalho *Os quadrinhos* (1975), Cagnin aborda as qualidades icônicas comuns a ambas as modalidades de arte gráfica, ressaltando dentre elas o fato de se tratarem de trabalhos manuais em que os desenhistas transformam os desenhos em mensagens icônicas. Neste contexto, são ressaltadas as propriedades gráficas e lingüísticas comuns a ambas, a exemplo do uso de quadrinhos em série, ‘balões’, e caracteres gráficos que geralmente extrapolam o campo lingüístico. Já Teixeira (2001, p. 4), ao comparar a linguagem e conteúdo de ambas as modalidades, diz que até meados do século XIX, ambas se confundiam num mesmo discurso gráfico articulado por imagens e que tinham o texto verbal como suporte narrativo, ressaltando, entretanto, que em seguida, a charge abandonou esse texto, à medida que amadureceu a sua estrutura interna, isto é, a linguagem específica de seu traço. O autor diz ainda que, quanto ao conteúdo, a charge se distingue das HQ's por eleger a política como objeto privilegiado para a expressão de sua forma e manifestação de seu conteúdo, ressaltando o seu caráter essencialmente crítico.

por leitores que privilegiam o humor, a opinião política ilustrada, o desenho que facilita a compreensão dos fatos. (BAHIA, 1990, pp.124-125)

O crescimento da caricatura no mercado editorial dos jornais e revistas é importante ressaltar, conseguiu resistir ao avanço do emprego da fotografia na imprensa que, neste contexto - conforme defendem diversos autores, a exemplo de Melo (2003) e Beltrão (1980) -, também representa uma forma de opinião ilustrada, de grande aceitação do público leitor. Sem querer nos aprofundar nesta discussão, o que não é do interesse deste trabalho, a reportagem fotográfica teve o seu desenvolvimento a partir de meados do século XIX, passando a registrar de maneira ilustrativa e narrativa, por meio da junção entre imagem e legenda, o cotidiano da sociedade. Este fenômeno, por sua vez, como já era esperado, provocou mudanças junto às demais modalidades ilustrativas em uso na imprensa, sem abalar, entretanto, o consumo das charges e cartuns, que passaram a conquistar novos espaços. É neste sentido que, conforme explica Bahia (1990, p.126), o mercado editorial se voltou com maior ênfase para a publicação de periódicos ilustrativos especializados em charges e em cartuns, que já haviam conquistado, àquela época, um público fiel de brasileiros.

Foi dentro deste contexto que surgiram os suplementos ilustrados, as novas revistas ilustradas e almanaques, responsáveis, em grande parte, segundo este autor, pelas reformas editoriais ocorridas nos grandes jornais brasileiros, sobretudo, no final do século XX, privilegiando estas modalidades caricaturais. Ao analisar o fato, Bahia (1990, p.29) ressalta que “[...] os jornais de maior tiragem no país costumam reservar generosos espaços de primeira página para o traço de humor ou documento de ilustradores famosos”, acrescentando como exemplo o fato de que “Em 1987, o Jornal do Brasil aumenta o seu quadro de caricaturistas nacionais e estrangeiros ao trazer Celso Hermínio, de Lisboa para o Rio”.

Tais acontecimentos contribuíram, por sua vez, para o sucesso do jornalismo caricato no Brasil, cujo exemplo mais significativo das últimas décadas é o semanário *Pasquim*, que durante todo o período revolucionário pós-64 atacou e registrou, através de diversas formas caricaturais, todo o processo histórico, político, social e econômico da sociedade brasileira. O periódico reuniu os maiores nomes da caricatura nacional, a exemplo de Henfil, Ziraldo, Millôr Fernandes, Jaguar, Lan e tantos outros que continuam a influenciar até hoje as novas gerações de caricaturistas em todo o país. De acordo com Melo (2003, p.171), o modelo do *Pasquim* constitui uma síntese do jornalismo caricato, em que “[...] o traço e o texto, lado a lado, ironizam o cotidiano,

satirizam os protagonistas da notícia, registram com humor a emergência de um novo projeto da sociedade”. Este estilo terminou por influenciar as novas gerações de caricaturistas brasileiros, cujos traços seguem a mesma linha ideológica e humorística. Estes atributos, por sua vez, constituem algumas das principais razões que popularizaram o uso da charge nas empresas jornalísticas, enquanto manifestação cômica revestida de um teor crítico analítico. Neste sentido, os chargistas recorrem à sátira, considerada por Beltrão (1980) como o cerne da caricatura e elemento de valor instrumental, conforme relata:

[...] a palavra sátira, que ocasionalmente designou uma obra literária em que o vício, as tolices, a estupidez e as injustiças eram expostas ao conhecimento e ao despreço público, tornou-se extensiva modernamente ao processo de atacar mediante o ridículo por qualquer meio de expressão, incluindo-se, além dos textos escritos, desenhos e fotografias divulgadas no jornal. (BELTRÃO, 1980, p. 85).

Para este autor, a charge é a representação máxima da ilustração satírica e, por meio desta, o chargista trabalha com a dualidade que o humor reflete – o sério e o ridículo -, tecendo o seu discurso crítico, que se revela, sobretudo, por meio das charges sociais e políticas, consideradas as duas principais modalidades em uso. A diferença entre uma e outra está apenas na temática enfatizada, embora muitas vezes convirjam uma para a outra, numa relação de entrelaçamento. A primeira se concentra nas mazelas e adversidades sócio-econômicas sofridas pelo povo, revelando os fragmentos do cotidiano das cidades. A charge política, por sua vez, trata dos fatos e acontecimentos voltados para o mundo da política, enfocando geralmente, o descaso e inoperância dos personagens políticos que são freqüentemente satirizados e, por vezes, ridicularizados, conforme veremos mais adiante, no capítulo 3, através da análise das charges.

Em síntese, como podemos observar, diversos fatores revelam a razão pela qual a charge jornalística se destaca das demais expressões iconográficas em uso na imprensa, gozando de um espaço privilegiado junto às editorias de opinião. A sua relação com o cotidiano, com os fatos e acontecimentos que marcam o dia-a-dia da vida em sociedade, faz dela um objeto de grande valor sócio-histórico, cultural e ideológico, conforme ressaltam, inclusive, diversos trabalhos sobre o assunto<sup>9</sup>. É neste sentido que,

---

5 – Referimo-nos às análises feitas em torno do caráter de heterogeneidade discursiva da charge, desenvolvidas a luz de diferentes abordagens teórico-metodológicas. São vários os trabalhos neste sentido, dentre os quais citamos: *Um breve esboço da relação entre charge e jornalismo no Brasil*, de Tattiana Teixeira (1998); *Charge: uma prática discursiva e ideológica*, de Rozinaldo Antonio Miani

ao falar de tais aspectos, Nogueira (2003, p. 3) afirma que, apesar de se destacar como modalidade ilustrativa, a charge se desprende da função de apenas ilustrar o cotidiano, se definindo como “[...] uma síntese dos acontecimentos filtrados pelo olhar de seus atentos produtores”.

A autora chama a atenção ainda para o fato de que, ao se utilizar de recursos visuais e lingüísticos, a charge transforma a intenção artística em uma prática política, como uma forma de resistência aos acontecimentos, enfatizando assim seu caráter ideológico. É também dentro desta perspectiva que ao analisar a charge em seu artigo intitulado: *Charge: cartilha do mundo imediato*, Nery (2001, p. 6) assinala que “[...] a charge é um gênero de discurso que lida com o repertório disponível nas práticas socioculturais imediatas; ligando-se sempre ao modo como um determinado grupo vê o outro”. Ainda de acordo com esta autora, a charge apresenta uma outra característica ideológica marcante enquanto discurso gráfico reproduzido pela imprensa, que é o poder de personificação. Nery (2001, p.7) refere-se à capacidade que a charge tem de combinar metáfora, convenção e símbolo através do traço, “[...] traduzindo conceitos e símbolos em presenças vivas e reais”. Tais considerações, vale lembrar, ressaltam a natureza ideológica da charge enquanto um tipo de discurso específico, aspecto este estudado em diversos trabalhos acadêmicos sob o viés de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Dentre estas está a abordagem feita pela escola francesa da análise do discurso, cuja tendência analítica difere da perspectiva adota neste trabalho.

Retornando à perspectiva desta pesquisa, cuja proposta teórica e metodológica é a de estudar a problemática da construção da significação e sentidos produzidos pela charge jornalística, a partir da dimensão intertextual desta, podemos observar que, além de atrair a atenção do leitor, o texto associado à imagem transmite também um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos e sociais da atualidade. Este fator, por sua vez, está associado à natureza da linguagem e de todo sistema de comunicação que, conforme assinala Miani (2001, p. 6), é eminentemente ideológico. Ainda dentro desta ótica, o autor remete ao conceito de dialogia desenvolvido por Mikhail Bakhtin, esclarecendo que na visão deste outro autor: “[...] todo signo é ideológico, caracterizado como uma realidade ideológica, que tem sua materialidade e que se constrói no ambiente social da comunicação, pela interação verbal”. Em outros termos, este pensamento reforça a idéia de que, sem signo, não existe ideologia e que

---

(2001); *A charge: função social e paradigma cultural*, de Andréa de Araújo Nogueira (2003); *A imagem: interpretação e comunicação*, de Jane Rita Caetano da Silveira (2005).



esta se manifesta por meio dos diversos e complexos sistemas signíficos em uso na sociedade, através dos quais as pessoas interagem umas com as outras. Este aspecto -, somado a vários outros, a exemplo do amplo poder de linguagem com que a charge trabalha, através da qual opina, informa e ao mesmo tempo satiriza fatos e personagens do cotidiano -, vem ressaltando a imensa capacidade de significação deste objeto, sobre o qual consideramos importante tecer algumas outras considerações específicas de cunho epistemológico.

Figura de destaque no campo do humor gráfico, a charge (do termo francês *charger*, que significa carregar, exagerar) é utilizada no jornalismo como uma modalidade da caricatura, com a qual até hoje mantém uma relação conceitual repleta de interpretações distintas. Estas distinções, por sua vez, estão atreladas às diversas concepções de caricatura às quais os autores, ao longo da história, vêm se referindo de maneira diferente. Esta problemática vem suscitando diversas discussões entre os estudiosos do assunto ao abordar as semelhanças e diferenças entre a caricatura e a charge propriamente dita. Nesta perspectiva, a charge é vista por vários ângulos que reforçam suas características iconográficas, textuais e discursivas, semelhantes a outra modalidade caricatural que é o cartum.

Uma das melhores explicações dadas até então em torno do assunto foi a de Chico Caruso e registrada por Romualdo (2000, p.21) em seu trabalho sobre a charge jornalística. Ao comparar cartum, caricatura e charge com a fotografia, o renomado chargista descreveu o primeiro como sendo uma máquina fotográfica focada no infinito, focando uma realidade genérica; a charge focaliza uma certa realidade, geralmente política, de maneira sintética; e a caricatura focaliza um elemento dessa determinada realidade focada pela charge. Assim sendo, podemos considerar o Cartum - a crítica de costumes, genérico e atemporal; a charge – uma crítica a um personagem, fato ou acontecimento, geralmente político e com limitação temporal; e caricatura – exagero proposital nas características marcantes de um indivíduo.

Enquanto modalidade jornalística, a caricatura é definida de duas maneiras: mais específica ou mais genericamente, conforme explicitam Rabaça e Barbosa (2001, p. 69-70). Especificamente, a caricatura é conceituada como “a representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas”. E, genericamente, significa “a forma de expressão artística através do desenho que tem por fim o humor. Uma espécie de anedota gráfica”. Tomando como base esta última concepção mais ampla, Melo (2003, p. 167) identifica quatro tipos caricaturais: a caricatura

(propriamente dita), a charge, o “cartum” e “comics” (Histórias em quadrinhos). Destas, Melo (2003, p.167-168) considera apenas as duas primeiras como pertencentes ao universo jornalístico, definindo-as da seguinte maneira:

- 1- **Caricatura** (propriamente dita): retrato humano ou de objetos que exagera ou simplifica traços, acentuando detalhes ou acentuando defeitos. Sua finalidade é suscitar risos, ironia. Trata-se de um retrato isolado.
- 2- **Charge**: crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista e que, tanto pode se apresentar somente através de imagens quanto combinando imagem e texto (títulos, diálogos).

Dentro desta concepção, para Melo (2003, p. 168) “a charge só adquire sentido no espaço jornalístico, pelo fato de se nutrir dos símbolos e valores que fluem permanentemente e estão sintonizados com o comportamento coletivo”. Estas definições são, ao nosso ver, as que mais se aproximam da amplitude funcional da charge e que melhor se enquadram à perspectiva adotada neste trabalho, centrado no aspecto lingüístico-textual deste objeto. Tais considerações ressaltam algumas das características marcantes desta modalidade específica de ilustração, com a qual nos propomos a trabalhar. É a partir desta perspectiva que enfocaremos a charge, buscando compreender melhor o seu potencial lingüístico e comunicacional e, por meio deste, os efeitos de significação que dão sentido aos textos imagéticos produzidos. Para isso, entretanto, faz-se necessário uma abordagem mais detalhada em torno deste fator característico, presente nesta modalidade textual específica, que é o poder comunicativo da imagem, enfocando alguns dos principais conceitos que possam contribuir para uma melhor compreensão do objeto em destaque.

### 1.3 O texto chárstico: palavra e imagem

Como se faz perceptível, a charge se enquadra como uma modalidade comunicacional gerida pela articulação entre as linguagens verbal e não verbal. Esta característica nos remete a uma análise mais detalhada acerca dos chamados textos imagéticos, ou seja, aqueles que valorizam com maior ênfase a imagem, no processo de comunicação, evidenciando o funcionamento dos vários sistemas significantes em uso na sociedade. Trata-se, como podemos observar, de um fenômeno cada vez mais

estudado nos mais diversos campos das ciências humanas, e que tentam dar conta do estatuto hermenêutico da imagem visual.

Trata-se de uma questão de grande complexidade, envolvendo a natureza heterogênea da imagem no campo das representações visuais e os diversos conceitos em torno desta, enquanto mensagem. Ao abordar esta questão, Joly (1996) classifica a mensagem visual em dois tipos, colocando de um lado a mensagem visual única e fixa, da qual fazem parte a fotografia e o desenho, e de outro, a mensagem visual em seqüência, fixa ou animada, considerada mais complexa e que inclui os filmes e a publicidade televisiva. Tais apontamentos convergem para a discussão em torno da visão reduzida que se tem da imagem enquanto representação visual, ressaltando, desta maneira, a complexidade envolvendo os princípios essenciais de funcionamento das linguagens utilizadas por ambas as classificações e sua diversidade de categorias de signos utilizados (signos icônicos, analógicos, plásticos e lingüísticos).

Em outras palavras, esta autora alerta para a necessidade de se anular a visão simplista que se tem da imagem, enxergando em cada tipo de mensagem visual, as suas características e funções sógnicas responsáveis pela construção dos enunciados e seus múltiplos significados. Tais esforços têm como propósito maior analisar as diversas formas de imagens visuais em uso na sociedade, procurando compreender suas potencialidades no campo da comunicação humana levando-nos, desta maneira, a uma discussão muito mais ampla acerca de tal fenômeno, desafio este que está além do alcance deste trabalho.

É imbuído desta tentativa que diversos estudiosos, das mais diversas áreas, se esforçam em decifrar o estatuto da imagem em relação ao texto, buscando identificar os níveis de significação estabelecidos por este fenômeno que vai além do campo da lingüística e da comunicação, se estendendo a diversas outras áreas, a exemplo da sociologia, antropologia e da história. É o que constatamos, por exemplo, através da citação feita pelo antropólogo Samain (1998) que ao citar Ernest Gombrich, diz que:

A significação de uma imagem permanece em grande parte tributária da experiência e do saber que a pessoa que a contempla adquiriu anteriormente. Nesse tocante, a imagem visual não é uma simples representação da "realidade", e sim um sistema simbólico. (GOMBRICH, apud SAMAIN, 1998, p. 56-57)

Tais considerações ressaltam não apenas o caráter simbólico da imagem, mas também o grau de complexidade que envolve a sua utilização para fins expressivos e

representativos dentro do campo da função enunciativa da linguagem. Esta tem sido uma das principais razões pelas quais os textos visuais vêm sendo estudados, de maneira interdisciplinar e exaustivamente, pelas mais diferentes correntes teóricas. Dentro desta perspectiva, os diversos conceitos desenvolvidos nos campos dos estudos lingüísticos e da comunicação vêm contribuindo para uma melhor familiarização com as diversas modalidades das mensagens visuais. Neste aspecto, as discussões estão em grande parte restritas a duas vertentes específicas: a semiótica e semiologia<sup>10</sup>, que têm, no signo e na relação deste com os vários sistemas significantes da linguagem humana, o seu núcleo central de estudo. No tocante à semiologia, uma das principais referências teóricas voltadas para a leitura e compreensão do texto imagético é Roland Barthes (1915-1980), crítico e ensaísta francês, cuja contribuição foi de muita importância para o desenvolvimento do estudo da linguagem e em especial, das mensagens visuais. Para Alegre (1998, p. 77), Barthes foi um dos teóricos que melhor conseguiu trabalhar os desafios impostos pela imagem enquanto mensagem, ao explorar a dimensão enigmática da linguagem visual. Neste sentido, a autora ressalta que:

Barthes vai mostrar que toda imagem é portadora de uma dupla mensagem: uma codificada (conotação), que remete a um determinado saber cultural e seus significados, e outra não codificada (denotação), cujo caráter analógico pressupõe a capacidade da imagem de reproduzir o real. Como a imagem é capaz de provocar uma cadeia flutuante de significados entre a linguagem literal denotada e linguagem simbólica conotada, o conteúdo relativo desses dois elementos varia conforme o tipo de iconografia que estamos analisando. (ALEGRE, 1998, p. 78)

---

<sup>10</sup> Há uma discussão conceitual em torno destas duas disciplinas, cujo objetivo maior é o de distinguir uma da outra, discussão esta que permanece em aberto até hoje, sem nenhum consenso. Neste contexto, Semiologia e Semiótica apresentam na diferença terminológica, diferenças objetivas discutidas por diversos autores, para quem estas distinções têm sido tematizadas. Embora não seja objetivo deste trabalho aprofundar-se nesta discussão, julgamos importante algumas considerações em torno da mesma, no sentido de situar melhor o leitor acerca de tal problemática. Oriundos do mesmo étimo grego *semeion*, os dois termos - o primeiro mais utilizado pelos anglo-saxônicos e o segundo pelos europeus, sobretudo pela escola francesa -, designam a ciência dos signos. sobretudo, no confronto entre os respectivos fundadores contemporâneos: Saussure e Peirce. Para Coelho (1987, p. 503), a diferença mais importante reside nas diferentes concepções de signo, explicando que “Saussure concebe o signo como uma entidade psíquica com duas faces, em que significante e significado se condicionam mutuamente. Em Peirce, o signo é fundamentalmente um processo de mediação, e abre, portanto, para uma dimensão de infinitude[...]”. Ao tratar desta complexidade, Santaella (1983, p. 13) ressalta a abrangência da semiótica peirceana, defendendo a idéia de que só esta é quem dá conta de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido, estabelecendo, desta maneira, uma linha divisória entre uma e outra disciplina. Para mais informações em torno desta problemática, sugerimos uma leitura da obra desta autora, mencionada na referência deste trabalho, bem como várias outras que tratam do tema e que não constam na bibliografia..

Esta consideração traz explícita a modalidade imagética específica presente nos estudos desenvolvidos por Barthes que é a iconografia<sup>11</sup>, cujo interesse maior, conforme explica Alegre (1998, p. 73) sempre esteve voltado para uma análise da fotografia. A tentativa despertou uma série de outros estudos voltados especificamente para este objeto, em detrimento das demais modalidades iconográficas, dentre elas a charge, que permanece até os dias atuais contando com um escasso material bibliográfico. Neste aspecto, a semiótica, definida por Santaella (1983, p.13) como a “[...] ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis [...]”. oferece uma importante contribuição para a análise deste tipo específico de signo visual.

Dentro deste universo, destaca-se a teoria da semiótica de Charles Sanders Peirce (1839-1914) que, na concepção de Jakobson (1969, p. 64) é o “mais profundo investigador da essência dos signos”. Uma das contribuições de maior repercussão da semiótica peirceana, e que particularmente nos interessa para este trabalho, é a noção triádica do signo, mais precisamente, a abordagem que trata da relação de representação que o signo mantém com o seu objeto<sup>12</sup>. Nela, o signo apresenta três categorias, conforme sintetiza Santaella (2000, p. 92): O ícone, o índice e o símbolo, termos estes amplamente utilizados na literatura semiótica. Na primeira delas, a referência é feita, em síntese, através da similaridade ou semelhança entre o signo e o objeto que este representa, a exemplo da fotografia e do desenho. Assim sendo, a autora assevera que signo é um ícone se ele se assemelhar ao seu objeto e se a qualidade ou caráter, no qual essa semelhança está fundada, pertencer ao próprio signo, quer seu objeto exista ou não.

Na segunda relação, a referência é estabelecida de maneira indireta em que o signo não se parece com o objeto, mas de alguma forma é afetado por este, apresentando algo em comum com o mesmo. De acordo com Santaella (2000, p. 122), neste caso específico, o índice é um signo, cuja significação de seu objeto se deve ao fato de ele ter uma relação genuína e dinâmica com este, e não em virtude de uma similaridade ou semelhança propriamente dita. Neste caso, podemos citar como exemplo explícito a relação entre a fumaça e o fogo. E por último está o símbolo que se

---

<sup>11</sup> Iconografia, segundo Rabaça e Barbosa (2001, p.45) é a descrição e estudo das imagens ou representações visuais.

<sup>12</sup> Esta classificação, vale salientar, está inserida numa ampla discussão acerca de um dos aspectos mais complexos da teoria semiótica de Peirce, que o estudo sobre as tríade do signo, o qual é tratado com profundidade por Santaella em diversas de suas obras. Ressaltamos ainda que é não do interesse deste trabalho enveredar por esta discussão, por esta razão, restringimo-mos em apresentar, de maneira sintética e sem maiores pretensões teóricas, as principais noções acerca do modo de funcionamento do signo através desta classificação: ícone, índice e símbolo, ressaltando as principais distinções existentes entre estes.

refere a um objeto que ele designa por uma espécie de lei, de convenção. É o caso, por exemplo, dos signos lingüísticos e de alguns desenhos convencionais, dentre eles as bandeiras e códigos de trânsito. Ao tratar desta categoria específica, Santaella (2000, p.132) afirma, em síntese, que “Símbolo é um signo cuja virtude está na generalidade da lei, regra, hábito ou convenção de que ele é portador [...]”.

Como podemos observar, a charge - enquanto signo de natureza híbrida, pois trabalha com sistema de signos diferentes – enquadra-se em mais de uma destas categorias, e o seu significado está no embricamento dos diferentes elementos comunicacionais utilizados. Neste sentido, podemos considerar que, apesar de apresentar a característica de ícone por excelência, por se tratar de um desenho, a charge pode ser classificada como um símbolo e também como um índice<sup>13</sup>. Também é importante ressaltarmos que os desenhos também são impregnados pela personalidade e visão de mundo de cada chargista que assinala esta modalidade sígnica.

Tais aspectos evidenciam o caráter multidimensional que reveste a charge enquanto objeto de estudo. Contudo, vale ressaltar que, neste trabalho, a charge é abordada do ponto de vista enunciativo, enquanto uma modalidade textual específica. Dentro desta perspectiva, a abordagem teórica se respalda no conceito de texto, em sentido amplo, apresentado por Bakhtin (2003, p.307) para quem texto equivale a toda produção cultural com base na linguagem, e por alguns outros autores dos estudos lingüísticos contemporâneos a exemplo de Koch, (2004, p.175) que se refere ao texto como uma “entidade multifacetada”. Também fazem parte desta corrente Aguiar e Bordini (1993, p.11) para quem o texto é considerado como “[...] todo e qualquer objeto cultural, verbal ou não verbal, em que está implícito o exercício de um código social para organizar sentidos por intermédio de alguma substancia física”.

Dentro deste prisma, portanto, podemos considerar o texto chárstico como uma modalidade textual híbrida, que se utiliza geralmente de diferentes sistemas de signos, verbal e não verbal, do pictórico e da escrita, para através destes, construir e transmitir enunciados com significados diversos. Dentro desta ótica, vale ressaltar que, o verbal e o não verbal, embora separados visualmente, atuam de maneira complementar e, neste

---

<sup>13</sup> Neste caso específico, nos utilizamos do conceito apresentado por Santaella (1983, p. 66) em *O que é Semiótica*, que ao abordar a classificação dos signos na concepção peirceana ressalta que “todo existente seja um índice, pois, como existente, apresenta uma conexão de fato com o todo do conjunto de que é parte”, dando-nos a entender, portanto que tudo que existe é índice ou pode funcionar como um índice.

processo, até o verbal se torna texto imagético, como descreve Maingueneau (2004, p. 81) ao analisar a prática da escrita no impresso:

A espacialidade do escrito e do impresso permite também que lhes associemos elementos icônicos variados. [...] Em um nível superior, podemos afirmar que todo texto constitui em si mesmo uma imagem, uma superfície exposta ao olhar. Sabe-se com que cuidado são tratados os processos de paginação: pode-se aumentar o comprimento das linhas, dispor o texto em colunas, em círculo etc.

Tal consideração reforça a idéia de que, apesar de distintas, as linguagens verbal e não verbal não são antagônicas, mas ao contrário, se complementam e se encontram, muitas vezes, num mesmo patamar de significação textual. É neste sentido que, ao analisar esta problemática, Martins (1991, p. 95) esclarece que “a linguagem verbal e a visual travam diálogos intensos e imemoriais entre si”, acrescentando ainda que, na atualidade, esta interação se faz mais forte e adquire uma importância fundamental pelo fato de que “[...] oferecem possibilidades cada vez maiores de diferentes linguagens iluminarem-se mutuamente, ampliando seus meios expressivos e suas leituras”. Tais pontos de vista, como podemos notar, enfatizam os diferentes elementos de significação textuais em funcionamento na sociedade contemporânea contemplando a complexidade em torno do processo de interpretação e compreensão das mensagens constituídas por linguagens mistas.

A abordagem apresentada até aqui aponta para uma perspectiva de leitura, interpretação e compreensão textual diferenciada centrada na complexidade de determinados tipos de enunciados textuais em voga na nossa sociedade, a exemplo dos anúncios publicitários e jornalísticos. Destes, enfatizamos - para efeito de esclarecimento e posterior trabalho de observação e análise - as charges, cujo processo de significação está associado à cadeia de interação das linguagens verbal e não verbal e dos diferentes elementos nela envolvidos. Tais fatores apontam para a necessidade de conhecermos a natureza sígnica destes elementos, conforme chama a atenção Aguiar (2004, p. 54), ao dizer que “[...] para nos debruçarmos sobre textos de diferentes linguagens precisamos reconhecer os tipos de signos de que cada um é formado e visualizar o processo de significação ali presente”. É dentro desta perspectiva que procuramos analisar as charges jornalísticas, cuja constituição significativa e depreensão estão atreladas a várias outras leituras intertextuais, conforme tentaremos mostrar mais adiante neste trabalho.

Para isto, a perspectiva aqui baseada aponta para um caminho de natureza essencialmente interdisciplinar em que seguiremos com o intuito de despir ao máximo possível, a complexidade em torno deste fenômeno textual de significação. Dentro desta perspectiva, a charge é apontada como um texto híbrido construído a partir de diferentes sistemas de signos cujo processo de significação perpassa pela apreensão dos diversos elementos e estratégias lingüísticas e extralingüísticas presentes neste processo. Tais elementos se tornam ainda mais evidenciados quando analisamos a natureza icônica da charge. Nela, estão inseridos os diversos elementos gráficos que fazem do traço, um importante instrumento de significação e que caracterizam a dimensão icônica da charge, aspecto este que trataremos no próximo item.

### **1.3.1 A natureza icônica da charge: a significação através do traço**

No que diz respeito à natureza icônica, a charge é constituída, em síntese, por elementos gráficos simples, a exemplo do ponto e das linhas (verticais, horizontais, curvas, sinuosas, quebradas e mistas), e as massas (superfícies escuras ou hachuras: traços paralelos que representam o sombreado), que variam de intensidade e formas. Tomando como base as considerações feitas por Bense (1971, p. 12), as informações veiculadas pelos textos visuais devem ser consideradas sobre o plano exposto. Este, por sua vez, apresenta três dimensões: altura, largura e profundidade. Nesta ótica, portanto, podemos afirmar que o texto chárstico apresenta duas dimensões (altura e largura), sobre as quais os desenhos tomam forma. A dimensão de profundidade, que aparece em determinados tipos de desenhos e que é constituída por meio da técnica da perspectiva, é eventualmente manifestada neste tipo de texto visual a que nos referimos.

Portanto, estes elementos simples e mínimos mencionados (o ponto e as linhas) - e que revelam em síntese a imagem geral que se tem do texto chárstico, o da expressão através do traço - misturados, formam a imagem chárstica. Esses elementos, por sua vez, são trabalhados pelo desenhista por meio de um trabalho manual que “revela a intencionalidade deste na emissão do ato sêmico e transforma o desenho em mensagem icônica, carregando em si, além das idéias, a arte, o estilo do emissor”, conforme descreve Cagnin (1975, p. 33). Para este autor, o receptor recebe a mensagem icônica na medida em que percebe a representação dada e é capaz de fazer diversos



relacionamentos com os signos gráficos<sup>14</sup>. Esta relação em busca da significação, entretanto, dependerá de três tipos de contextos, identificados por Cagnin (1975, p. 35) como: “intra-icônico”, “intericônico” e “extra-icônico”.

O contexto “intra-icônico” é dado pelas relações entre os diversos elementos que compõem uma determinada figura. Ou seja, pontos, círculos e traços nada significam isoladamente; no entanto, combinados podem passar a ter uma significação. À medida que se relacionam, um elemento faz o outro significar e recebe do outro o seu significado. Podemos usar como exemplo o desenho feito por dois pontos ladeados e um semicírculo abaixo, muito usado na linguagem cibernética, e que representa um perfil humano significando um sorriso, ou o contrário, a depender da posição do semicírculo : ) e :(

O contexto “intericônico” resulta das relações entre as imagens associadas em serie ou em sucessão. Temos, como exemplos neste caso, as seqüências apresentadas pelas Histórias em Quadrinhos, as HQ’s, incluindo também aqui a charge que, por vezes, se apresenta em forma seriada de quadrinhos. Neste caso, a leitura seqüencial dos quadros (geralmente da esquerda para a direita, ou de cima para baixo) terá implicações cronológicas na seqüência narrativa.

O contexto “extra-icônico” refere-se à associação da imagem a elementos de natureza diversa, como tempo, idade do personagem, instrução, sociedade, cultura e ambiente em que se dá a comunicação. De acordo com Cagnin (1975, p. 37), “[...] esse contexto pode ser particularizado em dois: o “contexto situacional” e o “contexto global”. O primeiro envolve os elementos comuns ao emissor e receptor no ato comunicativo, e o segundo inclui as implicações culturais e espaço-temporais que são impossíveis de delimitar devido à diversidade entre as pessoas, neste caso específico, os leitores.

Como pode se perceber, o suporte contextual exerce uma grande importância no processo de compreensão da caricatura, de um modo geral, e mais ainda da charge jornalística, pelo fato desta ser essencialmente contextual e trabalhar com elementos comuns ao enunciador e enunciatário do enunciado. Esta discussão nos leva a um outro

---

<sup>14</sup> Esclarecemos que o uso dos termos “receptor” e “mensagem” aqui mencionados, diz respeito à visão particular do autor citado, cuja abordagem segue a concepção funcionalista na maneira de pensar os problemas da comunicação baseada no esquema clássico: emissor – mensagem – receptor. Ressaltamos ainda que não é esta a perspectiva adotada neste trabalho, cujas noções, neste contexto teórico, estão atreladas às idéias de enunciador e enunciatário, respectivamente.

elemento de fundamental importância no processo de enunciação do texto chárstico que é a intertextualidade, sobre o qual reservamos um capítulo a parte neste trabalho.

## Capítulo 2            INTERTEXTUALIDADE

### 2.1    Estudos sobre a intertextualidade

Centrados na complexidade que envolve a significação na linguagem humana, os estudos em torno do texto têm fornecido importantes avanços no campo da Lingüística e das Ciências da Linguagem, de uma forma geral. Analisado a partir de diversas perspectivas teóricas enunciativas, discursivas e comunicacionais, a exemplo da Teoria do Dialogismo, Análise do Discurso e a Semiótica, o texto deixou de ser estudado enquanto um “documento escrito”, ou produto acabado, assumindo a condição de “processo” marcado por uma complexa dinamicidade de natureza lingüística e social. É a partir desta realidade que Koch (2004, p.175) define o texto como uma entidade multifacetada, fruto de um processo extremamente complexo de interação social e de construção social de sujeitos, conhecimento e linguagem.

Dentre os diversos fenômenos pertinentes a este processo, está a intertextualidade que diz respeito às diferentes relações intertextuais, ou seja, as práticas que põem um texto em contato com outro (ou outros) dentro de uma proposta de significação. Este fenômeno vem sendo estudado cuidadosamente por diversas correntes teóricas - como veremos neste capítulo-, no intuito de se analisar a abrangência da intertextualidade nos mais diversos campos de desenvolvimento da linguagem da sociedade contemporânea que, por sua vez, se utiliza de diferentes e heterogêneas modalidades textuais.

Desenvolvida a partir das noções de polifonia e dialogismo de Mikhail Bakhtin e aplicada num primeiro momento especificamente à teoria literária, o conceito de intertextualidade tornou-se um importante ponto de estudo no campo das teorias da lingüística e da comunicação. Baseado numa perspectiva pragmático-enunciativa, os estudos em torno deste conceito vêm apresentando resultados relevantes que permitem uma compreensão maior acerca das complexas manifestações textuais em uso na sociedade, conforme discutiremos mais adiante. Estes trabalhos enfatizam a importância do estudo da intertextualidade além do campo da literatura e da lingüística, e ainda em outras áreas, como uma relevante contribuição para a prática de leitura e interpretação dos diversos tipos de textos produzidos e veiculados através das mais variadas formas comunicativas.

Entre os estudos mais recentes, está o do teórico americano Graham Allen (2000) intitulado *Intertextuality*<sup>15</sup>. Nele, o autor ressalta a complexidade em torno do conceito de intertextualidade empregado pelas diversas teorias que abordam o assunto e reforça a idéia de que se trata de um conceito extremamente valioso e promissor. Para Allen (2000, p. 209), “[...] a intertextualidade promete ser um conceito vital e produtivo no futuro como tem sido no passado recente”<sup>16</sup>. Os estudos em torno desta perspectiva avançam respaldados nas relevantes contribuições apresentadas por diversas correntes teóricas, a exemplo da Lingüística Textual, Análise do Discurso e a Semiótica, a partir das quais trilhamos o percurso teórico desta dissertação.

A abordagem teórica encontra-se respaldada em alguns dos principais estudiosos das teorias acima mencionadas, a exemplo de Kristeva (1974), Maingueneau (1996, 2004), Koch (1997, 2004) e Graham Allen (2000) que, por sua vez, se amparam em alguns dos principais teóricos que trabalham atualmente nestas áreas (Teun Van Dijk, Beaugrande & Dressler, Gerard Genette, para citar apenas alguns), fornecendo-nos uma ampla visão acerca da intertextualidade enquanto fenômeno responsável, em grande parte, pela construção da significação e compreensão dos enunciados. Nesta perspectiva, consideramos importante iniciar a abordagem com a cunhagem e evolução dos conceitos relativos à intertextualidade e, dentro deste contexto, partirmos para uma maior compreensão sobre o seu alcance e aplicação em determinados tipos de textos e discursos veiculados na contemporaneidade.

De acordo com vários autores, a exemplo de Allen (2000), Fairclough (2001) e Fiorin (2003), a noção de intertextualidade foi introduzida na literatura ocidental, no final dos anos 1960, por Julia Kristeva, apontada como principal responsável pela propagação das idéias do pensador russo Mikhail Bakhtin, em especial pela noção de dialogismo, à que está atrelada a concepção de intertextualidade. Contudo, é importante frisarmos que a noção de intertextualidade já estava presente dentro da visão tradicional da literatura, reservada a gêneros específicos (sátira, paródia, crítica, etc..) ou a certas partes do texto (citações, notas, alusões e outras). Trata-se de uma prática medieval de escrever um texto sobre outro e que era comum nos séculos VIII e IX, normalmente textos religiosos, cristãos, sobre textos pagãos escritos em pergaminhos e papiros,

---

<sup>15</sup> Considerado o primeiro estudo amplo sobre intertextualidade em inglês, o livro apresenta um apanhado crítico acerca do emprego do conceito de intertextualidade em diversas áreas e sistemas do conhecimento humano, a exemplo dos estudos culturais, literatura, artes, semiótica e pós-estruturalismo.

<sup>16</sup> “[...] intertextuality promises to be as vital and productive a concept in the future as it has been in the recent past”. Em caso de original em língua estrangeira, a tradução é nossa.

denominada de palimpsesto cuja concepção foi trabalhada rigorosamente pelo estudioso francês Gerard Genette, conforme faz referência a biblioteca virtual do site oficial do SESC de São Paulo<sup>17</sup>. Dentro deste recorte temporal, outra noção relacionada à intertextualidade difundida foi o anagrama, estudado no século XX por Ferdinand de Saussure, que consistia na prática de se recombinar as letras de uma palavra grega para gerar, ou descobrir, palavras cifradas que estariam ocultas.

Mais recentemente, boa parte dos estudos sobre o assunto situam a origem e desenvolvimento da noção de intertextualidade na literatura moderna, tendo como marco inicial o estruturalismo de Saussure, passando pelo pós-estruturalismo com destaque para as contribuições de Mikhail Bakhtin e Gerard Genette, cujas influências repercutem até a atualidade. Assim, as discussões desenvolvidas durante todo este percurso contribuíram para uma noção mais exata deste complexo fenômeno, cuja definição mais simples e usual diz respeito “[...] aos modos como a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos com os quais ele, de alguma forma, se relaciona”, conforme assinala Koch (1997, p.46).

Ao fazer um retrospecto sobre o aporte histórico do emprego da intertextualidade na literatura, Allen (2000, p. 7) afirma estar convicto de que o trabalho teórico e prático intertextual é, e sempre continuará sendo, um eficaz elemento para a compreensão da literatura e de cultura em geral. Para isso, ele ressalta que é preciso um rompimento com as noções tradicionais de leitor e escritor, noções estas radicalmente transformadas desde a década de 1960. E dentro deste prisma, o autor diz ainda que a noção de intertextualidade continua em evolução, adaptando-se aos diversos e complexos processos de produção e recepção de textos, numa visão que vai além da literatura, defendendo a aplicação da noção de intertextualidade em estudos não necessariamente literários. Neste sentido, Allen (2000, p.175) acrescenta que “Filmes, construções, pinturas, assim como textos literários, constantemente falam um com o outro, bem como com as outras artes”<sup>18</sup>, ressaltando a relação intertextual entre as várias formas de artes não literárias e passíveis de compreensão, entre as quais podem ser citados a música, o cinema, a pintura, o desenho e a arquitetura.

Este ponto de vista ressalta o fato de que, assim como nas artes literárias, a intertextualidade também vem sendo analisada e aplicada em diversas outras formas

---

<sup>17</sup> Ver referências.

<sup>18</sup> “Films, buildings, paintings, just like literary texts, constantly talk to each other as well as talking to the others arts”. (Allen 2000, p. 175)

comunicacionais, incluindo aquelas em que o texto se mistura com a imagem visual numa complexa rede híbrida de códigos lingüísticos e extralingüísticos, a exemplo do que ocorre, por exemplo, com a charge. Ao tratar deste fenômeno, Allen (2000, p.179) ressalta que a combinação de imagem e texto está relacionada aos gêneros e campos de significação em que a mensagem é produzida, tomando como exemplo os anúncios publicitários e a propaganda política. O autor se utiliza de folhetos e pôsteres políticos produzidos em campanhas norte-americanas, que mixam fotografia e slogans e que se desdobram em forma de argumentos, utilizando-se para isto de códigos e convenções significantes culturalmente aceitos em determinado meio-ambiente. A análise tem como finalidade, em síntese, demonstrar a aplicabilidade da intertextualidade no processo de construção e compreensão de textos, de naturezas diferentes, com base numa perspectiva que vem sendo adotada em diversos trabalhos de pesquisa.

Dentre estes está a análise feita por Covaleski (2003), que traça uma análise acerca das relações intertextuais entre o cinema e publicidade televisual<sup>19</sup>. Ao abordar a questão, Covaleski (2003, p.12) adota um ponto de vista similar ao de Allen (2000), afirmando que “as relações entre cinema e publicidade televisiva partem das características da obra final que é gerada, em cada um desses gêneros de comunicação”, considerando, mais adiante, que “[...] as relações intertextuais, na criação artística ou comercial, têm como fim a realização da obra em si e, como meio para atingi-la a capacidade de seu autor realizar amplas combinatórias entre evocações que a eles são particulares”. Ou seja, para ambos os autores, a intertextualidade se processa naturalmente entre textos e/ou discursos de natureza diferentes, desde que se respeite o sistema signficante de cada um e a relação com o contexto em que são utilizados. Tais ponderações tratam do que Koch (1997, p. 46) analisa como as múltiplas possibilidades de construção dos sentidos no texto, por meio da intertextualidade. Neste sentido, a autora faz alusão a Verón<sup>20</sup>, ao ressaltar que, para este autor, o princípio da intertextualidade é também válido entre universos discursivos diferentes. Consideramos tais colocações importantes para a abordagem deste trabalho, tendo em vista o fato de elas reforçarem a possibilidade de que a intertextualidade tanto pode ser empregada em textos essencialmente verbais como também em textos de sistemas signícos diferentes,

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar que, além deste, diversos outros autores trabalham a problemática das relações intertextuais entre textos verbal e não-verbal, entre os quais estão Souza (2001) e Silveira (2005).

<sup>20</sup> A autora se refere a análise feita por Eliseo Veron em “*A produção do sentido*”, no qual este examina a questão da produção do sentido sob um ângulo sócio-semiológico. Para Verón (apud KOCH 1997, p. 48) “[...] as operações na matéria signficante são, por definição, intertextuais”.

estendendo os limites de uso do termo. É sob este prisma que propomos uma análise sobre o caso específico da charge jornalística, fenômeno este problematizado neste trabalho.

Ainda segundo Allen (2000, p. 3), foi a partir da combinação do trabalho de Saussure e Bakhtin, nos campos das teorias da literatura e da linguagem, que Julia Kristeva produziu seus primeiros ensaios sobre a intertextualidade, termo este historiado no início da década de 1960, num período de transição da teoria da literatura e cultura moderna. Esta transição, conforme Allen (2000, p.3-4), “[...] normalmente é descrita em termos de um movimento do estruturalismo para o pós-estruturalismo”. Ainda de acordo com o este autor, a tentativa de Julia Kristeva para combinar Saussure e teorias Bakhtinianas da linguagem e literatura produziu a primeira articulação da teoria de intertextual, mais tarde, em 1960, e uma observação do trabalho dela nesta área forma uma parte necessária em pesquisa das origens do termo<sup>21</sup>.

A leitura crítica acerca das idéias apresentadas por ambos os teóricos levou Kristeva a analisar com maior cuidado a operação significativa processada por meio da relação que os textos mantêm entre si, numa perspectiva sócio-histórica. Para isso, a autora propõe uma nova ciência semiótica, designada de *Semanálise*<sup>22</sup>, em oposição à chamada semiótica literária. Kristeva (1974, p. 241) recusa esta última designação sob a justificativa de que “estamos recusando limitar nosso discurso a uma derivação estética, e tomamos os textos como cristais da significância na história”, esclarecendo que, para a *semanálise*, a análise de um texto pode ser aplicada não somente à representação conhecida como literatura, mas a uma diversidade de outros tipos de textos.

Contrária à idéia de uma análise semiótica neutra, puramente associada a modelos lingüísticos, lógicos e matemáticos, Kristeva (1974, p. 61) insere a intertextualidade numa teoria totalizante do texto, englobando suas relações com o sujeito, o inconsciente e a ideologia, numa perspectiva semiótica. Esta perspectiva, por sua vez, levou-a ao entendimento de que a especificidade do literário, visto ser um discurso entre outros, só pode ser pensada no diálogo interdiscursivo. É seguindo este

---

<sup>21</sup> This transition is usually described in terms of a move from structuralism to post-structuralism. [...] Julia Kristeva's attempt to combine Saussure and Bakhtinian theories of language and literature produced the first articulation of intertextual theory, in the late 1960s, and an examination of her work in this area forms a necessary part in survey of the origins of the term. (Allen 200, p. 3)

<sup>22</sup> O termo foi usado por Kristeva (1974, p. 12) ao lançar uma reflexão semiótica acerca das questões relacionadas a complexidade em torno da produção do sentido do texto, tomando como base “[...] a procura pelas leis de criação do sentido e do sujeito na linguagem”. É a partir desta reflexão, que a autora parte para um estudo mais aprofundado sobre a complexa relação de interdependência que um texto mantém com outro, o que ela passa a chamar de intertextualidade.

raciocínio que, para Kristeva (1974, p. 60), “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto”, desconstruindo a idéia da existência de um texto literário homogêneo. Esta visão, bem como todos os demais conceitos que tratam do fenômeno da intertextualidade, vale salientar, estão baseados nas idéias de dialogismo e polifonia de Bakhtin, idéias estas que, como podemos ver mais adiante, constituíram um marco histórico nos estudos sobre o diálogo intertextual.

### **2.1.1 Intertextualidade, dialogismo e polifonia em Bakhtin**

Ainda sobre as origens do conceito de intertextualidade, nota-se que, embora os formalistas russos (especialmente Tynianov e Chklovsky) tenham tido uma certa preocupação com conceitos atinentes à noção contemporânea de intertextualidade, como nos descrevem alguns autores, dentre eles Brait (1997), e Barros e Fiorin (2003), quem normalmente se apresenta como sendo o primeiro teórico a elaborar a questão em pauta é Bakhtin. Rompendo com o hermetismo de seus predecessores, o autor apresenta um conceito abrangente de texto, referindo-se a este como toda produção cultural com base na linguagem. Ao mesmo tempo, com a definição de “diálogo”, ele rompe com velhas tradições da literatura para, enfim, compreender o texto em sua interação não apenas com discursos prévios, mas também com os receptores dos mencionados discursos, conforme podemos observar através da leitura feita por vários dos autores pautados em sua obra e mencionados no corpo deste trabalho. Assim, para este pensador russo, a enunciação não pode ser concebida desvinculada da noção de intertexto, já que o princípio dialógico permeia a linguagem e confere sentido ao discurso, elaborado sempre a partir de uma multiplicidade de outros textos.

Inspirado numa visão contrária ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo individualista<sup>23</sup>, Bakhtin apresenta o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e condição do sentido do discurso. Para ele, ao contrário do que apregoam essas duas correntes de pensamento, a realidade da língua não está restrita ao mundo interior de cada indivíduo, nem tampouco às formas normativamente expressas em seus enunciados. É neste sentido que Bakhtin (1999, p. 122-123) esclarece que “[...] a

---

<sup>23</sup> A referência a estas duas correntes do pensamento filosófico-lingüístico é feita pelo autor no capítulo 6 da sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Nela, Bakhtin (1999, p. 110-127) defende a tese de que a enunciação é de natureza social, opondo-se às noções apresentadas por ambas as correntes.



elaboração estilística da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza social”, acrescentando mais adiante que “[...] a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. Assim, o autor considera o diálogo em sentido amplo, enfocando a confrontação das mais diferentes reflexões sociais entrecruzadas de maneira ideológica por meio da cadeia de enunciados. Trata-se, como podemos observar, de uma abordagem acerca da natureza social dos fatos lingüísticos, em que a enunciação aparece atrelada diretamente às condições de enunciação, as quais, por sua vez, estão direta ou indiretamente associadas às estruturas sociais. Neste sentido ele afirma que:

O discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta. (BAKHTIN, 1999, p. 122)

Com base nesta visão, podemos considerar que os enunciados emergem da multidão das vozes que compõem o universo textual e discursivo. Dentro desta ótica, os enunciados equivalem geralmente a discurso citado, embora nem sempre percebidos como tal. Tal consideração vai ao encontro de outra discussão que permeia boa parte da teoria bakhtiniana, que é a polifonia<sup>24</sup> e o processo de alteridade nela contida. Segundo Bakhtin (1999, p. 113), toda palavra, aqui também entendida como ‘voz’, tem duas faces e “é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém”. Para ele, a palavra se situa numa zona fronteira entre o eu e o outro, e como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis. Ou seja, a palavra, seja ela escrita, falada ou mesmo imaginada, funciona como uma espécie de ponte que interliga os indivíduos num processo de alteridade constante. Este processo, por sua vez, ressalta não apenas o caráter plural e dialógico da interação verbal, como também a presença das múltiplas vozes que cada enunciado faz ressoar, questão esta levantada por Bakhtin ao estudar detalhadamente a prosa romanesca de Dostoiévski, considerado, por este autor, o criador do romance autenticamente

---

<sup>24</sup> Trata-se de uma das noções bakhtinianas mais estudadas e difundidas por diversos autores que se debruçam sobre a sua teoria, dentre eles Barros (2003), Brait (1996, 1997), e Fiorin (2003). De acordo com Faraco (2003, p. 74), o termo polifonia foi adotado por Bakhtin do vocábulo da música e usado para qualificar o projeto estético realizado por Dostoiévski em seus romances da maturidade, do qual extraiu “um mundo de vozes plenas em relações dialógicas infundas”.

polifônico. Tais reflexões se tornaram extensivas, posteriormente, ao estudo de diversos outros tipos de discursos analisados a partir da polifonia.

Para Bakhtin (1981, p. 2), “A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski”. É a partir desta reflexão que este autor desenvolve a noção de polifonia aplicada ao estudo das obras de Dostoiévski, a quem ele se refere como sendo criador do romance polifônico. Para isto, Bakhtin (1981, p. 2-3) se respalda no que ele chama de a multiplicidade de consciências equípolentes, fenômeno este constatado por ele ao estudar as obras deste romancista. Por “equípolentes” o autor entende as consciências e vozes que participam do diálogo com as outras vozes em pé de absoluta igualdade, as quais não se objetificam, isto, é não perdem o seu “ser” enquanto vozes e consciências autônomas. Esta presença constante do outro, a partir do próprio eu, é também estudada detalhadamente em outra obra sua, intitulada *Estética da criação verbal*, na qual Bakhtin (2003, p.300) afirma que “Em realidade, [...] todo enunciado, além do seu objeto, sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam”.

Esta concepção sócio-interacionista encontra respaldo na sua visão de que o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados concretos. Estes enunciados, por sua vez, formam o que alguns autores chamam de cadeia intertextual, por onde transitam diversos textos ou discursos dos mais variados tipos. Ao analisar esta realidade, Bakhtin (2003, p. 272) afirma que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”. Em outras palavras é o que, para Kristeva (1974, p. 64), corresponde ao processo de absorção de um texto por um outro, formando o chamado “mosaico de citações” mencionado anteriormente. Tal fenômeno, conforme é entendido pelos autores aqui mencionados, é regido pela polifonia e dialogismo, por meio dos quais são traçadas novas perspectivas para o estudo das relações entre linguagem e discurso. Neste contexto, são muitos os esforços no sentido de abstrair as contribuições teóricas de Bakhtin, cujas idéias estão registradas com destaque no campo da filosofia da linguagem e da lingüística e refletidas em diversas obras. Entre estas está *Linguagem & Diálogo*, de Carlos Alberto Faraco (2003). Nela, o autor faz um breve apanhado da doutrina sobre a linguagem do chamado “*Círculo de Bakhtin*”, no intuito de tecer alguns esclarecimentos acerca das principais idéias bakhtinianas, entre elas as relativas ao dialogismo e polifonia, aqui mencionadas.

Neste aspecto, Faraco (2003, p. 56-57) enfoca a distinção entre heteroglossia - também conhecido como plurilingüismo -, e polifonia, termos estes muitas vezes usados equivocadamente como sinônimos, como adverte o autor. Ao abordar o assunto, Faraco (2003, p.56) faz questão de esclarecer que, “[...] para Bakhtin, importa menos a heteroglossia como tal e mais a dialogização das vozes sociais, isto é, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece”. Segundo o autor, Bakhtin faz referência, na verdade, à heteroglossia dialogizada como sendo as fronteiras em que essas vozes se entrecruzam continuamente de maneira multiforme, formando novas vozes sociais. Neste contexto, para Bakhtin, o que interessa são as relações dialógicas no sentido amplo do termo, ou seja, a confrontação das mais diferentes refrações sociais expressas em enunciados, e que vão muito além do modelo de diálogo face-a-face. É neste sentido que Faraco (2003, p. 59-60) faz a ressalva de que “[...] no caso específico da interação face-a-face, o Círculo de Bakhtin se ocupa não com o diálogo em si, mas com o que ocorre nele, isto é, com o complexo de forças que nele atua e condiciona a forma e as significações do que é dito ali”.

Embora atribuída originalmente a Bakhtin, a discussão da teoria da polifonia ganhou uma repercussão maior a partir da concepção de Oswald Ducrot (1987), que aprofundou o estudo em torno do processo que converte o texto em uma encruzilhada de vozes, tocando mais a fundo a questão da identidade do sujeito enunciativo. Adotada pela Pragmática Lingüística, a proposta do autor surge como uma continuidade do trabalho do pensador russo, em relação ao qual, vale ressaltar, Ducrot apresenta algumas distinções. Diferentemente de Bakhtin, Ducrot (1987) assinala que a sua teoria não é destinada a ser aplicada a textos ou seqüências de enunciados, mas apenas a enunciados, numa visão enunciativa do sentido<sup>25</sup>. No capítulo intitulado “*Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*”, Ducrot (1987) objetiva contestar o pressuposto da unicidade do sujeito falante, idéia segundo a qual em cada enunciado encontramos somente um autor. Nele, o autor defende a idéia de que há a possibilidade de dois tipos de polifonia: a de locutores (que aponta para a presença de mais de um locutor num mesmo

---

<sup>25</sup> Alguns autores fazem crítica a esta concepção adotada por Ducrot, e a consideram deficitária, preferindo a teoria de Bakhtin. Neste contexto está inserido Castro (1997), para quem Ducrot comete uma série de equívocos em relação ao pensamento de Bakhtin. O autor coloca-se contrário à distinção apresentada por este teórico em relação a Bakhtin, defendendo a visão de que Ducrot vem apenas “reificar” o termo do pensador russo. Já Guimarães (apud BRANDÃO, 1991) afirma que, ao retomar o conceito de polifonia, Ducrot falha ao excluir a noção de história, ponto crucial para Bakhtin. Barros (2003, p.5), entretanto, não considera que o autor francês exclui esta concepção, mas sim “a recupera muito indiretamente, através, sobretudo, do conceito aristotélico de topos, ou seja, a crença da coletividade”.

enunciado) e a de enunciadores (que apresenta a idéia de mais de um enunciador num mesmo enunciado). Para distinguir locutor e enunciador, Ducrot (1987, p. 187) recorre à teoria da narrativa proposta por Gerard Genette e esclarece que há uma correspondência entre locutor e narrador, e entre enunciador e centro de perspectiva. Para Ducrot (1987, p. 187-188), o narrador é o responsável pela narrativa, é “quem fala”; o “centro da perspectiva” é o ponto de vista a partir do qual são narrados os acontecimentos, ou seja, é “quem vê”. De modo análogo, o locutor é o responsável pelo enunciado, e o enunciador é o perspectivador dos fatos. Em outras palavras, o locutor dá existência a enunciadores de quem ele organiza as atitudes, sendo possível a ocorrência de pontos de vista diferentes, perspectivas diferentes dentro de um mesmo enunciado. Tais considerações se voltam para a problemática em torno do sujeito do texto, ou discurso, fazendo pensar em subjetividade, idéia esta desenvolvida muito particularmente por Benveniste, cuja correlação é traçada por Barros (2003) para quem:

[...] diferentemente deste autor, para Bakhtin, só é possível entender o dialogismo interacional através do deslocamento do conceito de sujeito, o qual passa a ser substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, fazendo deste um sujeito histórico e ideológico. Em outros termos, concebe-se o dialogismo como o espaço interacional entre o eu e o tu ou entre o eu e o outro, no texto. (BARROS, 2003, p.3)

Ao analisar a problemática da relação dialógica entre o eu e o tu, e a ligação desta para com as relações de persuasão e de interpretação que se estabelecem no texto, a partir da perspectiva da interação verbal, Barros (2003, p. 3) esclarece que, da concepção bakhtiniana de interação e interlocução verbal decorrem duas das direções atualmente empreendidas pelas teorias da enunciação: a de uma enunciação não-subjetivista e a de uma enunciação dialógica. A primeira, segundo esta autora, diz respeito à perspectiva adotada pela corrente francesa da Análise do Discurso, ao passo que esta última que, tem em J. Authier-Revuz um dos referenciais teóricos, aborda um outro aspecto do dialogismo, referindo-se ao diálogo entre os muitos textos da cultura, que se instala no interior de cada texto e o define. Estendendo-se um pouco mais acerca desta última direção apontada e que se enquadra dentro da perspectiva deste trabalho, a autora trata particularmente das relações intertextuais, e define o texto como “o ponto de intersecção de muitos diálogos, cruzamento das vozes oriundas de práticas de linguagem socialmente diversificadas”. É a partir deste prisma que vários autores vêm investigando as estratégias e procedimentos intertextuais que constituem as mais

diversas modalidades textuais que são veiculadas na sociedade, dentre elas, o texto chárgico. Para isto, entretanto, é importante trazermos à tona uma outra discussão que tem se apresentado com muita freqüência entre os estudos em torno das manifestações das vozes no interior de um mesmo texto ou discurso e que, embora não aponte para um consenso entre os autores, é algo relevante de observação. Trata-se das distinções envolvendo as noções de intertextualidade, interdiscursividade, dialogismo e polifonia, e que estão atreladas à concepção de heterogeneidade enunciativa<sup>26</sup>. As discussões apontam, em sua maioria, para as similaridades e diferenças existentes entre um e outro termo relacionados de maneiras distintas pelos autores.

Ao relacionar intertextualidade e interdiscursividade, Fiorin (2003, p. 30) esclarece que, apesar de ambos apontarem especificamente para um mesmo fenômeno, que é a presença de duas ou mais vozes num mesmo segmento discursivo ou textual, há diferença entre eles que precisam ser consideradas. Dentro deste prisma, o autor conceitua a intertextualidade como sendo “o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir ou transformar o sentido incorporado”, e interdiscursividade como “o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro”<sup>27</sup>. Dentro desta ótica, para Fiorin (2003, p. 35) “a interdiscursividade não implica a intertextualidade, embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciador se refere, também, ao discurso que ele manifesta”. Este autor ressalta ainda a idéia de que a interdiscursividade é inerente à constituição do discurso, recorrendo desta maneira à concepção de Maingueneau para quem “[...] um discurso não nasce, como em geral ele o pretende, de algum retorno às coisas mesmas. [...] mas de um trabalho sobre outros discursos”. (MAINGUENEAU 1987, apud FIORIN 2003, p. 35),

Tais considerações apontam, de outra maneira, para o que alguns autores consideram como sendo o primado do fenômeno intertextual sobre o fenômeno interdiscursivo. Neste sentido, a intertextualidade é apontada como condição de

---

<sup>26</sup> Trata-se de uma noção difundida dentro do campo de estudo da lingüística-discursiva e que é estudada detalhadamente por Jacqueline Authier-Revuz, através da classificação da heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, conforme afirma Brait (1996, p.108). Esta autora acrescenta ainda que a noção de heterogeneidade enunciativa foi desenvolvida a partir da articulação entre as concepções de Benveniste, Bakhtin, Pêcheux e Lacan, e esmiúça as formas metaenunciativas para dimensionar o discurso entre o sistema ideológico, o imaginário e o inconsciente.

<sup>27</sup> Para Fiorin (2003, p.32), a interdiscursividade ocorre quando há a repetição de idéias, isto é, percursos temáticos e/ou figurativos de outros. Para melhor esclarecimento, o autor cita como exemplo, os discursos situacionistas veiculados no Brasil, durante o período da ditadura militar, os quais, como lembra, investiam enfaticamente nos percursos temáticos da moralização, da modernização e da manutenção da ordem.

existência do próprio discurso, como, por exemplo, revela Koch (1997, p. 47-57) ao falar da “intertextualidade em sentido amplo” – sobre a qual trataremos mais adiante –, em que distingue intertextualidade de polifonia. Respalhada nas concepções de Bakhtin e Ducrot, a autora aborda a questão da pluralidade vocal no interior dos enunciados, ressaltando o processo de alteridade no qual, segundo ela, reside a principal diferença entre a polifonia e a intertextualidade. Na visão desta autora, enquanto na intertextualidade a alteridade é atestada pela presença de um intertexto ou de outro enunciador, de maneira mais ou menos concreta, na polifonia, basta que esta alteridade seja encenada. É neste sentido que para Koch (1997, p. 57), diferentemente da intertextualidade, a polifonia independe da presença específica de textos efetivamente produzidos, bastando apenas a incorporação de perspectivas textuais ou discursivas diferentes, com as quais o locutor se identifique ou não, afirmando que “[...] o conceito de polifonia recobre o de intertextualidade, isto é, todo caso de intertextualidade é um caso de polifonia, não sendo, porém, verdadeira a recíproca”.

Barros (2003, p. 4), por sua vez, aborda as relações entre dialogismo e polifonia, afirmando que, apesar de muitas vezes serem utilizados como sinônimos, esses conceitos apresentam distinções. A autora utiliza o termo polifonia para caracterizar um determinado tipo de texto, no qual, segundo observa, se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, reservando o termo dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso. É dentro desta ótica que a autora explica que:

Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir. [...] Monofonia e polifonia de um discurso são, dessa forma, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definições, dialógicos (BARROS, 2003, p. 6)

Neste contexto, ao contrário das concepções apresentadas por Koch (1997) e Fiorin (2003), que elegem a polifonia como conceito mais abrangente para a questão das múltiplas vozes que se entrecruzam nos enunciados, a autora enfoca o dialogismo como fenômeno de maior amplitude. Dentro desta perspectiva, o dialogismo é associado à noção de intertextualidade ressaltando-se o primado do intertextual sobre o textual. Desta maneira, diferentemente do que é colocado por Fiorin (2003, p. 35), para quem “A intertextualidade não é um fenômeno necessário para a constituição de um texto”,

Barros (2003, p. 4) afirma que “[...] a intertextualidade não é mais uma dimensão derivada, mas, ao contrário, a dimensão primeira de que o texto deriva”, complementando mais adiante que a intertextualidade na obra de Bakhtin é “antes de tudo, a intertextualidade ‘interna’ das vozes que falam e polemizam no texto, nele reproduzindo o diálogo com outros textos”.

É a partir desta perspectiva que Barros (2003, p. 5-6) distingue dialogismo de polifonia, referindo-se a este último como uma forma de caracterizar um determinado tipo de texto em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, ou seja, aqueles em que os diálogos são mascarados. Em outras palavras, os textos demonstram-se monofônicos ou polifônicos, de acordo com as estratégias discursivas utilizadas. Estas estratégias, por sua vez, respondem pelas operações produtoras de sentido de que nos fala Koch (1997, p. 47) ao discutir o princípio da intertextualidade no processo de produção de um discurso em que o intertexto passa a ser um componente decisivo das condições de produção do próprio discurso.

Sendo assim, observamos que, apesar de apresentarem diferenças conceituais em torno dos fenômenos de intertextualidade e polifonia, para ambas as autoras acima citadas, este último revela-se de natureza textual-discursiva e que a diferença entre um e outro está na forma de manifestação da alteridade, ou seja, na maneira como as múltiplas vozes são incorporadas e manifestas. Dentro deste prisma, a noção de polifonia enquanto um efeito de sentido decorrente de um procedimento discursivo utilizado em textos, por definições, dialógicos, apresentada por Barros (2003, p. 6), parece-nos mais adequada a este trabalho e também nos faz entender melhor a concepção de dialogismo que, segundo esta autora, é visto como “[...] o espaço interacional entre o eu e o tu ou entre o eu e o outro, no texto”. É, portanto, por meio deste espaço que as múltiplas vozes fazem-se ouvir de maneira polifônica, através das diversas estratégias intertextuais e interdiscursivas de que nos falam diversos autores, a exemplo de Koch, a quem retornamos.

A autora classifica ainda a intertextualidade em dois tipos específicos: “intertextualidade em sentido amplo”, e “intertextualidade em sentido restrito”, através dos quais analisa as diferentes formas de relações intertextuais presentes nos textos. Dentro deste prisma, Koch (1997, p. 47) assimila a “intertextualidade em sentido amplo” à interdiscursividade, nomeando-a como condição de existência do próprio discurso. Neste sentido, ela embasa o seu ponto de vista na concepção de interdiscursividade adotada pela perspectiva da Análise do Discurso, mencionando dois

de seus principais representantes, Maingueneau e Pêcheux, junto aos quais comunga com a idéia de que o discurso se estabelece sempre sobre um discurso prévio, acrescida também da visão acerca do princípio da intertextualidade no processo de produção do próprio discurso.

Retornando a uma outra concepção apresentada por esta mesma autora, discutimos agora a “intertextualidade em sentido restrito, a qual julgamos importante para abordagem deste trabalho. Esta visão adotada por Koch (1997), vale salientar, é baseada na noção de Beaugrande & Dressler, para quem a intertextualidade é apontada como um dos padrões de textualidade e diz respeito aos modos como a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos com os quais ele de alguma forma se relaciona.

Neste sentido, Koch (1997, p. 48-49) chama de “intertextualidade em sentido restrito” a relação que um texto mantém com outros textos previamente existentes, independentemente do nível de estruturação, e do qual fazem parte os seguintes tipos de intertextualidade: 1) “conteúdo x forma/conteúdo”; 2) “explícita x implícita”; 3) “das semelhanças x diferenças”; e 4) “com intertexto alheio, intertexto próprio ou atribuído a um enunciador genérico”. Em se tratando do primeiro deles, a autora explica que:

Ocorre intertextualidade de conteúdo, por exemplo, entre textos científicos de uma mesma área ou corrente do conhecimento, que se servem de conceitos e expressões comuns, já definidos em outros textos daquela área ou corrente; *entre matérias de jornais (e da mídia em geral), no mesmo dia ou no período de tempo em que dado assunto é focal; entre diversas matérias de um mesmo jornal sobre tal assunto; entre textos literários de uma mesma escola ou de um mesmo gênero. [...] Tem-se intertextualidade de forma/conteúdo, por exemplo, quando o autor de um texto imita ou parodia, tendo em vista efeitos específicos, estilos, registros ou variedades de língua, como é o caso de textos que reproduzem a linguagem bíblica, a de determinado escritor ou de um dado segmento da sociedade. (KOCH, 1997, p.49., - grifos nossos)*

No que diz respeito ao tipo 2, esta autora explica que a intertextualidade é explícita quando o intertexto é citado notoriamente no texto, a exemplo do discurso relatado. Ao contrário desta, a “implícita” ocorre sem a citação expressa da fonte, cabendo ao enunciatário recuperá-la na memória e assim, construir o sentido do texto. Quanto à intertextualidade “das semelhanças x das diferenças”, Koch (1997, p.49) explica que o texto é incorporado no intuito de seguir duas orientações distintas, a favor ou contra. Na primeira delas, o texto incorpora o intertexto de forma argumentativa, ao passo que na intertextualidade “das diferenças”, diz a autora: “[...] o texto incorpora o



intertexto para ridicularizá-lo, mostrar sua improcedência ou, pelo menos, colocá-lo em questão (paródia, ironia, estratégia argumentativa da concessão ou concordância parcial)”. Tais considerações estão baseadas no que Maingueneau (1996, 2004) se refere em várias de suas obras, como o valor de captação e o valor de subversão<sup>28</sup>, respectivamente. A classificação em torno das relações intertextuais feita pela autora, como podemos observar, vai ao encontro da preocupação apresentada por Fiorin (2003, p. 35) ao tratar da distinção entre os fenômenos intertextual e interdiscursivo, em que o primeiro aparece atrelado à modalidade especificamente textual e o outro à discursiva. Esta ponderação, por sua vez, nos leva a uma outra discussão pertinente ao desenvolvimento teórico deste trabalho, que é a distinção existente entre texto e discurso. Trata-se de uma discussão que, vale ressaltar, vem se tornando cada vez mais sugestiva no campo de estudo da Ciência da Linguagem, em decorrência da proliferação em particular do termo “discurso” nas diversas correntes atreladas a esta ciência.

Esta questão é abordada por Fávero e Koch (1998, p. 24), para quem ambos os termos têm sido usados em acepções bastante diversas, ora diferentes, ora como sinônimos, um do outro. É neste sentido que as autoras afirmam que:

Para os partidários da análise do discurso, o termo discurso parece ter significado mais amplo que texto, visto englobar tanto os enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva como as suas condições de produção. O texto seria apenas a manifestação verbal resultante. Para os lingüistas que seguem a linha de Hjelmslev, o texto equivale a todo e qualquer processo discursivo. [...] é lícito concluir, portanto, que o termo texto pode ser tomado em duas acepções: texto, sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada [...]. (FÁVERO; KOCH, 1998, p. 24)

Outro autor que aborda esta questão a que nos referimos é Maingueneau (2004), cujo ponto de vista converge para esta concepção apresentada pela linha de Hjelmslev. Para Maingueneau (2004, p. 52), a noção de discurso é muito utilizada em geral, por ser o sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem. O autor vai mais além e assegura que esta maneira sofre uma grande influência de diversas correntes das ciências humanas atreladas à pragmática que, por sua vez, constitui, segundo este autor, uma forma particular de apreensão da comunicação verbal. Esta

---

<sup>28</sup> Num de seus trabalhos mais recentes, Maingueneau (2004, p. 173) retoma tais noções, explicando de maneira sintetizada que “um discurso pode, de fato, imitar um outro, servindo de duas estratégias opostas: a captação e a subversão. Captar um texto significa imitá-lo, tomando a mesma direção que ele. Por outro lado, há subversão quando o texto que imita visa desqualificar o texto imitado”.

discussão, vale ressaltar, abrange ainda vários outros autores e concepções distintas, apontando dentre vários tópicos, as características essenciais do texto e do discurso. Contudo, não é do interesse deste trabalho aprofundar esta questão, limitando-nos a apresentar, de maneira resumida, as principais noções apresentadas pelos autores aqui mencionados, circunscrevendo, desta forma, a abordagem teórica adotada nesta dissertação ao conceito de texto em sentido lato aqui ressaltado. Esta opção, entretanto, não impede a aparição do termo “discurso” e suas derivações neste trabalho, tendo em vista o campo de estudo em que está situada esta pesquisa. Todavia, esclarecemos que o uso de tais termos estará associado aos autores e correntes teóricas referidas.

## 2.2 Gérard Genette e a teoria da transtextualidade

Apesar de estar vinculado ao interesse da Lingüística, o estudo da intertextualidade se estende a outros campos do conhecimento humano, a exemplo da literatura e da semiótica literária, que tem no teórico francês Gérard Genette, um dos principais nomes de referência. Ao abordar a questão da textualidade, o autor designa a intertextualidade como a presença de um texto em outro, com ou sem referência, situando-a no âmbito das relações transtextuais. Segundo a visão apresentada por ele, a intertextualidade faz parte de um fenômeno específico a que chama de transtextualidade, como sendo a “transcendência textual do texto”, ou seja, tudo o que coloca um texto em relação, manifesta ou secreta, com outros textos. A idéia remete a uma antiga prática da literatura francesa denominada de palimpsesto, do qual nos fala Maingueneau:

Durante séculos, a maior parte da literatura francesa constituiu uma espécie de palimpsesto: só era acessível a leitores familiarizados com a cultura greco-latina. [...] essa intertextualidade, porém, não passa de um aspecto particular vistoso de um fenômeno que se refere ao conjunto de obras literárias, o da **transtextualidade**, para repetir um termo de G. Genette. (MAINGUENEAU, 1996, p. 26)

Ainda segundo este autor, Genette prolonga o pensamento de Bakhtin, para quem, como já vimos, um discurso encontra o discurso do outro em todos os caminhos, num processo constante de interação e complementaridade. Ao apresentar a teoria da transtextualidade, Genette (1982, p. 14-15) ressalta que esta se divide em cinco tipos distintos, que são:

a) intertextualidade - supõe a co-presença de pelo menos dois textos num mesmo texto (alusão, citação, etc..);

b) paratextualidade - refere-se à relação menos explícita e mais distantes de dois textos (títulos, advertência, etc..);

c) metatextualidade - trata da relação ou comentário que une um texto a outro (crítica literária);

d) arquitextualidade - tratam-se das designações genéricas (comédia, novela, etc..);

e) hipertextualidade - trata de toda relação que une um texto **B** (designado hipertexto) a um texto **A** anterior (designado hipotexto, no qual o texto derivado se enxerta de uma forma que não é a do comentário.

Ao também apresentar os cinco tipos de transtextualidade acima mencionados, dentre os quais a intertextualidade aparece como uma categoria específica, Genette se debruça com maior ênfase sobre a hipertextualidade, por entender tratar-se do tipo mais complexo. Ao tratar especificamente deste fenômeno, Genette (1982, p. 14) frisa que “[...] quanto menos a hipertextualidade de uma obra é maciça e declarada, mais sua análise depende de um julgamento constitutivo e, até mesmo, de uma ‘decisão’ interpretativa do leitor”. Entre as formas de hipertexto, este autor reconhece todo texto derivado de um anterior por transformação direta simples (que passa a chamar simplesmente de *transformação*) ou por transformação indireta (designada *imitação*). Neste contexto, o autor esclarece que:

A imitação é uma espécie de transformação, porém mais complexa. Para transformar um texto, é suficiente um gesto simples ou mecânico (até o limite de arrancar algumas páginas de uma obra), enquanto para imitar é necessária a existência de um modelo prévio de competência genérica [...]. (GENETTE 1982, p.14)

Ao analisar as práticas hipertextuais, Genette (1982, p.15) insere a paródia e o disfarce entre derivações por transformação, diferenciados entre si pelo grau e tipo de alteração que infligem ao hipotexto, e a charge, o pasticho e a invenção, entre práticas de derivação por imitação, distintas de acordo com o grau e intencionalidade na transformação estilística de um texto anterior. Em outras palavras, para este autor, a paródia e o disfarce mantêm uma relação de transformação com o hipotexto, sendo a primeira por meio do regime lúdico, ao passo que o disfarce por meio do regime satírico. Nesta classificação, a charge e a invenção passam a manter uma relação de

imitação (de estilo), estando esta primeira enquadrada dentro do regime satírico, e a invenção, de um regime sério, conforme quadro abaixo.

<b>RELAÇÃO/REGIME</b>		<b>LÚDICO</b>	<b>SATÍRICO</b>	<b>SÉRIO</b>
Transformação		Paródia	Disfarce	-
Imitação		Pasticho	Charge	Invenção

Ao fazer esta classificação, Genette (1982, p.18) faz uma outra observação referente à linha tênue que separa estas categorias uma da outra, no processo hipertextual, estabelecendo o que chama de “estatuto intermediário”. Neste sentido, o autor acrescenta que, entre o lúdico e o satírico, está inserido o irônico; entre o satírico e o sério, o polêmico e entre o lúdico e o sério, estaria o humorístico.

Tomando como base tais noções, podemos afirmar que as charges jornalísticas se enquadram dentro desta fronteira móvel, indo do lúdico ao satírico, passando pela instância irônica, e do lúdico ao sério, provocando o humor. No que diz respeito ao processo de imitação estabelecido por este autor, podemos citar, como exemplo mais explícito, as charges políticas, em que os discursos proferidos pelos parlamentares não são meramente transformados, mas sim, imitados seguindo uma transformação estilística que vai do discurso político para o discurso humorístico.

Como podemos perceber, trata-se de uma importante contribuição, que, conciliada com as demais apresentadas anteriormente, ajuda a desnudar melhor a complexa rede de significados tecida pelo viés da intertextualidade. Neste sentido, é importante ressaltar que, quer sejam tratados como transtextualidade ou intertextualidade, tais fenômenos não estão restritos aos aspectos meramente estruturais do texto, participando também da sua reconstrução estilística num sentido mais amplo. Seguindo perspectiva similar, Fairclough (2001, p. 136), ao abordar a intertextualidade, faz a seguinte afirmativa:

Além de incorporar ou, por outro lado, responder a outros textos, a intertextualidade do texto pode ser considerada como incorporando as relações potencialmente complexas que tem com as convenções (gêneros, discursos, tipos de atividades) que estão estruturadas juntas e constituem uma ordem de discurso. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 136)

Ao fazer tal assertiva, Fairclough (2001, p. 140) - autor que, vale ressaltar, desenvolveu uma longa discussão sobre este tema, à qual nos referimos aqui de forma sucinta - faz referência a outra problemática em torno da intertextualidade, na qual

esta é vista como fonte de ambivalência dos textos, chamando a atenção para o fato de que diferentes sentidos podem coexistirem no texto. O autor se refere ao emprego ambivalente de enunciados e palavras reapropriados, através da prática da representação do discurso (discurso relatado), manifesta principalmente por meio de citação, muito comum, por exemplo, em textos jornalísticos e publicitários. Trata-se de uma das formas de intertextualidade explícita de que nos falamos alguns outros autores, dentre eles Maingueneau (2004). Ao abordar as diferentes formas de uso do discurso relatado nos enunciados, Maingueneau (2004, p. 151-154) também faz alusão às práticas discursivas adotadas pela mídia, dentre elas as “formas híbridas”, ou seja, que incluem diversas e diferentes recursos lingüísticos, em que, segundo o autor, são utilizados determinados procedimentos, a exemplos de fragmentos enunciativos, aspas, itálicos, etc. Essa prática discursiva diz respeito, em síntese, às diferentes formas do emprego de citações adotadas pelo enunciador citante através dos padrões de discursos direto e indireto, os quais trazem, para dentro de determinado texto, fragmentos de outros textos. Estes fatores aqui elencados apontam para o processo de construção da significação e produção de sentido no e através do texto, aspecto este que trataremos a partir do próximo subitem.

### **2.3 A intertextualidade na construção da significação lingüístico-discursiva**

Há séculos, lingüistas e filósofos travam uma ampla discussão em torno do fenômeno da significação. A problemática tem início em torno da própria concepção da palavra ‘significado’, que apresenta diversos sentidos. Esta diversidade, por sua vez, está atrelada às questões relativas às estruturas e funções da linguagem. Nesta perspectiva, Bakhtin é considerado como um dos autores a dar uma contribuição importante para o estudo desta questão. É dentro deste contexto, que Brait (1997) ressalta o fato de que, para Bakhtin, a preocupação está em estudar o discurso não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa, um entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se nas e pelas interações entre sujeitos, ressaltando outro princípio determinante no uso da linguagem que é a subjetividade. Ao focar o dialogismo e a relação deste com estas questões levantadas, Brait (1997, p. 69) esclarece que “o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos”.

Estas concepções, por sua vez, revelam a preocupação específica de Bakhtin (1999, p.128) com o problema da significação na linguagem, apontado por ele próprio como “[...] um dos mais árduos em lingüística”. Esta preocupação aparece relacionada à “plurivocidade sígnica”, ou seja, ao caráter multissêmico do signo, aspecto este considerado como um dos problemas mais complexos da Lingüística e das demais ciências voltadas para o estudo do signo, a exemplo da semiótica e da semiologia. Esta problemática é estudada por vários autores, como Faraco (2003), Barros (2003) e Brait (1997) sob a perspectiva bakhtiniana, os quais se esforçam no sentido de oferecer uma compreensão mais precisa acerca do pensamento de Bakhtin a respeito de tal fenômeno, que tem como base a complicada relação entre as palavras e as coisas, numa perspectiva sócio-histórica. Ao abordar a questão, Bakhtin (1997, apud FARACO 2003, p. 50) ressalta que a complexidade em torno de tal fenômeno ocorre face à “[...] interação dialógica das várias inteligibilidades socioverbais que conceptualizam as coisas”. Para este autor, esta problemática é melhor compreendida por meio da doutrina da refração, considerada uma condição necessária do signo, conforme explica Faraco (2003) ao fazer uma leitura da concepção do Círculo de Bakhtin:

[...] para o Círculo, não é possível significar sem refratar. Isso porque as significações não estão dadas no signo em si, nem estão garantidas por um sistema semântico abstrato, único e atemporal, nem pela referência a um mundo dado uniforme e transparentemente, mas são construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiência dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais. (FARACO, 2003, p. 50)

De acordo com este autor, os signos não apenas refletem o mundo, mas também, e principalmente, refratam o mundo. O termo refração, neste contexto, diz respeito ao processo de transmutação do mundo em matéria significativa, que conforme esclarece Faraco (2003, p. 49) “[...] se dá sempre atravessado pela refração dos quadros axiológicos”. Em outras palavras, podemos entender que “refratar” significa que os signos não somente descrevem o mundo, mas constroem diversas interpretações desse mundo e que o universo das significações é movido pela pluralência social dos signos. Sendo assim, explica Faraco (2003, p. 50), “o material semiótico pode ser o mesmo, mas sua significação no ato social concreto de enunciação, dependendo da voz social em que está ancorado, será diferente”.

Tais considerações ressaltam o fato de que a significação não é dada, mas sim desenvolvida a partir do complexo processo das relações dialógicas socioverbais, que

envolve as figuras do enunciador e enunciatário nas mais diversas situações comunicacionais. Dentro deste prisma, Bakhtin (2003, p. 331-332) ressalta a relação dialética entre uma e outra parte, afirmando que “[...] a compreensão responsiva do conjunto discursivo é sempre de índole dialógica”. Para ele, a própria compreensão integra o sistema dialógico como elemento dialógico e, de certo modo, lhe modifica o sentido. Dentro desta perspectiva, Bakhtin (2003, p.332) faz uma analogia tomando como exemplo a participação de um pesquisador em ciências sociais num dado experimento, acrescentando que “um observador não tem posição fora do mundo do observado, e sua observação integra como componente o objeto observado”. Ao fazer tal consideração, o autor insere na relação dialógica aqui discutida a figura do ‘entendedor’ como um terceiro no diálogo, a quem chama de “supradestinatário superior”, que adota uma posição dialógica específica. Esta concepção, ao que parece, descreve o dinâmico processo de construção da significação e sentidos dos textos de que nos falamos algumas das correntes de estudos lingüísticos, a exemplo da Lingüística Textual e Pragmática, as quais ressaltam a postura ativa e interacionista do receptor, capaz de não apenas dar sentido ao que lhe é exposto, como alterar o que lhe é exposto. Bakhtin (2003, p. 322) reforça ainda mais sua premissa conceitual, ao afirmar que “a compreensão integra o sentido dialógico como elemento dialógico e de certo modo lhe modifica o sentido total”, ao se referir inteiramente aos enunciados plenos e às relações entre eles.

### **2.3.1 A ironia e a paródia como recursos intertextuais de significação**

Dentro desta abordagem de caráter pragmático-enunciativa, destacam-se vários recursos lingüístico-discursivos e figurativos de caráter dialógico e intertextual, assinalando a pluralidade de vozes e de significados textuais e discursivos. Entre eles está a paródia, elemento também trabalhado por Bakhtin, mais especificamente na teoria da carnavalização<sup>29</sup>, através da qual o pensador russo transporta para a literatura a abolição das distinções entre o épico e o trágico. Neste contexto, “ele passa a ver a

---

<sup>29</sup> Trata-se de uma das teorias desenvolvidas por Bakhtin, que consiste numa visão ampla de dialogismo que abrange toda a linguagem e não apenas a criação literária. De acordo com Fávero (2003, p.51), nela, “o carnaval é tratado não como um fenômeno boêmio e banal, mas como uma grandiosa cosmovisão universalmente popular de milênios passados”.

paródia como um elemento inseparável da sátira menipéia<sup>30</sup> e de todos os gêneros carnavalescos”, conforme explica Fávero (2003, p. 53).

Esse autor ressalta ainda a compreensão de que o discurso da paródia é ambivalente, pelo fato de que, no interior deste, uma coisa está sempre na fronteira como o seu contrário, contradizendo-a, relativizando-a. É neste sentido que, dentro da ótica bakhtiniana, a paródia representa um palco de luta entre vozes contrárias. Etimologicamente, o termo paródia significa “canto paralelo” (do gr. pará, ao lado de; odé, ode, canto), uma espécie de contra-canto. Como podemos ver, a própria etimologia da palavra marca o caráter dialógico e intertextual da paródia, uma vez que assinala a idéia de dupla escritura e leitura.

Neste mesmo campo está outro recurso polifônico de efeito divergente, objeto de estudo de diversos trabalhos teóricos, que é a ironia. Objeto de estudo secular da filosofia, de onde advém a concepção tradicional, a ironia está atrelada às bases da retórica, que a enquadra como uma figura de pensamento pela qual se exprime um conceito contrário ao que se pensa, funcionando desta maneira como uma espécie de antífrase. Esta concepção, por sua vez, está atrelada às questões concernentes à ambigüidade como traço inerente ao funcionamento da linguagem, perspectiva esta de filósofos como Aristóteles, Sócrates e Platão, os quais tratavam da ambigüidade como configuração do riso, do humor, do cômico e da ironia. De lá para cá, foram inúmeros os estudos em torno da ironia desenvolvidos a partir da visão filosófica. Esses estudos configuraram diferentes abordagens de teor filosófico, psicanalítico, sociológico, retórico, estilístico e, por último, lingüístico-discursivo, no qual nos deteremos por tratar-se da abordagem teórica deste trabalho.

Dentro deste prisma, quem tratou da problemática de maneira mais aprofundada foi Ducrot (1987, p. 96-99), ao formular sua tese sobre o discurso irônico. Para tanto, o autor recorreu à distinção do locutor e dos enunciadores, para afirmar que, na ironia, um locutor L (ser do discurso) apresenta a enunciação como a posição de um enunciador. Para ele, distinguir locutor de enunciador permite explicitar o aspecto paradoxal da ironia, pois o locutor só é responsável pelas palavras e não pelos pontos de vista manifestados nas palavras. Esses pontos de vista, que são chamados pelo autor de “absurdos”, são atribuídos a um outro personagem: o enunciador. É neste sentido que

---

<sup>30</sup> O termo refere-se à decomposição do diálogo socrático cujo nome está atrelado ao filósofo Ménippe, de Godare (séc. III a.c). Segundo explica Fávero (2003, p.52) “Literalmente é originada dos escritores da escola cênica que haviam preferido viver desprezados e escarnecidos para poder ridicularizar e cobrir de desprezo as normas que detestavam”.



Ducrot (1987, p. 98) afirma que “é essencial à ironia que L. não coloque em cena um outro enunciador”. Assim sendo, para Ducrot, falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador.

Seguindo esta tendência, vários estudos foram e continuam sendo desenvolvidos em torno da ironia, no intuito de desvendar este fenômeno sob a perspectiva discursiva e enunciativa da linguagem. Um trabalho de destaque é o de Brait (1996), que, baseada nas correntes teóricas aqui mencionadas, analisa o discurso numa perspectiva polifônica e dialógica. A autora parte do pressuposto da ironia enquanto princípio estruturador de um dado discurso ou de um dado texto, afirmando que, neste sentido, ela constitui um importante elemento de auxílio à compreensão, não apenas dos discursos literários, mas também dos não-literários e de suas especificidades. Para Brait (1996, p. 57) a ironia representa mais que uma figura de linguagem e seus efeitos vão além das chamadas frases de efeitos. Ao esboçar uma definição para a ironia, função esta que ressalta ser algo extremamente complexo e inacabado, a autora firma que:

[...] a ironia pode ser enfrentada como um discurso que através de mecanismo dialógicos oferece-se basicamente como argumento indireta e indiretamente estruturada, como paradoxo argumentativo, como afrontamento de idéias e de normas institucionais, como instauração da polêmica, ou mesmo como estratégia defensiva [...] esta perspectiva, concebendo a ironia como uma forma de discurso, pode compreender o humor, a paródia, a intertextualidade, a interdiscursividade e outros elementos elencados como mecanismos que participam, ao mesmo tempo ou não, da estruturação de um discurso irônico, ou que se oferecem como efeito de sentido provocado pela ironia. (BRAIT, 1996, p. 58).

Situada dentro deste prisma, portanto, a ironia se distancia da concepção tradicional restrita, mencionada anteriormente, passando à condição de recurso lingüístico-discursivo constitutivo da linguagem. Nesta concepção, esse recurso se associa a questões como a intertextualidade e o contexto, atuando direta e indiretamente do processo de significação e efeito de sentido da enunciação e, por conseguinte, dos enunciados. Para Brait (1996, p. 59), os fatores intertextuais e contextuais atuam como sinais enunciativos promovendo, no plano da significação, uma cumplicidade entre o enunciador e o enunciatário, produzindo efeitos diversos, dentre eles o humorístico. Dentro desta dimensão enunciativa, Brait (1996, p. 106) acrescenta ainda que é “possível afirmar que a ironia acontece como conflito entre enunciado e enunciação e que as duas instâncias estão articuladas e associadas de uma forma particular à constituição do processo irônico”.

Dentro deste prisma, a autora coloca a interdiscursividade como um fator fundamental na construção da ironia, que aparece conjugada a outras formas de reinstauração de discursos, a exemplo da intertextualidade. Tomando como base a confluência enunciativa - ou seja, a maneira de um discurso lidar com outros para colocá-los ou colocar-se em evidência - Brait (1996, p.106) vem, por fim, afirmar que para haver ironia, é preciso a opacificação do discurso, explicando que “um enunciador produz um enunciado de tal forma a chamar a atenção não apenas para o que é dito, mas para a forma de dizer e para as contradições existentes entre as duas dimensões”. Assim sendo, podemos concluir que a ironia se constrói por meio da interdiscursividade e da intertextualidade, embora muito mais pela primeira que por esta última, como defendem alguns autores, a exemplo de Koch (2004) e Fiorin (2003) para quem, como vimos em discussão anterior, a construção do interdiscurso não exige a recuperação de outros textos, bastando apenas a encenação.

Em continuidade ao estudo sobre a ironia, Brait (1996) também tece considerações sobre o uso desta no jornal impresso, afirmando que este se utiliza de recursos que lhe são próprios para constituir uma seqüência irônica. De acordo com Brait (1996, p. 65), “[...] o jornal se diferencia dos demais ‘veículos’, pelo fato de que tanto a linguagem verbal quanto a visual são acionadas de forma a provocar a interpretação e conseqüentemente a atuação conjunta”. Para a estudiosa, este fato envolve a combinação de vários elementos, a exemplo do texto-foto e texto-ilustração, que caracterizam as estratégias discursivas e textuais empregadas pelo jornal ao longo da história, as quais obrigam o analista a pensar determinadas questões de significação também a partir dessas particularidades. Ao também estudar o emprego da ironia no jornal, Castro (1997, p. 130-137) volta a sua atenção para o uso de provérbios e máximas muito comum neste tipo de veículo. Para este autor, a união de estrutura proverbial com a ironia revela uma forma peculiar pela irreverência feroz e pelo efeito absolutamente desconcertante geralmente causado. Ao mencionar Maingueneau e Gréssillon, Castro (1997, p. 132) atribui o efeito produzido ao que estes autores chamam de “desvio”, explicando se tratar de um procedimento discursivo que consiste em produzir uma enunciação, representativa de um provérbio original, sobre a qual se constrói outra enunciação. Castro (1997, p. 132-133) explica que o discurso irônico é sempre construído em dois níveis: o implícito (ou uma primeira voz) e o explícito (ou a outra voz), ressaltando, por sua vez, o caráter dialógico do discurso.

Neste contexto, Castro (1997, p.134-135) apresenta os três tipos de desvios mais comuns: a) subversão do provérbio conhecido – aquele que faz surgir uma contradição entre o sentido veiculado pela enunciação original e aquele resultante do desvio; b) valorização da autoridade proverbial – aquele que nasce a partir da relação com o modelo de outros textos, estabelecendo, entre eles, semelhanças e diferenças; c) desvio lúdico – aquele que consiste no emprego de verdadeiras “piruetas” lingüísticas para produzir efeitos de sentidos diversos, sobretudo, por meio do “jogo” de palavras. Tais considerações nos parecem bastante preciosas, uma vez que nos remetem ao nosso universo de pesquisa que é o jornal impresso, bem como mais especificamente ao jogo ambíguo muito presente nas charges, os quais pretendemos estudar com maior profundidade no próximo capítulo. Antes disto, porém, consideramos importante abordarmos aqui uma discussão acerca de outro elemento de grande relevância no processo de construção da significação enunciativa que é o contexto.

## 2.4 Contexto e significação

A relação contextual da linguagem é abordada por diferentes autores, como Brait (1996), Fávero (2003), Fiorin (2003) entre outros, para quem os fatores de contextualização respondem pela ancoragem do texto em dada situação comunicativa, desenvolvendo um papel decisivo para a interpretação. Contudo, para efeito de circunscrição, abordaremos aqui a visão apresentada por Maingueneau (2004) e Koch (2004), que abordam este elemento em alguns de seus trabalhos. Para Maingueneau (2004, p. 20), “[...] compreender um enunciado é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável”. Esta afirmativa revela a visão pragmática do autor, para quem a compreensão de um enunciado está além da gramática e do dicionário.

Ao defender o “estatuto pragmático do enunciado”<sup>31</sup>, Maingueneau (2004, p. 26) enfatiza a importância do contexto como elemento de orientação essencial para a interpretação de qualquer ato enunciativo. Assim como a intertextualidade, o contexto está associado ao “conhecimento enciclopédico”, ou seja, o conhecimento de mundo compartilhado pelo enunciador e enunciatário de textos. Neste sentido, o autor esclarece

---

<sup>31</sup> Maingueneau (2004, p. 20) utiliza esta expressão ao abordar o sentido de um enunciado, que para ele, está além de um conhecimento do léxico e da gramática da língua. Para o autor, o contexto desempenha um papel de fundamental importância na construção do sentido de um enunciado, afirmando que este possui um certo valor pragmático.

ainda que este compartilhamento está associado não apenas aos textos antecedentes, como também ao ambiente físico da enunciação, que ele classifica como um dos tipos específicos de contexto. Ao analisar o assunto, Maingueneau (2004, p. 26) classifica o contexto em três tipos específicos, que, segundo ele, fornecem alguns elementos muito importantes para o ato interpretativo do enunciado. São eles: a) O ambiente físico da enunciação, ou contexto situacional; b) O cotexto; c) Os saberes anteriores à enunciação.

O primeiro tipo está relacionado a algumas unidades do enunciado, a exemplo das marcas de tempo e de pessoa, uso de determinante demonstrativo, dentre outros. Valendo-se do contexto situacional, por exemplo, podem-se interpretar unidades como “esse lugar”, o presente do verbo, os pronomes “eu”, ou “você”, etc. O cotexto diz respeito às seqüências verbais situadas em torno das unidades a interpretar, considerando os enunciados como fragmentos de uma totalidade mais ampla. Este elemento trata da dependência contextual manifesta pela grande maioria das expressões referenciais dentro das sentenças enunciativas. Trata-se, em outras palavras, do próprio texto em sentido mais amplo, como contexto. O recurso a este tipo específico de contexto tem como propósito mobilizar o intérprete a colocar uma dada unidade em relação a uma outra do mesmo texto, desta maneira, auxiliando a sua compreensão.

E o último contexto está relacionado ao conhecimento prévio do enunciatário acerca do enunciado, o que outros teóricos chamam de “conhecimento enciclopédico” ou “conhecimento de mundo”, que diz respeito ao compartilhamento de noções e idéias em comum e anteriores ao enunciado. Dentro desta visão, os conhecimentos compartilhados assumem um papel de fundamental importância no processo de construção do texto, uma vez que, são imprescindíveis para efetuar a referência, que é uma tarefa da leitura, enquanto interpretação, a partir dos elementos do texto. Esta afirmativa evidencia, por sua vez, o caráter semântico de que se reveste o sistema de referência nas diversas construções enunciativas, conforme também aponta esta autora ao tratar dos conhecimentos compartilhados na construção da referência.

Outro autor que também aborda a questão do contexto e significação é Marcuschi (1997) que, segundo Koch (2004, p. 35), articula o problema da contextualização à situação comunicativa, associando elementos lingüístico-discursivos a comportamentos semióticos que estruturam e regem os enunciados, oferecendo-lhes interpretações e sentidos diversos. Dentro deste prisma, Marcuschi (1997 apud KOCH 2004, p. 33), menciona os dois subtipos de fatores de contextualização importantes

neste sentido, que são: “contextualizadores” propriamente ditos (data, local, assinatura, timbre, diagramação, localização na página e caderno, em se tratando de textos jornalísticos, entre outros.) e os “prospectivos”, que permitem avançar expectativas sobre o texto, incluindo aqui título, nome do autor, etc. As considerações apresentadas, como vemos, revelam a importância dos elementos de contextualização dentro do processo de significação dos enunciados, enfatizando o ponto de tensão freqüente entre o lingüístico e o extralingüístico nas mais diversificadas modalidades enunciativas em uso.

As abordagens apresentadas neste capítulo apresentam, ainda que de maneira limitada, uma visão da complexa e dinâmica rede de construção da significação por meio da intertextualidade. Situado neste direcionamento e baseado em algumas das concepções aqui apresentadas, sobretudo àquelas associadas à idéia de dialogismo de Bakhtin, este trabalho propõe-se a lançar um olhar criterioso acerca deste fenômeno, enfocando, em especial, o processo de construção da significação das charges jornalísticas veiculadas na imprensa paraibana, destacando as diferentes estratégias enunciativas de cunho intertextual atuantes neste processo.

### 3.1 O *Jornal da Paraíba*

Fundado no dia 5 de setembro de 1971, o *Jornal da Paraíba* (JP) é atualmente, um dos três jornais diários de circulação estadual. O jornal nasceu de uma iniciativa empreendedora de um grupo de empresários formado por José Carlos da Silva Júnior, Humberto Almeida, Júlio Costa, Ademar Borges da Costa, Raimundo Lira, João Batista Dantas, João Rique Ferreira, Artur Monteiro, Maurício Almeida e Josusmá Coelho Viana, com a idéia de dotar Campina Grande de um veículo que realmente defendesse os legítimos anseios da cidade e também da Paraíba, conforme esclarece Silva (1990, p. 143).

Voltado inicialmente para a realidade do município de Campina Grande, o primeiro exemplar do jornal circulou com nove cadernos, num total de 72 páginas, acrescido de cadernos especiais que destacavam a potencialidade da cidade. Tratava-se do segundo matutino em circulação diária na cidade e que, em pouco tempo, conquistou um grande público<sup>32</sup>. Assim como os demais veículos da imprensa brasileira, de uma forma geral, a história do *Jornal da Paraíba* é marcada por uma série de fases distintas, com sucessivas mudanças administrativas e transformações de natureza gráfica e editorial (SILVA 1990, p. 144). Estas últimas se davam sempre seguindo o lema da modernização e das novas técnicas jornalísticas, em busca de abarcar um público leitor cada vez maior. A última reforma de projeto gráfico aconteceu em 14 de fevereiro de 2006.

Foi neste contexto de mudanças que, em 2001, o jornal até então com sede fixada na rua Major Juvino do Ó, no centro de Campina Grande, onde hoje funciona a sua sucursal, sofreu uma de suas maiores transformações. Referimo-nos à mudança do corpo editorial para a capital. Com isso, o *Jornal da Paraíba* ampliou o seu foco para uma cobertura estadual, fazendo concorrência com os dois outros jornais de circulação estadual já existentes: o jornal *O Norte* (pertencente ao grupo Diários Associados) e o jornal *Correio da Paraíba* (pertencente ao Sistema Correio de Comunicação). Contudo, o JP – como é popularmente conhecido o jornal em Campina Grande-, continuou sendo impresso nesta cidade, onde permanecem situadas até hoje as oficinas gráficas. Mesmo

---

<sup>32</sup> O *Jornal da Paraíba* passou a concorrer diretamente com o *Diário da Borborema*, o primeiro jornal a circular diariamente em Campina Grande, a partir da década de 1970, e que continua em circulação até hoje. Em pouco tempo, o JP passa à liderança como o maior jornal em circulação na cidade, conquistando prestígio perante a comunidade local, conforme informa Silva (1990, p. 143).

tendo transferido seu corpo editorial para João Pessoa, o *Jornal da Paraíba* dá destaque ao cenário campinense, fornecendo um segundo clichê<sup>33</sup> para a cidade. A tiragem atual do JP é, em média, 7.5000 exemplares. Adotando o lema *Jornal da Paraíba – o jornal que mais cresce no Estado*, o veículo continua investindo em estratégias de marketing e inovações editoriais na luta pela conquista da liderança no mercado, destacando-se notadamente como um dos principais jornais em circulação nesta cidade e em todo o Estado.

No tocante à linha ideológica, o *Jornal da Paraíba*, a exemplos dos demais órgãos de imprensa paraibanos, manifesta uma posição político-ideológica definida, convergindo, sobretudo, com os interesses da política partidária local com a qual o veículo se mantém em sintonia. Esta prática, vale ressaltar, constitui um fenômeno que, conforme explica Araújo (1983, p. 74), vem se repetindo na história da imprensa brasileira<sup>34</sup>. No *Jornal da Paraíba*, esta tendência fica evidenciada a partir de 1976, quando o empresário José Carlos da Silva, que desde aquela época já era o principal acionista do jornal, ocupava o cargo de vice-governador do Estado da Paraíba. Conforme explica Silva (1990, p.146), o empresário utilizou-se do cargo político para “[...] fortalecer a empresa, a partir de seus interesses políticos no contexto estadual [...]”. Dentro desta linha ideológica, o JP vem manifestando, no decorrer dos últimos anos, uma postura de consonância com os interesses de determinados grupos políticos, em especial, o grupo liderado pela família Cunha Lima (PSDB), que se mantém atualmente no poder do Governo do Estado.

### 3.1.1 A charge no *Jornal da Paraíba*

Assim como a maioria dos jornais diários brasileiros, o *Jornal da Paraíba* mantém um espaço pré-definido para a publicação de charges, que é a editoria de Opinião, neste veículo localizada sempre na página 6 do primeiro caderno – a esta chamaremos de “charge principal”. O desenho ocupa um espaço circunscrito de 7,5cm de altura x 14,7cm de largura, delimitado por um fio em negrito, encabeçado pelo nome

---

<sup>33</sup> Na linguagem jornalística, trata-se de uma segunda “primeira página” do jornal, como é chamada a capa em que são destacadas as principais notícias de cada edição. Este segundo clichê diferencia-se da primeira página da edição que circula em João Pessoa, dando mais ênfase aos fatos de interesse local, ou seja, de Campina Grande.

<sup>34</sup> Ao estudar a história da ideologia na imprensa nacional e estadual, Araújo (1983, p. 73-74.) aborda o envolvimento político-partidário dos órgãos de imprensa, afirmando que, desde o século XIX, “[...] qualquer jornal que aspirasse a uma circulação regular, devia girar em torno do partidário político”.

do chargista: Lila. Além desta editoria específica, este tipo textual imagético também ocupa esporadicamente outros espaços do jornal, que são as colunas de natureza opinativas publicadas em outras editorias.

Estas charges são utilizadas para ilustrar a opinião de colunistas que escrevem para o jornal e seus significados estão associados diretamente aos comentários junto aos quais elas aparecem inseridas. Neste contexto, tem sido freqüente o uso de charges em colunas das editorias de Política, Cidades e Esportes, numa clara demonstração da expansão enunciativa desta modalidade comunicativa<sup>35</sup>. Os desenhos diferem das charges reproduzidas na editoria de Opinião, sendo construídas, em sua maioria, por meio de computação gráfica.

No que se refere à charge principal, publicada diariamente no jornal e que compõe o objeto de estudo central deste trabalho, os desenhos são de autoria do chargista Erinaldo da Silva, conhecido profissionalmente por Lila, pseudônimo advindo de um apelido de infância. Técnico em artes gráficas, Lila é desenhista desde os oito anos de idade, aptidão esta aprimorada por meio de vários cursos técnicos realizados no Rio de Janeiro, na década de 1980, que o habilitaram em diversas atividades na área, dentre elas as de lay-out, desenho animado e história em quadrinhos.

A aptidão para o humor gráfico surgiu em 1986, através de um convite para trabalhar no *Jornal do Cariri*, antigo periódico publicado em Campina Grande, sua cidade natal. Foi a partir deste veículo que Lila começou a exercer a função de chargista. Em 1995, Lila foi contratado pelo *Jornal da Paraíba* onde permanece até hoje na função de chargista diário. A habilidade e o domínio nesta atividade já lhe renderam diversos prêmios em nível nacional, colocando-o entre os principais chargistas brasileiros. Dentre esses prêmios está o de melhor charge do dia, na categoria não verbal, concedida pelo site [www.chargeonline.com.br](http://www.chargeonline.com.br), conforme informou o próprio chargista em entrevista concedida a este pesquisador. Esta premiação repetiu-se por cinco vezes no período de 2003 a 2005, por este mesmo jornal eletrônico especializado em humor gráfico e referência no ramo. Além destes, Lila produziu dois livros de charges, cartuns e caricatura. O primeiro deles foi publicado em 1999 e tem como título: *Vale a pena rir de novo*, o segundo foi lançado neste ano de 2006, e

---

<sup>35</sup> Dentro deste aspecto, pudemos observar que, diferentemente do jornal *Correio da Paraíba*, o *Jornal da Paraíba* apresenta uma tendência maior para o jornalismo opinativo. O fato pode ser observado através do uso com maior intensidade de charges ilustrando comentários em diversas editorias, como também pela apresentação de um número maior de colunistas sustentado por este veículo.



intitula-se: *Ria enquanto pode*, uma coletânea de charges e cartuns publicados ao longo de sua carreira de chargista, que completou 20 anos em março deste mesmo ano.

### 3.2 O Correio da Paraíba

Fundado em 5 de agosto de 1953 por Teotônio Neto, o jornal *Correio da Paraíba* destaca-se como o terceiro jornal da história da imprensa paraibana. Voltado, desde o princípio, para uma proposta de abrangência estadual, enfocando, para isto, temas e problemas que comandam a vida do paraibano, como ressalta Silva (1990, p. 141), o órgão surgiu com periodicidade semanal, passando em poucos meses à condição de jornal diário.

Assim como os demais jornais em circulação no Estado, o *Correio da Paraíba* teve o seu projeto gráfico-editorial alterado por diversas vezes, motivado pela marcha em nome da modernidade, fenômeno este que caracterizou de maneira significativa a vida da imprensa paraibana no século XX. Entre as últimas alterações editoriais efetuadas no decorrer dos últimos dois anos, está a mudança da editoria de Opinião, antes situada na página 2, para a página 6 do primeiro caderno, mudança esta também ocorrida com o *Jornal da Paraíba*.

As transformações também foram de ordem administrativa. A mais marcante delas aconteceu na década de 1980, quando, por força de uma grave crise financeira, o veículo foi incorporado pelo grupo industrial Polyutil, tendo à frente o empresário Roberto Cavalcante, presidente do Sistema Correio de Comunicação. O *Correio da Paraíba* foi o primeiro órgão de imprensa do grupo empresarial, hoje constituído por uma rede de emissoras de rádios AM e FM, e televisão. Considerado líder em circulação no Estado, segundo dados do IVC (Instituto Verificador de Circulação), o jornal *Correio da Paraíba* mantém até os dias de hoje uma forte penetração na capital e interior do Estado, alcançando uma tiragem de pouco mais de 10 mil exemplares durante os dias da semana e aproximadamente 22 mil aos domingos<sup>36</sup>.

No que diz respeito ao perfil ideológico, o *Correio da Paraíba* é apontado como um veículo marcadamente de tradição oposicionista, como ressalta Melo (Apud SILVA, 1990, p. 141), em estudo realizado no período de 1962 a 1965, “[...] quando o jornal assumiu uma posição de liderança na região com uma cobertura identificada com os

---

<sup>36</sup> Os dados foram extraídos de uma cópia da tabela mensal de levantamento estatístico da circulação dos principais jornais do país, fornecida pelo IVC e repassada a esta pesquisa pelo departamento comercial do jornal *Correio da Paraíba*. A divulgação deste levantamento é restrita aos veículos cadastrados junto a este órgão. Os números dizem respeito ao mês de outubro de 2005.

movimentos populares aqui registrados”. Esta postura oposicionista manifesta-se nos dias atuais, em que o veículo é visto como o principal órgão de imprensa a fazer oposição, de maneira explícita, ao Governo do Estado.

Como podemos observar, com base nos dados aqui apresentados, os veículos *Jornal da Paraíba* e o *Correio da Paraíba* são dois importantes órgãos que fazem parte da história da imprensa paraibana, configurando-se como potenciais representantes do jornalismo praticado no estado, razão pela qual os elegemos para a realização desta pesquisa.

### **3.2.1 A charge no *Correio da Paraíba***

Da mesma maneira que no *Jornal da Paraíba*, as charges do *Correio da Paraíba* são publicadas diariamente na página 6 do primeiro caderno, na editoria de Opinião, ao lado dos demais gêneros opinativos comuns na imprensa diária: editorial, artigos e cartas do leitor. O desenho aparece também num espaço circunscrito, cercado por um fio em negrito com o nome do chargista: Fred. As medidas, entretanto, diferem no que diz respeito à altura do desenho, que tem 6,7cm x 14,7cm. A largura, neste caso, obedece a um tamanho padrão equivalente ao espaço de diagramação adotado por ambos os jornais.

Diferentemente do que é observado no *Jornal da Paraíba*, a charge no *Correio da Paraíba* raramente aparece em outras editorias, permanecendo restrita à editoria de Opinião. A aparição do texto chárigo em outros espaços do jornal é feita sob encomenda ao chargista contratado pelo jornal, obedecendo ao tema sugerido pela editoria geral do veículo, que já chegou a usar desta modalidade iconográfica na primeira página. O fato aconteceu em 1998, em fase de experiência, e durou apenas um ano. As charges eram publicadas coloridas, no canto inferior do lado esquerdo do jornal, em tamanho reduzido. Esta prática ficou agora restrita à versão online do jornal, que traz diariamente a mesma charge da edição impressa.

As charges diárias do *Correio da Paraíba* são de autoria do chargista Frederico Ozanan Pinto Gomes, que usa o pseudônimo de Fred. Autodidata, ele passou a desenvolver sua habilidade no campo do humor gráfico em 1984, ao ingressar no jornal *Gazeta do Sertão*, que circulava em Campina Grande, cidade onde o chargista nasceu. Além deste, o desenhista também foi chargista do jornal local *Diário da Borborema*, órgão de imprensa pertencente ao grupo Diários Associados, em circulação até hoje, e

colaborador de diversos periódicos do país, a exemplo do *Jornal de Alagoas*, *O Pasquim* e *Cartoon*, ambos do Rio de Janeiro.

Consagrado em nível nacional, Fred é detentor de dezenas de prêmios na área do humor gráfico, destacando-se, sobretudo, na produção de charges e cartuns premiados em diversos salões de humor realizados no país<sup>37</sup>. Entre estes está o título de hors-concours oferecido em 2000 pela Universidade Metodista de Piracicaba, em São Paulo. Além destes, ele é contemplado com vários prêmios referentes à publicação de livros no ramo do humor gráfico, incluindo o livro de charges *Falando Sério*, considerado o melhor livro de charges do Brasil, do ano de 1999. Esta premiação foi concedida em São Paulo, pelo Prêmio HQMix – importante evento realizado anualmente no país voltado para as publicações nesta área específica.

Como vemos, além das questões relacionadas ao estilo editorial e gráfico próprio de cada jornal – o que, diga-se de passagem, não constitui o foco deste trabalho – os veículos adotam algumas diferenças em relação ao tratamento das charges, a exemplo das medidas gráficas, periodicidade e emprego destas em espaços editoriais diferentes. Por esta razão, ressaltamos que utilizaremos para análise, de maneira circunscrita, as charges principais que são as publicadas na editoria de Opinião de ambos os jornais, as quais, excetuando-se o estilo particular de cada autor, seguem um padrão textual similar, como veremos neste capítulo.

### **3.3 Análise temática dos textos chárgicos no *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba***

Iniciamos a abordagem analítica deste trabalho com a realização de uma leitura exploratória das charges publicadas em ambos os jornais aqui mencionados, no período selecionado para a pesquisa, que compreende de julho a outubro de 2005. Esta primeira etapa analítica tem como finalidade especificar as temáticas políticas e sociais exploradas nas charges e através disto traçar um panorama geral e particular das modalidades satírica e temática adotadas na imprensa paraibana, tomando como base os dois referidos jornais de circulação estadual. Neste prisma, o olhar analítico se volta de

---

<sup>37</sup> Todos os dados apresentados aqui fazem parte da monografia de conclusão do curso de especialização em Comunicação Educacional da UEPB, intitulada *Fred em três tempos: o chargista diário, o cartunista premiado e o produtor de livros*, produzida por este pesquisador em 2002.

maneira pormenorizada para a natureza dos temas enfocados nos textos ch\u00e1rgicos que, por sua vez, indicam as modalidades sat\u00edricas presentes nestes.

A an\u00e1lise foi desenvolvida com base no *corpus* ampliado composto pelas 228 charges publicadas no per\u00edodo de coleta de dados mencionado. A leitura de todas as charges nesta primeira etapa do trabalho nos fez ver que tanto o *Jornal da Para\u00edba*, como o *Correio da Para\u00edba*, trabalham com os dois tipos sat\u00edricos mencionados, ou seja, as charges pol\u00edticas e as charges sociais, classifica\u00e7\u00e3o esta discutida no item 1.2.2 e que, como foi ressaltado, apesar de poss\u00fam caracter\u00edsticas pr\u00f3prias, apresentam uma linha de distin\u00e7\u00e3o, por vezes, muito t\u00eanue. Este fator est\u00e1 atrelado, como observa Possenti (1998, p. 116), ao fato de as charges por vezes se referirem a temas sociais um pouco mais amplos do que os estritamente pol\u00edticos, o que para o autor, com quem concordamos, n\u00e3o causa nenhuma perda ao agrupamento destas em diferentes categorias.

Das 228 charges publicadas, foi observado que 121 se enquadram na modalidade de s\u00e1tira pol\u00edtica e 107 na de s\u00e1tira social, dados estes detalhados na **Tabela 1**. Com base nesses dados, constatamos a tend\u00eancia maior do *Correio da Para\u00edba* para a publica\u00e7\u00e3o de charges sociais, fato este j\u00e1 observado em pesquisa anterior, realizada com este mesmo ve\u00edculo<sup>38</sup>. Dentro do levantamento exposto, tamb\u00e9m \u00e9 importante salientar que a diferen\u00e7a num\u00e9rica no total de charges publicadas pelo *Correio da Para\u00edba*, em rela\u00e7\u00e3o ao *Jornal da Para\u00edba*, deve-se ao fato de este \u00faltimo ve\u00edculo circular um dia a menos que o seu concorrente, \u00fanico jornal a circular \u00e0s segundas-feiras no Estado, o que lhe proporciona, conseq\u00fcentemente, a publica\u00e7\u00e3o de um n\u00famero maior de charges.

**Tabela 1**

<b>Dados gerais sobre as charges pesquisadas (corpus ampliado)</b>		
Total de charges em cada jornal		
	<b>N\u00b0</b>	<b>%</b>
<i>Jornal da Para\u00edba</i>	105	46,05
<i>Correio da Para\u00edba</i>	123	53,95
Total de charges por modalidade sat\u00edrica		
<b>Charges pol\u00edticas</b>	121	53,07
<b>Charges sociais</b>	107	46,93
Total de charges por modalidade sat\u00edrica em cada jornal		

<sup>38</sup> Referimos-nos ao nosso trabalho de monografia de curso de especializa\u00e7\u00e3o em Comunica\u00e7\u00e3o Educacional, (BRITO, 2002), atrav\u00e9s da qual realizamos uma leitura explorat\u00f3ria dos temas presentes nas charges de Fred.

<b><i>Jornal da Paraíba</i></b>		
<b>Charges políticas</b>	62	52,05
<b>Charges sociais</b>	43	40,95
<hr/>		
<b><i>Correio da Paraíba</i></b>		
<b>Charges políticas</b>	59	47,97
<b>Charges sociais</b>	64	52,03
<hr/>		
Total de charges analisadas		228

Fonte: Pesquisa documental feita junto aos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*

Dentro deste quadro panorâmico, um outro dado representativo que nos chama a atenção é o quantitativo maior de charges políticas no *Jornal da Paraíba*. Embora se trate de uma diferença numérica pequena, estes dados revelam uma outra leitura se levarmos em consideração o fato deste jornal ter apresentado um número de publicação de charges menor que o *Correio da Paraíba* que, ao contrário do concorrente, privilegiou menos esta categoria satírica. Esta realidade, por sua vez, parece-nos apontar em direção de um fenômeno já discutido por Araújo (1983) e Silva (1990), que diz respeito à tendência deste jornal para assuntos de natureza política. De acordo com estudo sobre a ideologia na imprensa paraibana, desenvolvido por Araújo (1983, p. 137), na década de 1980, a maioria dos textos opinativos apresentados pelo *Jornal da Paraíba* e analisados pela autora, versavam sobre assuntos políticos.<sup>39</sup>

Todavia, não podemos deixar de associar a grande incidência da charge política, observada na pesquisa, ao momento de grande crise política pelo qual passava o Brasil no segundo semestre de 2005, fato este explorado exaustivamente pelos chargistas de todo o país. A grande maioria das charges políticas retratava este momento caótico do país, enfocando as diversas nuances em torno das discussões apresentadas pela mídia sobre as várias denúncias contra o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e diversos membros do Partido dos Trabalhadores - PT. Neste contexto, os temas mais enfocados, em ordem seqüencial, foram: a corrupção, o pagamento do “mensalão”, as denúncias relacionadas à existência de caixa 2, recebimento de propina por parte do presidente Câmara Federal, Severino Cavalcanti; a conseqüente queda, naquela ocasião, do índice de popularidade do presidente Lula nas pesquisas de opinião pública.

Além das charges políticas, também foi constatada a publicação de charges sociais, as quais abordavam, em sua grande maioria, problemas sociais vivenciados por

<sup>39</sup> A pesquisa foi realizada com o intuito de analisar as ideologias predominantes nos jornais paraibanos, tomando como objeto de estudo específico os editoriais, gênero em que se encontra, de maneira declarada, a opinião dos jornais. De acordo com a classificação feita a partir das categorias temas/assuntos apresentados por Araújo (1983, p. 138-139), 65,38% dos editoriais publicados pelo *JP*, no período de 30 dias, diziam respeito à política. No *Correio da Paraíba*, este percentual foi de 54,16%.

boa parte da população brasileira e, em especial, pela classe de baixa renda. Dentro deste ponto de vista, os jornais apresentaram semelhanças e diferenças no que diz respeito aos temas explorados nas charges. Apesar de enfocarem os mesmos temas, os periódicos diferenciam-se um do outro no tocante à frequência destes temas. Estas distinções estão apresentadas nas **Tabelas 2 e 3**, que, por sua vez, apontam para algumas constatações acerca do estilo e posição dos chargistas de cada um dos jornais no tocante à realidade sócio-econômica e também política brasileira.

**Tabela 2**

<b>Classificação das modalidades temáticas das charges</b>			
<b><i>Jornal da Paraíba</i></b>			
<b>Charges políticas</b>			
<b>Tema</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	
Corrupção	47	75,81	
Queda da popularidade de Lula	05	8,06	
Outros	10	16,13	
<b>Charges sociais</b>			
Referendo sobre armas de fogo	11	25,58	
Pobreza/desemprego	10	23,25	
Aumento de taxas	07	16,29	
Outros	15	34,88	

Fonte: Pesquisa documental feita junto aos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*

**Tabela 3**

<b>Classificação das modalidades temáticas das charges</b>			
<b><i>Correio da Paraíba</i></b>			
<b>Charges políticas</b>			
<b>Tema</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	
Corrupção	42	71,18	
Queda da popularidade de Lula	04	6,78	
Outros	13	22,04	
<b>Charges sociais</b>			
Pobreza/desemprego	16	25,00	
Aumento de taxas	09	14,06	
Referendo sobre armas de fogo	08	12,50	
Outros	31	48,44	

Fonte: Pesquisa documental feita junto aos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*

Como podemos observar nos dados apresentados nas **tabelas 2 e 3**, apesar de abordarem as mesmas temáticas sociais, os jornais apresentam, através dos textos

chárgicos, determinadas características comuns e outras distintas. Dentre as características comuns verificadas em ambos os veículos, está a aderência frequente destes jornais a fatos atrelados aos noticiários diários, a exemplo da sucessão de escândalos políticos e o referendo sobre comércio das armas de fogo no Brasil, tema este amplamente discutido pela mídia nacional de maneira muito mais opinativa que informativa.

No que diz respeito às características distintas, verificamos, entretanto, algumas diferenças entre ambos. Analisando os dados quantitativos, percebemos uma maior recorrência no *Jornal da Paraíba* de temas sociais com uma maior repercussão momentânea na mídia. Este fato ficou evidenciado através da ordem dos temas expostos nas tabelas mencionadas. Como podemos observar, temas como o referendo das armas de fogo e aumento de taxa – fazem parte deste tema as tarifas de serviços e impostos -, tiveram maior ocorrência no *Jornal da Paraíba* que no *Correio da Paraíba*, onde houve uma maior presença do tema de pobreza/desemprego, fatos estes que, apesar de presente no cotidiano do país, não aparece necessariamente atrelados ao grau de repercussão midiática. Este mesmo fenômeno foi observado nos temas não descritos na tabela, inseridos em “outros”, do qual fazem parte assuntos diversos, dentre eles eventos sazonais, a exemplo das datas comemorativas do calendário nacional, a mendicância e o problema da seca no Nordeste.

Este mapeamento dos temas das charges nos fez observar ainda que, assim como acontece com os demais jornais em circulação em todo o país, as charges publicadas no *Jornal da Paraíba* e *Correio da Paraíba* pautam-se, em sua grande maioria, nos fatos noticiados pela mídia diariamente, detendo-se com maior ênfase naqueles que obtêm uma maior repercussão na sociedade, em conformidade com o que diz Melo (2003, p. 164), ao falar da sintonia entre a charge e o comportamento coletivo. Não obstante, este critério parece estar restrito aos acontecimentos de repercussão em nível nacional, excluindo-se, sobretudo, os fatos de natureza política associados à realidade local e que, apesar de serem noticiados com destaque pela imprensa estadual, não são explorados pelas charges. Trata-se de uma constatação feita a partir de determinados casos, a exemplo dos escândalos políticos envolvendo a gestão da ex-prefeita de Campina Grande, a petista Cozete Barbosa, alvo de uma série de denúncias de irregularidades, e do ex-prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, também acusado de cometer vários

crimes contra a administração pública durante a sua gestão<sup>40</sup>. Ambos os casos tiveram uma ampla cobertura por parte da mídia paraibana, sendo inclusive manchetes de primeira página por várias vezes, mas mesmo assim não foram explorados como temas nos textos chárgicos publicados em ambos os jornais aqui mencionados.

As razões para este fato, ao que tudo indica, estão atreladas às políticas editoriais adotadas pelos respectivos jornais e que orientam a produção jornalística como um todo, incluindo a publicação das charges que, aliás, é apontada por Beltrão (1980) como uma espécie de editorial ilustrado. Consideramos importante a inserção das observações aqui apresentadas, acreditando que servem de subsídios para uma maior compreensão da dimensão significativa dos textos chárgicos veiculados na imprensa paraibana. Os aspectos levantados acerca de tais procedimentos nos fornecem, ainda que de maneira estreita, uma visão mais ampla sobre as características marcantes do modo de produção das charges em ambos os jornais analisados, fenômeno este que analisamos de forma mais detalhada nos próximos itens.

### **3.4. Análise das estratégias intertextuais na construção da significação das charges**

Fundamentada numa leitura de caráter interdisciplinar e apoiada nos princípios teóricos dos estudos sobre a intertextualidade e da lingüística, numa perspectiva pragmático-enunciativa, e também de alguns conceitos da semiótica peirceana, desenvolveu-se a análise específica de cada um dos 17 exemplares que constituem o *corpus* restrito desta pesquisa, os quais tratamos mais adiante a partir do item 3.4.2. Antes disto, porém, apresentamos uma outra leitura analítica do *corpus* ampliado através da qual expomos um panorama numérico acerca das relações intertextuais constatadas entre as charges e os textos situados nos próprios jornais em que estas são publicadas e destas com os intertextos situados fora dos jornais, relações estas descritas na discussão acerca da análise do *corpus* restrito.

Para uma melhor apresentação dos resultados obtidos por meio desta etapa analítica ainda voltada para o *corpus* ampliado da pesquisa, organizamos as charges em

---

<sup>40</sup> Ambos os gestores municipais foram denunciados pelo Ministério Público por diversos crimes contra o patrimônio público, dentre eles desvio de verbas e improbidade administrativa, fato este levado ao conhecimento de toda a sociedade paraibana por meio dos jornais, rádios, sites noticiosos e telejornais locais. Neste contexto, escândalo ainda maior é o do ex-prefeito Cícero Lucena que teve o seu nome apontado por meio da Operação Confraria, deflagrada em 2004 em todo o país pela Polícia Federal e que apura o desvio de uma soma superior a R\$ 13 milhões de verbas públicas em João Pessoa.



dois grupos específicos de acordo com os dois tipos de relações intertextuais verificados, denominados: a) relações intertextuais da charge com textos do próprio jornal; b) relações intertextuais da charge com textos fora dos jornais. No que diz respeito a este primeiro tipo de relação, foi verificado que as charges mantêm vínculos intertextuais direcionados diretamente, ou com maior intensidade, com três tipos específicos de enunciados, os quais trataremos como intertextos. São eles os *intertextos da primeira página*; os *intertextos dos cadernos internos* e os *intertextos visuais*. Dentre estes tipos intertextuais, as relações dos intertextos de primeira página apresentam o maior número de ocorrência nas charges de ambos os jornais, conforme vemos nas **tabelas 4 e 5**, mais adiante.

Não obstante, ressaltamos que esta classificação acima descrita foi estabelecida com base na observação do grau de aderência entre o texto e o intertexto, respaldando-nos para isto, nos elementos referenciais mais marcantes presentes nesta relação, o que, por sua vez, não elimina a possibilidade de existência de vínculo intertextual do texto chárstico com mais de um destes tipos de intertextos mencionados. É o caso, por exemplo, da charge com os intertextos situados nos cadernos internos, constatado como o segundo tipo de relação intertextual mais comum e cuja estrutura textual é, muitas vezes, apresentada sumariamente na primeira página do jornal. Por esta razão, procuramos nos reportar aos casos em que os textos chársticos fazem alusão literalmente, aos enunciados verbais das notícias contidas nos cadernos internos, as quais muitas vezes têm fragmentos textuais reproduzidos na própria charge, conforme veremos no item 3.4.3. No que diz às relações intertextuais das charges com intertextos fora dos jornais, identificamos dois tipos de intertextos específicos, os quais denominamos: *intertexto de estereótipos personificados* e, *intertexto de memória social e coletiva*, a que nos referimos de maneira específica no item 3.5.

**Tabela 4**

<b>Classificação das relações intertextuais das charges e os intertextos no <i>Jornal da Paraíba</i></b>		
Com intertextos do próprio jornal		
Tipo de intertexto	Nº	%
Chamada de 1ª página	53	50,48
Textos de cadernos internos	31	29,52
Textos visuais	02	1,91
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>81,91</b>

Com intertextos fora do jornal	16	18,09
--------------------------------	----	-------

Fonte: Pesquisa documental feita junto aos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*

*Paraíba*

**Tabela 5**

<b>Classificação das relações intertextuais das charges e os intertextos no <i>Correio da Paraíba</i></b>		
Com intertextos do próprio jornal		
Tipo de intertexto	N <sup>o</sup>	%
Chamada de 1 <sup>a</sup> página	48	39,02
Textos de cadernos internos	36	29,27
Textos visuais	0	0
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>68,29</b>
Com intertextos fora do jornal	39	31,71

Fonte: Pesquisa documental feita junto aos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*

### **3.4.1 As relações intertextuais da charge com textos do próprio jornal**

Trataremos a partir deste item da análise feita com base no *corpus* restrito da pesquisa, voltada especificamente para os fatores de dimensão textual da charge, dentre os quais estão os diversos elementos de funções intertextuais e contextuais responsáveis, em grande parte, pela dinâmica e complexa rede de significação que caracteriza esta modalidade textual muito em voga na mídia contemporânea. Nesta perspectiva, pautamo-nos nas considerações feitas por diversos autores, a exemplo de Maingueneau (1996, 2004) e Koch (1997, 2004), para quem o ato de significação é um processo extremamente dinâmico e heterogêneo e, portanto, nunca acabado que se constrói a partir de uma série de saberes verbais e não verbais sinalizados em cada enunciado.

Esclarecemos ainda que a análise é realizada a partir de duas perspectivas paralelas; de um lado descrevemos os elementos icônicos que constituem a configuração gráfica das charges e que também lhes atribuem significado, a exemplo dos traços, pontos e outros sinais que assinalam o estilo do chargista, e do outro, enfocamos as relações intertextuais estabelecidas entre as charges e os outros textos e as suas possibilidades interpretativas, foco central de nossa análise.

Situada num veículo caracterizado pela prática do discurso polifônico, ou seja, que engloba diversas vozes e enunciados distintos, a charge mantém uma relação estreita com a diversidade de assuntos e fatos noticiados diariamente. A comunhão textual e também discursiva com o veículo jornalístico aponta para uma complexa rede de relação intertextual constituída por diferentes estratégias de significação. Estas estratégias dizem respeito, particularmente, às várias formas de construção enunciativa efetivadas nos textos chárgicos e que envolvem, dentre outros, o sistema de referenciação e representação sígnica utilizados na prática da intertextualidade, conforme veremos detalhadamente a partir dos próximos itens.

### **3.4.2 As relações intertextuais da charge com intertextos da primeira página do jornal**

Espaço privilegiado do jornal, onde se apresentam os resumos das principais notícias do dia, a primeira página se destaca como um mosaico formado pelo recorte dos assuntos mais importantes de cada edição. Além da proeminência dos fatos noticiados, os textos contidos neste espaço jornalístico guardam semelhanças com o texto chárgico em alguns aspectos. Dentre eles estão as características plásticas comuns a ambos, através das quais são transmitidas informações e interpretações acerca de acontecimentos de maneira condensada e suscinta<sup>41</sup>. Referimo-nos mais precisamente à diversidade de elementos lingüísticos e imagéticos utilizados em ambas as modalidades enunciativas, a exemplo dos enunciados curtos acompanhados de imagens, ressaltando a confluência de signos diferentes na construção textual. Por outro lado, por sua própria localização, a primeira página é de leitura obrigatória e antecede aos textos com os quais o leitor irá se deparar ao folhear o jornal, muito embora, este direcionamento pode variar conforme o modo de leitura do jornal por cada leitor.

Os fatores acima mencionados, ao que tudo indica, justificam a grande incidência da relação intertextual observada entre os textos chárgicos e os textos da primeira página de ambos os jornais analisados. As análises realizadas nos fizeram acreditar que, muito embora esta relação intertextual das charges com os enunciados da

---

<sup>41</sup> Ao apresentar com destaque um resumo de determinadas notícias de cada edição, a construção da primeira página do jornal diário é um referencial básico para moldar a atitude coletiva, conforme observa Melo (2003, p. 86), para quem, neste sentido, “[...] a organização da primeira página tem sentido determinante”. Dentro deste contexto, exercem um papel ideológico não apenas o destaque das notícias, como também a diagramação e tipo dos títulos e uso de imagens.

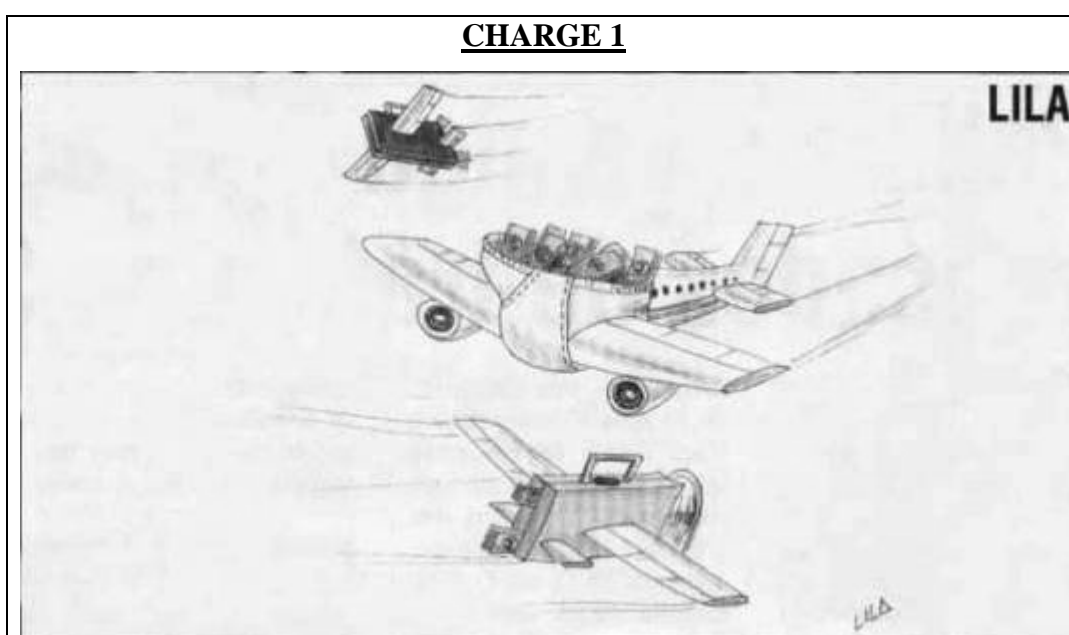
primeira página se estenda, em alguns casos, até as notícias publicadas nos cadernos internos dos jornais, o processo de significação e compreensão se esgota nesta primeira, em decorrência do grau da aderência mantida entre o texto chárstico e os intertextos, bem como do fato de estes últimos se remeterem a outros textos que foram, em sua maioria, difundidos destacadamente por outros tipos de mídia, a exemplo da TV, e que são recuperados posteriormente pelo jornal.

Para uma melhor compreensão sobre como se efetua esta modalidade de relação intertextual, apresentamos abaixo a análise descritiva e interpretativa de três charges extraídas de cada um dos jornais. O critério de escolha destes textos chársticos se deu em decorrência da variação de estratégias e recursos intertextuais verificados neles, sendo essas seis charges exemplares, na medida em que nos fornecem uma visão geral dos fenômenos intertextuais mais marcantes envolvendo o texto chárstico e os intertextos da primeira página. Ressaltamos ainda tratar-se de um número maior que os demais a serem apresentados nos demais itens, pelo fato de esta ter sido a modalidade de relação intertextual mais recorrente constatada nos dois jornais. Para efeito sistemático, apresentamos primeiramente as análises de três charges do *Jornal da Paraíba* e, em seguida de três outras do *Correio da Paraíba*.

A **charge 1**, publicada no *Jornal da Paraíba*, no dia 12 de julho de 2005, ilustra bem a modalidade de construção intertextual estabelecida com os enunciados publicados na primeira página do jornal. Composto apenas por elementos não verbais, o texto chárstico traz a imagem de três objetos voadores caracterizados pelas asas similares às de um avião. Os desenhos aparecem numa perspectiva de planos diferentes, efeito este produzido pela disposição e tamanho dos elementos iconográficos, que aparecem ladeados e em dimensões distintas, caracterizando, desta forma, a diferença do plano visual de um para o outro. Os objetos apresentam linhas finas e alongadas nas extremidades, responsáveis pela idéia de movimento do vôo.

Trata-se de um efeito produzido por meio de recursos gráficos de “contexto intra-icônico”, de que nos fala Cagnin (1975, p. 35), muito comuns em charges e cuja função é a de transmitir significado através da associação de elementos gráficos isolados presentes num mesmo desenho. Por esta razão, os traços aparecem próximos às extremidades das aeronaves, deixando a entender que estas estão em pleno vôo. O significado iconográfico maior em destaque, entretanto, está na imagem figurada dos objetos voadores, por meio dos quais é produzido o humor satírico do texto chárstico.

Ao invés dos modelos de aeronaves comuns, dois deles apresentam formatos de malas, e o outro, que aparece em destaque, pelo tamanho maior, de uma imensa cueca, também contendo cédulas de dinheiro. Como se pode observar, trata-se de um texto visual por excelência, que se utiliza de elementos icônicos, cujo efeito de significação é produzido através da relação de semelhança estabelecido entre o signo e o seu objeto, conforme conceitua a teoria semiótica peirceana descrita por Santaella (2000, p. 92). Contudo, além destes elementos, a construção significativa de maior representatividade deste texto visual está nos fatores contextuais e intertextuais aos quais tais imagens estão atreladas.



**Charge 1.** *Jornal da Paraíba*, 12 de julho de 2005.

**TEXTO 1**



**Texto 1.** Chamada de primeira página do *Jornal da Paraíba*, 12 de julho de 2005.

Como se pode perceber, os elementos gráficos fazem alusão a dois episódios distintos que marcaram o escândalo político na gestão do governo Lula, no segundo semestre de 2005, e que culminaram com a apreensão de grandes quantias de dinheiro por parte de membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Frente Liberal (PFL). Neste caso, o avião em forma de cueca faz referência aos US\$ 300 mil apreendidos pela Polícia Federal (PF) no dia 9 de julho de 2005. O dinheiro estava de posse do dirigente petista no Ceará, José Adalberto Vieira da Silva, preso no momento em que tentava embarcar de São Paulo para Fortaleza. Além da quantia na cueca, equivalente a R\$ 100 mil, o petista levava consigo R\$ 200 mil numa mala. Três dias depois, a PF apreendeu no aeroporto de Brasília sete malas de dinheiro, que estavam em poder do deputado João Batista Ramos Silva, do PFL, que, na condição de pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, alegou se tratar do produto de arrecadação de dízimos da igreja.

A charge, como se pode observar, faz alusão a ambos os acontecimentos através da representação dos ícones das malas e da cueca, os quais também são mencionados na manchete da primeira página do *Jornal da Paraíba* (**texto 1**), embora de forma diferente. O enunciado enfatiza o flagrante da prisão do “deputado-bispo”, trazendo inclusive uma foto do momento de seu desembarque, mas se remete de maneira indireta ao outro caso similar envolvendo o petista. A referência discreta a este outro episódio é feita através de um pequeno título que aparece sobre a manchete, conhecido no jargão jornalístico como “chapéu”. O enunciado “Mais um pego em trânsito”, traz na própria construção lingüística, especificamente no termo “mais um”, a alusão à similaridade com este outro caso citado, cuja diferença substancial consiste apenas no fato de que, além das malas, o dirigente petista havia se utilizado da cueca para transportar o dinheiro apreendido. Já o termo “em trânsito”, por sua vez, remete ao fato de que ambos foram presos em aeroportos, durante viagem.

A chamada, neste caso, antecipa de certa maneira a leitura que o leitor do jornal fará ao se deparar com a charge, situada adiante na página 6, que, por sua vez, dialoga não apenas com o texto verbal da chamada, mas também com a foto situada ao lado desta, em que aparecem as malas de dinheiro que haviam acabado de “aterrisar” no aeroporto. Esta relação intertextual com a primeira página, entretanto, demonstra-se não intencional, pelo fato de a charge ter sido publicada no mesmo dia do enunciado da primeira página, o que, ainda assim, não elimina o forte vínculo intertextual envolvendo

ambos os textos e a contribuição para a interpretação do texto chárgico, fator este já discutido. Verifica-se também uma estratégia de relação intertextual híbrida, cujos elementos intertextuais transitam entre universos de linguagens diferentes que se complementam e fornecem subsídios para a compreensão do enunciado transmitido, fato este também verificado em diversos outros textos chárgicos analisados mais adiante.

A **charge 2**, publicada no dia 13 de agosto pelo *Jornal da Paraíba*, traz outro exemplo de relação intertextual tomando como referência uma chamada de destaque da primeira página. O desenho tem como personagens as figuras do presidente Lula e o seu então publicitário, Duda Mendonça, que na ocasião vinha tendo diversas aparições nos noticiários da grande imprensa, em decorrência de revelações bombásticas que comprometiam cada vez mais o PT. O publicitário acusava o partido de lhe pagar R\$ 10 milhões, referentes à campanha publicitária, através de um paraíso fiscal.

No desenho, Duda Mendonça, cujo ícone é caracterizado pelo estereótipo do físico arredondado e semi-careca, aparece sobre uma ribanceira jogando uma corda atada a uma pedra para o presidente Lula, que surge imerso em água até o pescoço, como se estivesse boiando em meio ao lixo ao seu redor. Deparamo-nos aqui com uma mensagem de natureza metafórica constituída por elementos não verbais, cuja significação perpassa pelos conhecimentos compartilhados. Sendo assim, a imagem do presidente “boiando” em meio ao lixo, leva-nos a uma outra leitura, que é a idéia do mesmo encontrar-se “perdido” em meio às diversas acusações contra o seu governo, ou seja, em volta de uma série de sujeiras marcada pela falta de ética.

Estes aspectos ressaltam uma estratégia de significação muito freqüente na construção das charges em geral, que é o uso de recursos metafóricos. Neste sentido, a metáfora é atrelada à ironia, que nem sempre é fácil de ser compreendida. Dentro deste processo, Machado (1998, p. 124) explica que a figura metafórica usada nas charges ajuda na compreensão da mensagem implícita no ato da linguagem icônica, como, aliás, podemos constatar em diversos exemplos analisados neste capítulo. Contudo, é importante frisar que esta estratégia se mostra produtiva, geralmente para indivíduos que compartilham de uma mesma cultura e sistema de símbolos. É neste sentido que, “lamaçal”, manifesto verbal ou imagetivamente, expressa um significado conotativo de situação degradante, atrelado à idéia de sujeira moral.

No aspecto iconográfico, a expressão de assombro do presidente diante do ato “inesperado” por parte do publicitário de sua campanha eleitoral – que, ao invés de

ajudá-lo, lhe joga uma corda amarrada a uma pedra - é evidenciada por meio de sua fisionomia, sobretudo, pelo olhar esbugalhado, cuja conotação é de assombro diante da cena. Além deste, outro recurso iconográfico de natureza sêmica, que corrobora com esta idéia, é constituída pelos traços em formato de pequenas gotas salpicadas que aparecem nas extremidades dos membros superiores do personagem.

### CHARGE 2



**Charge 2.** *Jornal da Paraíba*, 13 de agosto de 2005



**Texto 2.** Chamada de primeira página do *Jornal da Paraíba*, 12 de agosto de 2005

Trata-se de mais um exemplo de recurso de “contexto intra-icônico”, de que nos fala Cagnin (1975, p. 37), utilizado tanto por Fred como por Lila em suas charges, e cuja função sêmica foi explicitada no exemplo da **charge 1**. A união destes signos



gráficos no desenho revelam, como esclarece este autor, a intencionalidade do desenhista no ato sêmico, transformando o desenho em mensagem icônica, através do trabalho manual.

Analisada numa perspectiva intertextual, observamos que esta charge 2 mantém um alto nível de intertextualidade com o enunciado da primeira página publicada no dia anterior, pelo mesmo jornal (**texto 2**). Nele, Duda Mendonça aparece numa das manchetes fazendo declarações comprometedoras contra Lula e o PT, numa espécie de ato surpreendente de “traição” por aquele que foi considerado como um dos principais responsáveis por sua vitória eleitoral. A manchete dá conta da declaração do publicitário à CPMI dos Correios, em que este afirmou ter aberto uma conta bancária num paraíso fiscal para receber R\$ 10 milhões do PT, referentes ao pagamento de campanha publicitária nas eleições de 2002.

Este ato de traição é reconstruído no desenho da **charge 2**, em que, como vimos acima, o publicitário pratica um atentado contra o presidente. Como é possível de se observar, o chargista, ao que tudo indica, recorreu ao intertexto da primeira página do próprio jornal, apropriando-se não apenas do conteúdo informativo deste, como também do material imagético. Referimo-nos, em especial, ao gesto dos braços e mãos feito por Duda Mendonça na fotografia, ao mencionar, supostamente, os R\$ 10 milhões repassados, segundo ele, pelo PT. O gesto é similar ao desenhado na **charge 2**, que representa o momento em que o publicitário acabara de jogar a corda em direção ao presidente.

Neste sentido, vale ressaltar que a corda serve de instrumento com duas finalidades: enforcamento e também afogamento. Ao fazer uso desta significação ambígua, a charge também aponta para uma relação intertextual com uma passagem bíblica. Referimo-nos ao versículo 6 do capítulo 18 do livro de Mateus, onde está escrito: “Mas qualquer que escandalizar um destes pequeninos, que crêm em mim, melhor lhe fora que se lhe *pendurasse ao pescoço uma mó de azenha, e se submergisse na profundez do mar*”. (*Grifo nosso*).

Como podemos observar, há uma relação de semelhança entre ambos os textos, cuja associação aponta para uma possível intencionalidade por parte do enunciador do texto chágico neste sentido, ao mesmo tempo que também ressalta as diversas dimensões intertextuais exploradas por esta modalidade enunciativa.

Ao utilizar-se de tais estratégias, podemos afirmar que este texto chágico mantém uma relação de intertextualidade do tipo “das semelhanças”, que, segundo

Koch (1997, p. 49) caracteriza-se pelo fato de o texto incorporar o intertexto seguindo o mesmo direcionamento argumentativo deste. Como podemos constatar, tanto o texto da primeira página como a charge destacam a situação crítica vivenciada pelo presidente naquele momento, a qual se tornava ainda pior em decorrência das atitudes de Duda Mendonça.

Assim como no enunciado da primeira página, no qual Lula é citado como sujeito a sofrer impeachment, em decorrência das graves denúncias feitas pelo publicitário na CPMI dos Correios, no texto chárigo o presidente também aparece na iminência de perder algo que lhe é muito precioso, no caso, a própria vida, tendo como algoz o publicitário, a quem ele chama de companheiro ao proferir a interrogação: “o que é isso companheiro Duda?”.

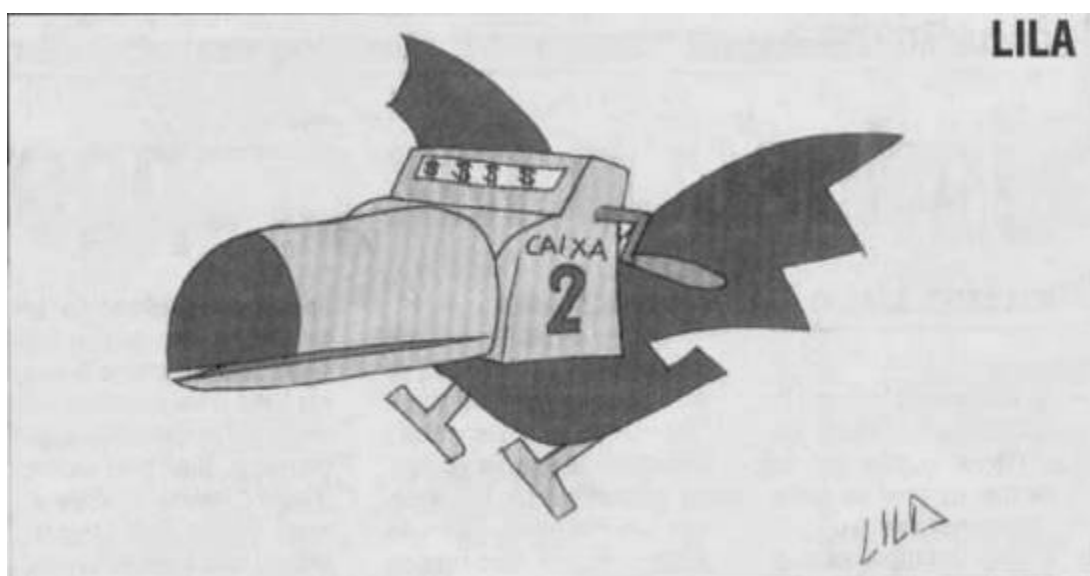
Trata-se do único elemento verbal da charge e que também traz consigo um outro sinal de intertextualidade. Referimo-nos em particular ao termo “companheiro”, que no desenho é grafado “companeiro”, propositadamente, como referência ao modo particular de falar de Lula, que se caracteriza por friccionar a língua entre os dentes, ao pronunciar determinadas palavras. A frase, que aparece mais próxima de Duda que do presidente, dispensa os indicadores gráficos de autoria de fala, o que é muito comum neste tipo de desenho, sendo atribuída de maneira lógica a Lula.

O aspecto intertextual presente nesta frase está no valor pragmático de que o termo “companheiro” é revestido dentro do contexto do PT, ao se referir à forma como os membros do partido se cumprimentam costumeiramente. Assim, é só através deste partilhamento de conhecimentos enciclopédicos que se torna possível entender o porquê de o presidente se referir deste modo a Duda Mendonça, diante das circunstâncias apresentadas no texto chárigo. Este mecanismo específico aponta, portanto, para um típico exemplo de intertextualidade implícita, a que se refere Koch (1997, p. 47), e que diz respeito à incorporação do intertexto no texto de modo não explicitado, como aliás, também ocorre no exemplo a seguir.

Publicada na edição do dia 29 de outubro de 2005, por este mesmo jornal, a **charge 3**, representa mais um exemplo que evidencia o alto nível de aderência do texto chárigo com os enunciados publicados em destaque na primeira página. A charge é composta quase que totalmente por elementos não verbais, trazendo de forma destacada a imagem figurada de um tucano com uma máquina registradora aclopada em seu corpo, no lugar da cabeça. A ave é de fácil identificação por meio das asas e, sobretudo, o

imenso bico com a ponta escura. A referência verbal fica por conta do pequeno enunciado - “caixa 2” - impresso num dos lados da máquina, que aparece em evidência no desenho. Além deste elemento referencial, o objeto traz ainda o símbolo de cifrão “\$”, que se repete por quatro vezes na parte do visor da máquina, realçando a significação por meio de mais um elemento simbólico, cuja relação com o objeto a que se refere, no caso, o dinheiro, é estabelecida de maneira convencional. Neste caso, a repetição das cifras é feita de maneira proposital, no sentido de transmitir a idéia da dimensão do montante envolvido na transação do caixa 2.

### CHARGE 3



**Charge 3.** *Jornal da Paraíba*, 29 de outubro de 2005



**Texto 3.** Chamada de primeira página do *Jornal da Paraíba*, 28 de outubro de 2005

Como pode se verificar, além dos elementos meramente lingüísticos, a compreensão deste texto chágico mobiliza dois outros tipos distintos de referências sígnicas: o ícone e o símbolo, apontando para determinadas peculiaridades no processo de relação de representação estabelecido entre o signo e o objeto através do qual este é representado, conforme descreve Santaella (2000, p. 92). Neste sentido, conforme ressalta esta autora, a relação icônica é estabelecida por meio do grau de semelhança entre o signo e o seu objeto, ao passo que, no símbolo, essa relação se dá através do caráter convencional estabelecido entre um e outro. Como podemos constatar, o símbolo é de grande importância no texto em análise, cuja interpretação passa necessariamente pelo reconhecimento da relação arbitrária estabelecida entre a imagem do tucano e o Partido Socialista Democrata Brasileiro (PSDB), que tem esta ave como símbolo de identidade partidária. O grau de convenção estabelecido neste caso, vale salientar, é tão forte que os próprios parlamentares que integram esta legenda são chamados de “tucanos”.

Com base nestes pressupostos, o texto chágico vai incorporando significados e produzindo efeitos de sentido cuja compreensão é complementada quando associada a outros recursos de naturezas contextual e intertextual. Estes recursos, vale ressaltar, são em grande parte responsáveis pela construção da significação do enunciado. Este fenômeno é verificado explicitamente quando comparamos a charge em análise com o enunciado veiculado na primeira página do jornal (**texto 3**), cujo conteúdo aponta para esta relação contextual e intertextual ora descrita. A chamada é constituída por uma variação de títulos, dentre eles o “chapéu” (“Dinheiro de Valério”) variação já descrita no exemplo do **texto 1**, além do título principal (“Tucano admite ter usado caixa 2 e culpa assessor”), e o subtítulo (“Presidente do PSDB, Eduardo Azeredo, confirmou que usou o dinheiro de Valério e culpou seu tesoureiro”), trazendo como complemento ao final, a indicação da página em que a notícia se situa: “Página 02”.

Como podemos observar, a própria chamada já traz em si, através da sua estrutura verbal, elementos de forte apelo contextual e intertextual. O uso do chapéu, por exemplo, é um deles. Trata-se de um recurso lingüístico muito utilizado nos textos jornalísticos, sobretudo nas chamadas, cuja função é a de recapitular um conteúdo já noticiado como também de apresentar, de forma sintetizada e antecipada, o teor deste conteúdo que é descrito no título e, em alguns casos, detalhado no subtítulo da chamada, a exemplo do que ocorre neste exemplo.

Contrastando, portanto, o texto chárstico com o enunciado da primeira página, dentro da perspectiva intertextual, observamos que há uma relação direta, embora não integral, entre este primeiro com o título principal do enunciado publicado um dia antes pelo mesmo jornal. Referimo-nos à frase: “tucano admite ter usado caixa dois e culpa assessor”, cujos caracteres foram destacados em negrito e em tamanho maior que os demais títulos. Dentro deste aspecto, também observamos que a charge recapitula o tema, a partir de um olhar específico, de natureza satírica, filtrando a principal informação transmitida pelo enunciado que dava conta, em síntese, da utilização do caixa 2 por parte do PSDB.

Trata-se, portanto, de um típico exemplo de imitação textual através da estratégia que Maingueneau (2004, p. 163) chama de “captação” e que consiste, em síntese, na retomada de outro texto ou discurso, de maneira a imitá-lo de forma convergente. Por outro lado, como podemos observar, a relação intertextual construída neste caso - em que temos de um lado, um texto verbal, e de outro, um texto visual - torna transparente a ampla possibilidade de intertextualidade entre signos de diferentes sistemas semióticos, como propõe Allen (2000, p. 175), ao ressaltar a amplitude de emprego da noção de intertextualidade nos mais diversos campos de produções culturais.

Da mesma forma que o *Jornal da Paraíba*, o *Correio da Paraíba* também apresenta diversos casos de intertextualidade envolvendo o texto chárstico e enunciados da primeira página. É o caso, por exemplo, da **charge 4**, publicada neste jornal, no dia 26 de outubro de 2005. A charge mantém uma relação significativa de grande aderência com o teor de uma das manchetes da primeira página deste mesmo jornal diário (**texto 4**), publicada dois dias antes.

Neste sentido, o texto chárstico parece apontar de maneira mais específica para um dos títulos da primeira página que apresenta a seguinte frase: “‘Não’ à proibição da venda de arma vence com 63,9% dos votos”, em alusão ao resultado do referendo sobre a venda de armas e munição no Brasil. Construída por elementos verbais e não verbais, a charge tem nos signos verbais o seu principal elemento de inferência. O enunciado “assalto, seqüestro ou comemoração??” é apresentado em um balão - recurso gráfico muito comum nas charges e histórias em quadrinhos, indicando a fala do personagem no desenho -, manifestando uma indagação, no caso, de maneira irônica e ao mesmo tempo cômica.

Os traços fisionômicos do personagem que aparece de mãos para cima, em posição de vítima do assalto, indicam o tom de indignação que é retratado no enunciado. Ele aparece em frente ao outro personagem, que se configura como o assaltante, usando uma espécie de touca e de arma em mãos. Mas, ao contrário da vítima, este manifesta uma expressão de susto, numa clara demonstração de inversão de papéis.

#### CHARGE 4



**Charge 4.** *Correio da Paraíba*, 26 de outubro de 2005

**“Não” à proibição da venda de arma vence com 63,9% dos votos**

**Texto 4.** Título de Chamada de primeira página do *Correio da Paraíba*, 24 de outubro de 2005

A leitura destas expressões humanas ocorre com base nos recursos gráficos do “contexto intra-icônico”, ou seja, através da associação de alguns dos diversos elementos visuais que compõem cada figura na charge. De um lado, temos um personagem com a boca exageradamente aberta, dando-nos a percepção de estar gritando, com olhos salteados e de cabelos de pé. A união destes elementos nos fornece a imagem de uma pessoa enfurecida, ao invés de medrosa. De outro lado está a figura do assaltante que, ao contrário desta, expressa, por meio dos olhos arregalados e da posição inclinada para trás, a idéia de susto. O movimento de inclinação para trás, por sua vez, é indicado por meio de mais um recurso desta natureza, que se manifesta

materialmente por meio de linhas curvas e fechadas desenhadas sobre a cabeça do assaltante, dando a impressão de sufoco.

No plano de abordagem intertextual, chamamos a atenção para o último termo do enunciado (“comemoração”), que traz em si uma forte carga contextual e, ao mesmo tempo, um apelo ao significado proposto pelo chargista e expresso de forma implícita na frase. A compreensão deste termo em específico passa necessariamente pelo conhecimento prévio da vitória do “não”, como também pelo compartilhamento do ponto de vista do enunciador, neste caso, o chargista que revela, através deste enunciado isolado, uma opinião contrária ao resultado do referendo.

Ao sugerir a possibilidade de comemoração diante de tal resultado, o chargista recorre à ironia, como recurso lingüístico para manifestar, através do locutor, ou seja, da vítima, a sua opinião acerca do fato. Para isso, ele utiliza-se do que Ducrot (1987, p. 98) chama de “absurdo”, ao se referir ao ponto de vista atribuído ao enunciador no ato da enunciação, revelando o aspecto paradoxal da ironia. Em outras palavras, o chargista fala através do personagem de maneira subentendida, atribuindo o resultado do referendo à vitória por parte dos assaltantes, deixando subentender que estes continuarão obtendo mais facilmente armas de fogo e munição com o veto à proibição deste tipo de comercialização no país.

O emprego do termo “comemoração” nesta charge aponta ainda para um outro tipo de procedimento discursivo construtivo da ironia que é o “desvio lúdico”, de que nos fala Castro (1997, p.134) ao discutir o uso das chamadas “piruetas” lingüísticas no processo de produção de efeitos de sentidos diversos revelado por meio do “jogo” de palavras, prática esta presente em diversas outras charges analisadas, a exemplo das duas próximas. Este procedimento promove no plano da significação uma cumplicidade entre enunciador e enunciatário que faz gerar outros efeitos, dentre eles o humorístico e o de crítica.

Por fim, mesmo se tratando de uma charge publicada dois dias depois do texto da primeira página, percebemos que há um forte vínculo intertextual entre ambos os textos e que, sem a percepção desta relação ou, pelo menos, o conhecimento compartilhado do resultado do referendo, o processo de significação e compreensão do enunciado se torna deficiente. Esta observação, vale ressaltar, chama a atenção para um outro fator de suma importância dentro deste processo de leitura, que é a estreita relação existente entre o jornal e o seu público leitor, fenômeno este que se sustenta na preferência da leitura diária de determinado jornal em detrimento de outros, o que

geralmente acontece, por exemplo, no caso da leitura via assinatura. Por esta razão, o texto chárstico nem sempre é compreendido plenamente pelo leitor esporádico, muito embora, como discutimos anteriormente, esta relação intertextual pode vir a ser construída pelo próprio leitor por meio de outra fonte, a exemplo do noticiário televisivo, ao qual o chargista recorre costumeiramente para esta construção significativa.

A **charge 5**, publicada no *Correio da Paraíba*, no dia 05 de agosto de 2005, também explicita esta conexão intertextual existente entre o texto chárstico e os enunciados publicados na primeira página. O desenho apresenta um diálogo que recupera de forma direta o texto usado numa das chamadas da primeira página do jornal (**texto 5**), na edição do dia anterior, que reproduz uma determinada fala do Presidente Lula, apresentada entre aspas, numa clara demonstração de polifonia explícita.

A charge traz a imagem de uma família de baixa renda – condição esta muito reportada nas charges sociais de Fred - que se caracteriza graficamente pela constituição física e pelas vestimentas dos personagens. Diferentemente das figuras dos parlamentares, que geralmente apresentam aspectos de superioridade e boas condições sociais – aspecto este sustentado, sobretudo, pelas roupas que sempre aparecem trajando (de ternos e sapatos) –, os elementos visuais que caracterizam estes outros personagens agrupam-se dentro de uma estrutura iconográfica que retrata os traços fisionômicos e os poucos recursos materiais disponíveis para esta camada social, conforme percebemos no cenário descrito.

No desenho exposto, temos o retrato de uma típica família de baixa renda em que a dona de casa aparece com um lenço na cabeça, despenteada e trajando um vestido com estampa de bolas de vários tamanhos, traços estes que, vale ressaltar, caracterizam este tipo de personagem estereotipado nas charges de Fred. Os aspectos de “contexto intra-icônicos”, por sua vez, são vistos de forma explícita na construção da fisionomia da personagem, cujos olhos têm as pálpebras salientes, demonstrando aspecto de cansaço. O formato da boca é outro detalhe ressaltado neste tipo de personagem. Este formato obedece a um traço curvado para baixo, fazendo com que a boca transmita um aspecto de desânimo.

A união de todos estes traços contribui para a construção da representação icônica dos sujeitos sociais a que o chargista se refere, ao estabelecer uma relação de semelhança entre o signo e o objeto. É importante ressaltar que, neste caso, o processo



de semelhança é estabelecido não apenas com base nas qualidades inerentes ao objeto, mas também ao próprio signo, conforme descreve Santaella (2000, p. 109) ao falar do modo de funcionamento do signo enquanto ícone. Assim, os personagens construídos no texto chárstico fazem alusão aos personagens reais do cenário social, ao mesmo tempo em que sustentam as qualidades pertencentes a este estilo próprio de representação.

### CHARGE 5



Charge 5. *Correio da Paraíba*, 5 de agosto de 2005

**Lula: “Se eu me candidatar, eles vão ter que me engolir”**

O presidente Lula da Silva fez um desabafo, ontem, em Garanhuns (PE), sobre possível reeleição, em 2006: “Se eu me candidatar, eles vão ter que me engolir outra vez, porque o povo brasileiro vai querer”. Lula criticou os adversários e falou que só se decidirá no “momento certo”. **Pág. A-4**

Texto 5. Chamada de primeira página do *Correio da Paraíba*, 4 de agosto de 2005

Além dos elementos de significação extralingüísticos mencionados, a **charge 5** traz duas frases, através das quais são estabelecidas as relações intertextuais desta com o seu intertexto. Uma delas aparece dentro do balão, cujo apêndice atribui à dona de casa – que traz nas mãos uma panela dirigindo-se à mesa em que a família se encontra

sentada a espera da refeição - a seguinte fala: “Hoje vocês vão ter que engolir...”. A declaração aparece em letras ressaltadas em negrito, e é finalizada com reticências, recurso gramatical que indica que sua fala foi interrompida. Esta idéia de interrupção é completada com o surgimento da outra frase, que traz a seguinte afirmativa exclamativa: “Se for **Lula** de novo eu não quero!!”.

Analisando estes elementos verbais, percebemos a utilização estratégica da ironia marcada pela atuação paradoxal do enunciador e do locutor de que fala Ducrot (1987, p. 96-99), cujo contraste aponta para a significação e teor humorístico do texto chágico. Neste sentido, vemos aqui, neste último personagem de maneira mais enfática, o papel do locutor que ao se expressar manifesta implicitamente o ponto de vista do enunciador, ou seja, o “absurdo” a que se refere Ducrot (1987, p. 98) e através do qual, se processa a ironia da enunciação. Ao ler o enunciado: “se for Lula de novo eu não quero!!”, o leitor distingue com maior facilidade o locutor do enunciador, indo ao encontro de um outro efeito de sentido também presente por meio desta estratégica intertextual. Por outro lado, nos deparamos aqui, conforme descreve Koch (1997, p.49-50), com um exemplo de intertextualidade “das diferenças”, em que o texto é recuperado de maneira diferente, apontando para uma direção contrária do sentido empregado originalmente, apresentando o inverso do que vimos acontecer, por exemplo, com as **charges 1, 2 e 3** de autoria de Lila, analisadas anteriormente.

Ainda dentro da perspectiva intertextual, observamos outros detalhes que nos chamaram a atenção. Ao recapitular a frase do presidente Lula no jornal, em que este afirma que o povo brasileiro teria que engoli-lo novamente, a charge constrói uma relação intertextual ampla, trazendo de maneira implícita para dentro de seu enunciado, outros intertextos. Entre estes está a famosa frase “Vocês vão ter que me engolir!”, do ex-treinador da Seleção Brasileira, Zagalo, proferida em 1998 em resposta às críticas contra ele, na Copa do Mundo. Este intertexto, por sua vez, ressoa como espécie de apelo à memória discursiva do enunciatário, utilizando aqui os termos de Koch (1997, p. 47), ao tratar da intertextualidade implícita. Afora isto, o chargista também deixa implícito em seu texto chágico, uma outra estratégia referencial de natureza conotativa que, aliás é muito comum em seu estilo. Trata-se do emprego de determinadas expressões ou palavras polissêmicas que “jogam” com a relação entre sentido literal e sentido figurado.

Neste contexto, a expressão “engolir lula”, que aparece no texto chágico como uma resposta intertextual à frase atribuída a Lula no enunciado da primeira página, faz

referência também à expressão popular de caráter metafórico, já dicionarizada, que é “engolir sapo”, cujo sentido figurado corrente e estabelecido é o de suportar coisas desagradáveis sem revidar, por impotência ou conveniência. Ainda nesta concepção, há também a associação estabelecida entre lula enquanto molusco marinho e Lula presidente da República. Neste sentido, nos deparamos mais uma vez com o que Ducrot (1987, p. 98) chama de “absurdo” ao se referir ao papel do locutor ao expor o ponto de vista do enunciador. Este ponto de vista, por sua vez, é percebido pelo leitor da charge que, ao participar deste jogo de associação polissêmica envolvendo os sentidos de lula, comida, escassez, se depara com uma quebra de expectativa ao perceber que lula não é uma comida comum na nossa região e muito menos na mesa de famílias de baixa renda. Tais fatores tornam este texto chágico portador de uma ampla intertextualidade que reúne, além de outros textos previamente produzidos, efeitos discursivos que apontam para as diversas vozes sociais presentes dentro e fora do jornal.

A **charge 6**, publicada pelo *Correio da Paraíba*, no dia 06 de setembro de 2005, é outro exemplo da intertextualidade com intertextos da primeira página. O desenho traz como personagens um garçom - ícone este que se caracteriza pelas vestes e pelo uso de uma bandeja nas mãos - e a figura caricaturada do então presidente da Câmara Federal, Severino Cavalcanti, protagonista de um escândalo que ganhou repercussão na mídia por várias semanas, na época. O deputado foi acusado de receber propina mensal de R\$ 10 mil do empresário Sebastião Augusto, concessionário do restaurante Fiorella, pagamento este consequente pela prorrogação da concessão pública concedida a este estabelecimento que funciona no Congresso Nacional. O fato deu origem a um outro escândalo que ficou sendo chamado de “mensalinho”, em referência ao escândalo do “mensalão”.

O texto chágico recapitula este episódio a partir do próprio cenário desenhado, que nos remete a um restaurante. Além desta relação direta com este elemento contextual, a charge mantém uma relação intertextual com um dos enunciados publicados no mesmo dia, na primeira página (**Figura 6**), o qual chama a atenção para a reunião dos líderes dos partidos de oposição que culminou com o pedido de afastamento de Severino Cavalcanti.

Além dos elementos não verbais descritos, a charge apresenta um diálogo entre os dois personagens, a partir do qual é estabelecida a conexão intertextual entre a charge e os seus intertextos. Esta conexão aponta para um vínculo similar ao que foi verificado

na **charge 5**, caracterizado pela função de um sistema de referência que inclui não apenas o intertexto da primeira página, como outros mais responsáveis pela construção da significação do texto chárigo. Nela, deparamo-nos com o emprego da polissemia como jogo estratégico de construção de significação, apoiado na dualidade entre sentido literal/sentido figurado da palavra. Referimo-nos especificamente ao termo “comer” presente na pergunta feito pelo garçom ao deputado (*Dr. Severino o que o senhor vai querer **comer**?*), na qual esta palavra aparece destacada. A exemplo do que é verificado em boa parte das manifestações verbais produzidas nas charges, o enunciado aparece dentro de um balão e não obedece religiosamente às regras gramaticais, sobretudo, no que diz respeito ao uso de vírgula na construção da frase.

**CHARGE 6**

charge 6. *Correio da Paraíba*, 6 de setembro de 2005



Líderes do PSDB, do PFL, do PPS e do PV avaliam as denúncias contra Severino Cavalcanti

### Oposição pede, mas Severino não aceita deixar Presidência

Partidos de oposição entregaram carta ao presidente da Câmara Federal, Severino Cavalcanti, pedindo que se afaste do cargo até o fim de investigações. Ele é acusado de receber mensalinho de R\$ 10 mil. Severino nega e diz que não deixará a Presidência. Pág. A-5

Figura 6. Chamada de primeira página do *Correio da Paraíba*, 6 de setembro de 2005

A palavra é grafada em tamanho maior e com as letras mais escuras que as demais, chamando a atenção para o sentido conotativo presente na frase. Trata-se de uma estratégia sígnica adotada nesta modalidade textual e que ressalta, de maneira explícita, o caráter não verbal assumido pela palavra em determinados tipos de textos, conforme explicita Maingueneau (2004, p. 81) ao se referir ao “estatuto pragmático do enunciado”. É neste sentido que este autor diz que muitas vezes até o verbal se torna

imagético, se levados em consideração elementos como a espacialidade do escrito em diversas formas de impresso.

É, portanto, recorrendo a esta estratégia que o chargista chama a atenção para o significado implícito da frase, o qual passa pelo jogo de duplo sentido com as palavras. É através desta estratégia que o chargista se vale da conotação pejorativa que o termo “comer” assume em determinadas situações de comunicação, em que significa tirar proveito, significado este já dicionarizado. Neste caso específico, o sentido volta-se para o recebimento de propina, numa referência indireta. A resposta do deputado à pergunta feita pelo garçom reforça ainda mais esta conotação e também explicita a intertextualidade com o enunciado da primeira página, onde é mencionado o mesmo valor que é declarado por Severino, em sua resposta.

Trata-se, como se pode observar, de um texto chágico com forte dose satírica destinado à provocação do “riso zombaria”, mencionado por Propp (1992, p. 43), com efeito de desnudar os defeitos de natureza espiritual e moral do homem, trazendo consigo “[...] um matiz de zombaria, que pode estar declarado ou velado [...]”. Este caráter é mais acentuado na charge política, em que o chargista se vale do humor para tecer críticas mais severas. Esta observação vai ao encontro do que afirma Possenti (1998, p. 109), ao ressaltar que “[...] se o humor não é sempre crítico, certamente o é o humor político”. Trata-se de uma estratégia muito comum na charge política que se utiliza da sátira como meio que reverbera a indignação popular com os desmandos dos homens públicos, trazendo à tona a máxima romana “ridendo castigat moris”, ou seja, rindo, corrigimos os costumes. Isto talvez explique a razão da grande incidência de charges políticas nos jornais e no universo do humor gráfico em geral.

### **3.4.3 As relações intertextuais da charge com os intertextos dos cadernos internos**

Além da primeira página, a construção dos textos chágicos se dá, muito costumeiramente, a partir da relação intertextual com os diversos textos noticiosos publicados pelos jornais, em seus cadernos internos, aos quais também nos referiremos como intertextos. De acordo com a análise desenvolvida, este é o segundo tipo de relação intertextual mais recorrentemente utilizado pelos chargistas na imprensa paraibana. No material analisado, foram observadas relações intertextuais apenas com intertextos contidos nas editoriais de “Política” e “Cidades”, situadas no primeiro e segundo cadernos de ambos os jornais, respectivamente. No tocante às notícias

publicadas na editoria de “Cidades”, observamos que, diferentemente do que acontece com a primeira página, as relações intertextuais também são construídas a partir de temas ou fatos associados à realidade local, a exemplo do aumento da tarifa de serviços públicos, conforme veremos nas **charge 7 e 8**.

Também foi verificado que, nestes casos específicos, as relações intertextuais são construídas por meio de referências explícitas aos enunciados verbais das notícias, os quais têm parte da estrutura textual reproduzida na própria charge. Trata-se de uma estratégia comum a ambos os jornais e que visa ir além do conhecimento compartilhado com o enunciatório, se apoiando, para isto, na reprodução fiel da notícia a que o texto chárstico se refere. A estratégia, ao que se pode observar, está atrelada ao aspecto do grau de repercussão e destaque dos fatos abordados nestes textos noticiosos, levando-se em consideração que muitos deles fogem do interesse do grande público leitor dos jornais, atingindo de maneira específica, um determinado grupo social.

Isto explica, por outro lado, a preferência dos chargistas pelas notícias de repercussão nacional e, mais ainda, por aquelas vinculadas aos escândalos políticos difundidos massivamente pela mídia, fato este que, por sua vez, contribui mais facilmente para uma recuperação e compreensão imediata do(s) intertexto(s) que o texto chárstico carrega consigo, fato este que, conforme frisamos anteriormente, nem sempre ocorre facilmente, tendo em vista os vários outros fatores também necessários para a complementação deste processo dinâmico de interação dialógica. Não obstante, os aspectos verificados nesta estratégia intertextual estabelecida com os enunciados dos cadernos internos do jornal parecem facilitar este processo interacional, uma vez que traz explicitado o objeto com que a charge dialoga.

Esta relação evidencia, de maneira ainda mais transparente, o princípio dialógico que permeia a linguagem e, em particular, o grau de responsividade de que trata Bakhtin (2003, p. 300), a partir do qual o enunciatório é capaz de não apenas captar o objeto referencial, mas também os efeitos humorísticos e críticos que o texto chárstico constrói a partir deste. É desta forma que Bakhtin (2003, p. 301-301) responde que “[...] em realidade, todo enunciado, além do seu objeto, sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados dos outros que o antecederam”.

Tomando como base tais considerações, apresentamos a análise de duas charges retiradas de cada um dos jornais aqui mencionados, em que verificamos de forma concreta as relações estabelecidas entre os textos chársticos e os intertextos dos cadernos internos dos jornais. O critério do número de charges foi estabelecido pelo fato de

considerarmos os quatro exemplares suficientes para demonstração, em síntese, da variação ocorrida neste tipo específico de estratégia intertextual, conforme análise feita em todo o *corpus*. Destacamos ainda que as análises aqui realizadas estão voltadas de maneira mais enfática para os aspectos intertextuais presentes nos textos chárgicos, com menor destaque para as características icônicas que foram bem descritas no tópico anterior.

Começamos a análise com a **charge 7**, publicada no *Jornal da Paraíba*, em 22 de outubro de 2005, e que, como veremos, ilustra de maneira categórica a estratégia intertextual aqui especificada. O desenho traz a imagem de uma balança, tendo num dos lados um personagem anônimo pendurado pelo pescoço e, do outro, vários pesos dentro de um recipiente em que está escrito: “carga tributária”. Acima do desenho, está a reprodução de parte de uma notícia publicada por este mesmo jornal (**texto 7**) na editoria de Política (pág. 3) um dia antes, cujo conteúdo é recuperado no texto chárgico de maneira crítica e humorística. O texto noticioso é escaneado e em seguida reproduzido na charge em formato bastante reduzido, mas legível, apresentando as mesmas características gráficas da impressão original. A notícia dá conta de um alerta feito pelo Conselho Regional de Contabilidade acerca do aumento de 25% da carga tributária a que estavam sendo submetidas dezenas de categorias profissionais e de serviços de João Pessoa, através do novo Código Tributário, na época proposto pelo prefeito daquele município, Ricardo Coutinho.

Neste caso, a reprodução literal de parte do texto jornalístico na charge é usada de forma intertextual e também contextual, possibilitando ao leitor que acaso não tenha acompanhado a notícia em destaque, uma percepção mais fácil da significação do texto chárgico em questão. Como podemos perceber, a intertextualidade é construída de maneira explícita, por meio da reapropriação literal do intertexto, num claro exemplo ao Maingueneau (2004, p. 151-154) chama de fragmento enunciativo, ao falar dos procedimentos lingüístico-discursivos que caracterizam o uso do discurso relatado. Neste caso, o enunciador citante – papel este ocupado pelo chargista – isola o fragmento enunciativo, fazendo inclusive um corte entre o título e restante do texto jornalístico, ao mesmo tempo em que se utiliza dele como uma espécie de ancoragem enunciativa.



**CHARGE 7**

Charge 7. *Jornal da Paraíba*, 22 de outubro de 2005

**PROFISSIONAIS PREJUDICADOS / Aumento do ISS traz 'arrocho' e entidade quer redução de alíquota**

## Conselho de Contabilidade calcula aumento de 25% da carga tributária

• LUIS TÓRRES

Dezenas de categorias profissionais e de serviços de João Pessoa estão sujeitas a um aumento de 25% na carga tributária com pagamento de ISS, caso o novo Código Tributário, proposto pelo prefeito Ricardo Coutinho (PSB), seja aprovado pela Câmara Municipal. A previsão foi feita ontem pelo Conselho Regional de Contabilidade. O novo Código, em acordo com a Lei Complementar municipal 32/2003, unifica todas as alíquotas em 5%, o teto máximo estabelecido por lei federal.

Para as categorias que hoje pagam 4%, a exemplo dos médicos, advogados e psicólogos, o impacto será de 25% sobre valor real, calcula o Conselho de Contabilidade, que prevê comprometimento na geração de emprego e renda na capital. "Quem tiver um faturamento de R\$ 10 mil e paga hoje R\$ 400 por mês, vai passar a pagar, da noite pro dia, R\$ 500, sofrendo um impacto imediato de 25%", destacou Aderaldo Gonçalves, vice-presidente do Conselho de Contabilidade.

Para ele, a prefeitura poderia muito bem abrir uma

discussão para baixar as alíquotas de algumas categorias, "de acordo com a capacidade de pagamento de cada um", já que a legislação federal que rege a cobrança estabelece apenas o teto máximo de 5%. Apesar da prefeitura alegar que está apenas cumprindo determinação de lei municipal aprovada em 2003 na administração do ex-prefeito Cicero Lucena, o Conselho esclarece que a atual administração poderia incluir na proposta do Novo Código reduzindo as alíquotas para algumas categorias.

\*O próprio prefeito Ricardo

Coutinho foi totalmente contrário à aprovação da Lei Complementar 32, aprovada na gestão de Cicero, por achar que ela penalizava os contribuintes", completou Aderaldo, lembrando que o Conselho já pediu cópia do projeto para analisar a proposta mais detalhadamente. A Lei Complementar 32 foi aprovada em dezembro de 2003. Ela estabelecia que sociedades de profissionais liberais iriam pagar 3% de ISS em 2004, 4% em 2005 e 5% em 2006. Os demais serviços passariam a pagar 5% a partir de 2004.

**Texto 7.** Notícia publicada no *Jornal da Paraíba*, editoria de Política (pág. 3) em 21 de outubro de 2005

Por outro lado, também observamos que o intertexto é recuperado através da estratégia de captação de que nos fala este mesmo autor, na qual o texto é imitado seguindo a mesma direção argumentativa. Neste caso específico, observamos que o texto chárstico retoma a notícia seguindo-lhe a mesma direção, dando ênfase à perda financeira das categorias mencionadas com o advento do aumento da carga tributária.

Este evento é representado iconicamente na charge, através do desenho de uma bandeja de balança em que se tem escrito: “carga tributária”.

Nele, a bandeja está repleta de pesos e representa o lado mais pesado da balança que tem, do outro lado, a imagem de um “profissional” prejudicado por esta medida. Este, por sua vez, ao invés de estar numa outra bandeja, aparece pendurado pelo pescoço amarrado a uma corda, apontando, desta maneira, para um outro tipo de estratégia intertextual presente entre a charge o enunciado da notícia. Trata-se da construção da referência metafórica estabelecida de forma mais específica ao termo “arrocho”, presente no antetítulo do texto jornalístico, o qual não aparece na charge e que, por sua vez, nos remete à expressão popular: “com a corda no pescoço”, cujo sentido figurado e corrente aponta para as circunstâncias de dificuldades, de ordem financeira ou não, pela quais passam os indivíduos.

Por fim, como podemos observar, a relação intertextual estabelecida entre este texto chágico e o intertexto publicado no dia anterior, é construída dentro de uma estratégia enunciativa específica que facilita ao enunciatário, seja ele um leitor diário ou não do jornal, a interagir de maneira mais fácil com o sentido em construção no texto chágico. Esta prática nos faz ver ainda, mesmo que de maneira indireta, a percepção do chágista em relação à necessidade do caráter interativo manifesto em seu trabalho, indo ao encontro do que nos revela Bakhtin (2003, p. 322) ao afirmar que a compreensão é essencialmente dialógica.

Um outro exemplo desta mesma estratégia intertextual mencionada anteriormente é apresentada pelo jornal *Correio da Paraíba*, através da **Charge 8**, publicada em 14 de outubro de 2005, que veremos a seguir.

**CHARGE 8**

**Charge 8.** *Correio da Paraíba*, 14 de outubro de 2005

**CONSELHO APROVA TARIFA DE R\$ 1,50  
PARA ÔNIBUS E CAUSA REVOLTA EM JP**

**Texto 8.** Título de notícia publicada no *Correio da Paraíba*, editoria Cidades (Pág.2), em 13 de outubro de 2005

O texto chárstico é composto por elementos verbais e não verbais com destaque para o título de uma notícia publicada pelo jornal um dia antes (**texto 8**), cujo enunciado foi recuperado e incorporado literalmente pela charge. A notícia foi publicada no Caderno de Cidades (pág. 2), e assim como no exemplo anterior, aborda um fato registrado na Paraíba, fenômeno este pouco comum nas charges analisadas nesta pesquisa. O texto diz respeito ao aumento da tarifa de ônibus na cidade de João Pessoa e a revolta que esta medida causou junto à população estudantil.

O desenho traz dois personagens em destaque, cujas características plásticas e contextuais os identificamos como um estudante, aqui caracterizado por portar um caderno debaixo do braço e na mão, uma carteira de estudante, além do uso de óculos, e o outro, uma espécie de fiscal que é caracterizado pelo uso de jaqueta e um walk-talk numa das mãos. Por trás deles, há uma imensa fila de pessoas, que são representadas por sinais gráficos pouco definidos, e ao lado um pequeno grupo de policiais reconhecidos pelo desenho do fardamento tradicional e uso de cassetete nas mãos, em mais um típico exemplo de relação icônica, cuja representação se dá pelo grau de semelhança entre o signo e o seu objeto, conforme tratamos no tópico anterior.

Diferentemente da **charge 7** apresentada pelo *Jornal da Paraíba*, esta charge se restringe à reprodução literal do título da notícia que ocupa boa parte do espaço superior do desenho. Além deste, a charge apresenta um outro elemento verbal que é a fala do estudante, a qual aparece dentro de um balão similar aos das histórias em quadrinhos. O texto é iniciado com um sinal de reticência e finalizado com duas exclamações, sinais de pontuação também responsáveis em grande parte pela significação do enunciado. O primeiro indica o sentido de continuação da fala do personagem, sentido este que é reforçado pelo uso da conjunção aditiva “e”. Já as exclamações ressaltam, através da ênfase, o tom de protesto que reveste o enunciado, que, além destes, apresenta um elemento lingüístico-discursivo de variação semântica, indo do denotativo ao sentido conotativo. Trata-se do termo: “meio protesto” que encerra a frase do estudante, e cujas letras aparecem em negrito, destacando ainda mais o sentido provocativo do texto, que é de natureza crítico-humorística.

Este aspecto crítico-humorístico é construído mais especificamente a partir da palavra “meio”, que é empregada de maneira dúbia ao se referir ao direito de meia passagem, concedido pela carteira de estudante à classe estudantil. De um lado, o chargista faz um jogo jocoso com o termo, ao suscitar a idéia de “meio protesto”, e de um outro revela de forma implícita, uma crítica à censura ao direito de protesto por parte dos poderes públicos, que costumam reprimir este tipo de manifestação. Também vemos no texto, de maneira indireta, uma crítica aos direitos concedidos por lei e que, no Brasil, são costumeiramente desrespeitados.

Ao utilizar-se de tais elementos, o texto chárstico cria um afrontamento de idéias e normas institucionais, utilizando-se da ironia enquanto forma de discurso, conforme descreve Brait (1996, p. 58), ao defender que esta perspectiva compreende não apenas a interdiscursividade, mas também a intertextualidade e outros mecanismos que atuam na estruturação do discurso irônico. Portanto, como podemos observar, o texto chárstico em análise se utiliza da estratégia intertextual e também de recursos da interdiscursividade com efeitos de sentido irônico, provocando o leitor a uma atuação conjunta, ou seja, a de rir e ao mesmo tempo abstrair o teor sério da mensagem. Este efeito, vale salientar, é muito comum neste tipo de ilustração satírica, por meio do qual o chargista trabalha com a dualidade que o humor reflete: o sério e o ridículo.

Além dos dois exemplos mostrados acima e, que como vimos, apresentam uma estratégia intertextual que consiste na reprodução literal e de forma mecânica, ou seja,

através de operações de fotocópias, parte dos intertextos, as charges também sustentam um outro tipo estratégico de relações intertextuais com os textos dos cadernos internos do próprio jornal. Esta estratégia difere da anterior no que diz respeito à construção referencial utilizada que, similarmente ao que vimos nos casos da intertextualidade ocorrida com intertextos das primeiras páginas dos jornais, não implica necessariamente na utilização de enunciados veiculados pelos próprios jornais. Nesta estratégia, a intertextualidade ocorre de maneira menos explícita para o enunciatório que, por sua vez, irá identificar os intertextos presentes na charge ao folhear o jornal. Neste caso, como já frisamos, a intertextualidade pode se processar no enunciatório de duas formas, seja através da identificação no jornal destes intertextos com os quais a charge mantém uma forte conexão ou de forma ainda mais imediata via o conhecimento já adquirido por parte do enunciatório sobre o tema exposto.

Vejam os o exemplo da **charge 9**, publicada no *Jornal da Paraíba*, em 3 de julho de 2005. O desenho traz, como único personagem, o então deputado Roberto Jefferson, cuja figura é caricaturada, apresentando traços físicos do parlamentar. Dentre estes está uma mancha escura ao redor de um de seus olhos, como referência a um incidente até hoje mal explicado à opinião pública. O ex-parlamentar alegou, na época, ter sofrido uma pancada num dos móveis de sua residência ao procurar um disco, argumento este até hoje questionado face ao grande número de inimizades que ele fizera frente às diversas denúncias contra parlamentares naquele momento. Além deste, Roberto Jefferson está representado com a vestimenta comum a todos os parlamentares caricaturados, ou seja de terno e gravata, tendo amarrado na cintura uma espécie de cinturão de dinamites. Ao lado do personagem, está uma pequena placa escrito: “CPI”. A placa aparece fixada na parede com fita adesiva nas extremidades, contextualizando o leitor acerca do ambiente em que se passa o episódio.

Trata-se, como podemos observar, de um texto chágico que se utiliza de vários recursos visuais, sobre os quais não podemos deixar de fazer algumas considerações, pelo fato de que estes desenvolvem uma função semiótica de grande importância para o processo de significação do texto chágico. Dentre eles, destacamos as dinamites que aparecem amarradas ao personagem, as quais apontam para a presença de um índice, que na concepção peirceana, como esclarece Santaella (2000, p. 122), é marcado por uma relação dinâmica de contigüidade existente entre o signo e o seu objeto. Portanto, atrelado à imagem dos explosivos está a idéia de explosão, de destruição de algo.

**CHARGE 9**

**Charge 9.** *Jornal da Paraíba*, 3 de julho de 2005

## “Prestações de contas são falsas”

Jefferson chamou de “mentira” todas as prestações de contas de campanha eleitoral e disse ter trazido as contas dos integrantes da CPI à sessão. “Eu trouxe aqui, que peguei na Justiça Eleitoral, todas as prestações de contas, minha e dos senhores. É aí o princípio da mentira que a gente vive aqui. Não há, povo do Brasil, cidadãos do Brasil, eleição de deputado federal que custe menos de R\$ 1 milhão ou de R\$ 1,5 milhão. Mas a média, aqui na CPI e na Câmara, na prestação de contas é de R\$ 100 mil. Não há eleição de senador que custe menos que R\$ 2 milhões ou 3 milhões, mas a prestação de contas, a média é R\$ 250 mil. Este processo começa na mentira e deságua no PC Farias, nos outros tesoureiros, e agora no senhor Delúbio e no senhor Valério.

PT - Jefferson insinuou que o PT, especificamente na derrota

de José Genoino para o governo de São Paulo, tinha campanhas milionárias, que não eram representadas nas contas eleitorais oficiais. Citou inclusive a sua própria prestação de contas. “É de deixar a gente perplexo. Ou alguém tem dúvida que a campanha mais rica de 2002 foi a campanha do PT? A mais milionária, a mais poderosa de todo o Brasil, do Cíapoque ao Cími? E as

declarações da Justiça Eleitoral não traduzem a realidade. Nem a minha, porque é igual a dos senhores.”

ABAF DO PT - O deputado arrouso indiretamente ao PT de tentar abafar as investigações da CPI ao prolongar as discussões sobre a quebra de sigilo do publicitário Marcos Valério, a quem acusa de ser o operador do suposto mensalão. Segundo Jefferson, setores governistas estão traçando os mesmos

passos que a trupa de choque do governo Fernando Collor de Melo. “Nessa inversão de papel que vivo hoje, vejo que muitos dos que ontem exorcizavam os fantasmas, agora se abraçam com eles. Só que agora não são mais os fantasmas do PC, são os fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério.”

VILÃO - Com oratória dramática, Jefferson deixou claro que não seria acuado pelo interrogatório na CPI. “Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato, já passei dele (...) Ninguém vai me botar de joelhos e de rabo entre as pernas, ninguém! Ninguém vai me acanhar, ninguém. Não sou ator! Não faço aqui o papel do herói porque não sou”.

BANCO RURAL - Jefferson afirmou taxativamente que assessores dos deputados que recebiam o suposto “mensalão” faziam os saques diretamente da agência do Banco Rural em um shopping de Brasília. “A Abin foi incapaz de dizer ao governo, à Casa Civil, ao presidente da República e ao chefe da Segurança Institucional que o senhor Marcos Valério, versão moderna e macaqueada do senhor PC Farias, sacava R\$ 1 milhão por dia nas contas do Banco Rural. Ou sacava em Minas Gerais ou no prédio do banco no Brasília Shopping, no 9º andar, onde muitos assessores dos que recebem “mensalão”, que estão registrados na portaria, subiam até o escritório do banco para receber R\$ 30 mil, 40 mil, às vezes 20 mil ou até R\$ 60 mil.”



“ Não há eleição de senador que custe menos que R\$ 2 ou 3 milhões, mas a prestação de contas, a média é R\$ 250 mil

Roberto Jefferson  
Deputado

”

**Texto 9.** Notícia publicada no *Jornal da Paraíba*, editoria de Política (pág.. 2) em 3 de julho 2005.

A relação destes elementos, portanto, nos leva a construirmos as referências metafóricas e, conseqüentemente, os sentidos conotativos presentes. O chargista faz alusão às denúncias “explosivas” que na época vinham sendo feitas por Roberto Jefferson à CPI dos Correios. Por outro lado, a imagem aponta para o papel de “homem bomba” que este vinha desempenhando naquela época, visto por muitos parlamentares como uma espécie de terrorista.

Além destes elementos não verbais, a charge traz uma frase curta que é atribuída a Roberto Jefferson, através da qual é construída a relação intertextual com um dos enunciados presentes no caderno de Política do *Jornal da Paraíba*, na edição da mesma data. A frase é reproduzida manualmente pelo chargista e diz respeito à afirmativa: “Eu não sou ator”. A frase está atrelada a uma polêmica declaração feita por ele à CPI durante o auge do escândalo do “Mensalão” - deflagrado, como já apresentamos no Capítulo I, a partir de declarações feitas por este parlamentar à imprensa.

Esta declaração, por sua vez, foi reproduzida literalmente pelo *Jornal da Paraíba*, na mesma data, em notícia publicada na Editoria de Política (pág. 2) e que trazia como título: “Prestações de contas são falsas” (**texto 9**). A matéria jornalística dava conta especificamente da revelação feita pelo deputado, segundo a qual eram falsas todas as prestações de contas de campanha eleitoral, em especial as dos cargos de deputado federal, senador e Presidente da República. Em determinado trecho da matéria, Roberto Jefferson diz literalmente que não é ator, como metáfora para afirmar que não iria representar, mas sim dizer a verdade, no interrogatório da CPI.

Ao compararmos este texto com a charge publicada, observamos o grau de aderência intertextual estabelecido, muito embora não esteja vinculado unicamente a este enunciado do jornal, tendo em vista a charge haver sido produzida antes mesmo da publicação da matéria, e por tratar-se também de uma notícia veiculada por outros veículos, tais fatores não excluem a conexão intertextual existente entre um e outro texto. Neste sentido, uma leitura feita entre a notícia e a charge, ou vice-versa, embora a diagramação do jornal priorize a primeira ordem, levará o leitor a reconhecer a relação intertextual e a enxergar com maior clareza o significado do texto chárigo. Associado a este fator está também o reconhecimento das demais relações de natureza semióticas existentes neste processo de significação, o que nos faz entender melhor o que Koch (2004, p. 35) nos fala ao ponderar que o conjunto destes recursos se apóia na “[...] associação de elementos lingüístico-discursivos a comportamentos semióticos que estruturam e regem os enunciados, oferecendo interpretações e sentidos diversos”. Por

esta razão, o ato de leitura do texto chárstico torna-se uma prática muitas vezes complexa, obrigando o leitor a realizar diversas inferências, para através destas, processar a sua interpretação acerca do texto. É o que vemos também na charge a seguir.

Referimo-nos à **charge 10**, publicada no *Correio da Paraíba*, em 9 de setembro de 2005, que apresenta a mesma estratégia intertextual. A charge traz como único elemento não verbal a imagem caricaturada do presidente Lula, que, a exemplo do que vimos na charge anterior, é construída com base nas características físicas mais marcantes do personagem citado, com destaque, neste caso, para a estatura e peso (baixo e arredondado) e a barba espessa, que se configura como um dos principais traços característicos ressaltados em todas as caricaturas de Lula. Junto a estes elementos, o terno também aparece como um outro ícone associado à figura do presidente, que, assim como os demais parlamentares, sempre são vistos com este tipo de vestimenta. No desenho, ele aparece segurando uma bandeira do Brasil, imagem esta que, apesar de estar em preto e branco, e, portanto, sem as cores que a caracterizam, é identificada através dos demais elementos formais. Estes elementos, por sua vez, constituem o conjunto de significados que fazem da bandeira um signo de natureza simbólica de grande representatividade, regido pela força de sinais convencionais, arbitrários, conforme descreve Santaella (2000, p. 132). É por meio desta relação que este elemento é utilizado no texto chárstico, onde é apropriado com a função de atribuir ao presidente um gesto de patriotismo, operando desta maneira como um importante elemento de contextualização e significado.

Ainda no plano iconográfico, o desenho apresenta alguns traços de contexto intra-icônico – descritos em várias outros textos chársticos analisados anteriormente, a exemplo das charges 2 e 4 – que, associados aos traços fisionômicos retratados, transmitem a idéia de susto sofrido pelo personagem. Afora estes elementos extralingüísticos, o texto chárstico é complementado com o letreiro acima da imagem de Lula - “Luuuuuuuuúúúú” - que, como se pode observar, imita o som de uma sonora vaia, representada geralmente pela onomatopéia constituída pela repetição da letra “u”. O chargista aproveita-se desta semelhança sonora e lingüística para fazer uma brincadeira com os signos lingüísticos, apelando desta maneira para uma associação não apenas intertextual, mas também extratextual do leitor que, por sua vez, é convidado a fazer esta associação. A seqüência é repetida por mais de uma vez, deixando a entender que



se trata de algo proferido por mais de um locutor, os quais, diferentemente dos exemplos já analisados, são ocultados. O enunciatório, desta forma, remete-se assim, a outras vozes, as quais encontram respaldo num enunciado noticioso (**texto 10**), publicado um dia antes pelo mesmo jornal, o qual serve como intertexto para esta charge.

### CHARGE 10



Charge 10. *Correio da Paraíba*, 9 de setembro de 2005

### Manifestos marcam 7 de Setembro

A crise política e os protestos contra a corrupção marcaram as comemorações do Dia da Pátria em Brasília. Enquanto o desfile acontecia na Esplanada dos Ministérios, manifestantes exibiam faixas e cartazes com críticas ao governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido com vaias e aplausos ontem, ao chegar de carro aberto no Desfile Cívico Militar de Sete de Setembro. Segundo a Polícia Militar, 30 mil pessoas participam do evento. O público representa metade do que compareceu no ano passado, de acordo com os dados da PM.

O presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, acompanhou o desfile ao lado do presidente Lula.

Não é a primeira vez que um presidente estrangeiro acompanha o desfile, mas nenhuma outra nação havia sido homenageada. Ontem, cerca de 30 alunos

nigerianos desfilaram trajando roupas típicas.

O desfile durou quase duas horas e meia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou às 8h45 e passou revista às tropas que estavam em frente ao Palácio do Planalto. Ao chegar à tribuna de honra, o presidente foi alvo de vaias e aplausos.

As arquibancadas próximas à tribuna foram reservadas para os convidados da Presidência e a população ficou afastada das autoridades, o que poupou o presidente e os 24 ministros que compareceram de ouvir os protestos.

Em uma das faixas críticas ao governo Lula: "Governo corrupto, Brasil de luto." Entre os manifestantes estavam representantes do PSOL, PSTU, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e mulheres de militares, que exibiam faixas pedindo "salários mais dignos para seus maridos".

**Texto 10.**, Notícia publicada no *Correio da Paraíba*, editoria de Política (pág. 5) em 8 de setembro de 2005

O enunciado foi publicado na editoria de Política (pág. 5) e tinha como título:

"manifestos marcam 7 de Setembro". O texto jornalístico aparecia como uma matéria coordenada, diagramada na parte inferior da página, e dava conta dos manifestos ocorridos em Brasília, na ocasião do feriado nacional, trazendo, em sua estrutura interna, a informação de que o presidente Lula foi recebido com vaias e aplausos ao chegar de carro aberto ao Desfile Cívico Militar de Sete de Setembro.

A relação intertextual da charge com este texto se caracteriza como parafrástica, uma vez que os dois textos são convergentes. Em outras palavras, podemos dizer que se trata de mais um exemplo de intertextualidade "das semelhanças", ou ainda de um caso de captação, em que o intertexto é retomado seguindo a mesma orientação argumentativa, ressaltando o desprestígio do presidente.

#### **3.4.4 As relações intertextuais da charge com outros intertextos imagéticos**

Uma outra constatação a que chegamos ao analisar as charges foi a de que, além da constante referência aos textos verbais, a charge também mantém uma relação intertextual com outros intertextos visuais. Dentre eles está a fotografia, outro recurso visual sempre presente nos jornais e que guarda algumas semelhanças funcionais com a charge. Apesar de apresentarem linguagem própria, ambas retratam recortes do cotidiano através da perspectiva jornalística, cada uma ao seu modo e por meio do grau de iconicidade que lhe é característico. Valendo-se do seu poder de reprodução imagético artesanal ilimitado, a charge se utiliza, por vezes, da foto como intertexto, traçando com esta uma relação dialógica caracterizada pela força da imagem.

Mas este tipo de relação não se restringe a esta categoria de ilustração icônica. Além da foto, a charge também se relaciona intertextualmente com outras charges, numa clara demonstração da amplitude de sua dimensão intertextual e comunicacional dentro da mídia. Analisando as charges selecionadas para a pesquisa, registramos dois casos desta natureza. Num deles a charge estabelece uma relação intertextual com uma fotografia e no outro, com uma outra charge. Ambos os casos foram verificados no *Jornal da Paraíba*, cujo chargista, ao que podemos perceber ao longo da pesquisa, demonstra uma maior valorização dos elementos não verbais na charge. Apesar de representar um número pequeno, o que indica se tratar de uma estratégia intertextual pouco usada na imprensa paraibana, consideramos importante realizar uma análise destes exemplos. A medida visa não apenas mostrar um pouco mais da dimensão dialógica da charge dentro do jornal, mas também ressaltar a aplicabilidade da

intertextualidade entre as mais diversas formas de artes não literárias, como, aliás, ressalta Allen (2000, p. 175) ao falar da amplitude deste fenômeno na modernidade.

A **charge 11** ilustra de maneira bastante clara este tipo de estratégia intertextual em que o texto chárstico se utiliza da fotografia como seu intertexto. A charge foi publicada no *Jornal da Paraíba*, em 27 de agosto de 2005 e é composta essencialmente por elementos não verbais, trazendo como algarismos apenas o número 10, estampado numa camisa, e como personagem principal a imagem caricaturada do jogador da Seleção Brasileira, Robinho.

Trata-se, como vemos, de mais um caso de caricatura propriamente dita inserida dentro da charge, a qual, conforme descreve Melo (2003, p.167) se define como um “Retrato humano ou de objetos que exagera ou simplifica traços, acentuando detalhes ou acentuando defeitos com finalidade de suscitar risos, ironia [...]”. O jogador traz como traços caricaturados marcante os lábios, que são propositadamente exagerados pelo humorista, ao chamar a atenção para uma de suas características físicas mais marcantes.

O texto chárstico é complementado com o desenho de uma bola, retratada também de maneira caricatural, cujos traços originais são alterados e acrescidos de outros com o intuito de lhe tornar semelhante a um touro. Trata-se, como vimos em várias outras charges anteriores, de mais um exemplo de representação sígnica icônica, estabelecida pela força da semelhança imagética existente entre o signo e o seu objeto, que neste caso, é construída por meio das técnicas manuais gráficas que esta modalidade imagética permite e que “[...] revelam a intencionalidade do desenhista na emissão do ato sêmico transformando o desenho em mensagem icônica”, conforme explica Cagnin (1975, p. 33).

**CHARGE 11**

**Charge 11.** *Jornal da Paraíba*, 27 de agosto de 2005



**Texto 11.** Foto-legenda publicada na primeira página do *Jornal da Paraíba*, em 26 de agosto de 2005

Para isto, Lila recorre de maneira específica à imagem de chifres e um rabo, que são características físicas comuns ao touro, animal este símbolo de uma das práticas culturais e de cunho esportivo, mais populares na Espanha que é a tourada. O jogador aparece com uma espécie de chapéu de toureiro, segurando uma camisa com o número

10, posicionado em frente à bola, reproduzindo, desta maneira, uma postura física comum ao toureiro ao desafiar o touro que, neste caso, é substituído pela bola. Esta, por sua vez, além dos elementos gráficos mencionados, ganha também alguns traços de contexto intra-icônico, os quais lhe tornam ainda mais semelhante a este animal, a exemplo do pequeno balão esfumado, transmitindo-nos a idéia de sopro, como se vê nos desenhos de histórias em quadrinhos.

No que diz respeito aos aspectos intertextuais, percebemos que o texto chárstico mantêm um forte vínculo com a fotografia (**texto 11**), publicada na primeira página do jornal, no dia anterior em que o jogador Robinho aparece segurando uma camisa de número 10. A foto é acompanhada de uma chamada-legenda, cuja descrição indica se tratar da apresentação do jogador ao Real Madrid e da camisa que ele vestiria no time espanhol, que havia acabado de contratá-lo.

A charge, como pode ser observado, recupera parte da informação fotográfica, reproduzindo graficamente a imagem do jogador que, por sua vez, é refeita a partir da linguagem do humor gráfico, com as técnicas particulares de representação que a caracteriza. Para isto, a charge se utiliza do processo da prática de transformação por imitação, através do regime satírico, conforme descreve Genette (1982, p. 18), para quem a charge se enquadra dentro das práticas de derivação por imitação. Para tanto, da mesma forma que acontece na relação com os intertextos verbais, a charge se vale das informações apresentadas nos intertextos visuais, as quais são transportadas para o gênero satírico e humorístico, ganhando novos significados.

Percebemos, na relação entre um e outro texto visual, um grau de aderência considerável a partir do qual torna-se possível fazer uma leitura da intenção do chargista. Neste sentido, compreendemos que, mais do que imitar de maneira cômica e artesanal a imagem fotográfica, o texto chárstico desconstrói e reconstrói esta mensagem imagética, transmitindo através dela uma outra mensagem, cuja interpretação obedecerá ao sistema sêmico em que esta se encontra inserida.

No tocante à produção de sentido, este texto chárstico revela a intenção do chargista em focar o desafio do jogador Robinho perante o futebol espanhol, ressaltando a superioridade do jogador brasileiro que aparece no desenho como toureiro desafiando o “adversário”, que neste caso é representado simbolicamente através da bola em forma de touro. O texto parece contrastar de maneira jocosa, as duas modalidades esportivas marcantes em cada um dos países, Brasil e Espanha, que são o

futebol e a tourada, respectivamente, estabelecendo através desta relação e dos diversos signos presentes nela, a construção da significação e sentidos.

Trata-se de uma estratégia intertextual em que as relações que precisam ser inferidas pelo leitor vão além do que é dito. Neste sentido, a incorporação e (re) construção do texto ocorre de maneira não transparente, tornando a confluência enunciativa ainda mais complexa. Em outras palavras, é o que Brait (1996, p.106) chama de opacificação do discurso, em que um enunciador produz um enunciado visando chamar a atenção não apenas para o que é dito, mas para a forma como é dito, ressaltando as contradições entre estas duas dimensões. Como efeito de sentido deste processo, temos a ironia, que a depender do emprego tanto pode produzir efeito cômico como não, restringindo-se a uma espécie de crítica mais “séria”, que, ao que parece, foi esta a intenção do chargista neste caso específico.

As duas charges a seguir, ilustram mais um exemplo de construção intertextual do texto chárstico a partir de outro texto visual. Neste caso em particular, a intertextualidade é mantida entre duas charges, numa clara demonstração de que esta também pode vir a exercer o papel de intertexto. Ao analisar as edições de 13 de setembro e 5 de outubro, de 2005, do *Jornal da Paraíba*, verificamos este tipo de relação intertextual entre as **charges 12 e 13**.

Ambos os textos chársticos trazem como tema a prisão ex-prefeito Paulo Maluf, ocorrida em 10 de setembro de 2005. Maluf foi preso, juntamente com o seu filho, Flávio Maluf, com base numa denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal, em São Paulo, por meio da qual ambos foram acusados pelos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção passiva, crime contra o sistema financeiro e formação de quadrilha. Os acusados foram libertados após cumprirem 40 dias de prisão na delegacia da Polícia Federal.

A semelhança plástica e o teor do conteúdo abordado apontam para as relações intertextuais existentes entre os textos chársticos, apesar da distância da data de publicação, de um para outro. Ambas as charges trazem, como único personagem, a figura caricaturada do ex-prefeito. A informação referente à prisão de Paulo Maluf é repassada por meio dos elementos não verbais presentes nas charges. Deparamo-nos com alguns elementos icônicos de forte carga simbólica difundidos através da indústria de entretenimento, a exemplo dos desenhos animados, filmes e histórias em quadrinhos.

**CHARGES 12 E 13**

**Charge 12.** *Jornal da Paraíba*, 13 de setembro de 2005



**Charge 13.** *Jornal da Paraíba*, 5 de outubro de 2005

É o caso, por exemplo, do fardamento listrado dos presidiários e a bola de ferro usada para acorrentar os presos, imagens estas que, como bem sabemos, contribuem para a construção dos estereótipos compartilhados coletivamente por indivíduos de culturas e sociedades diferentes, porém, associadas por meio de um mesmo sistema simbólico. Este fato, por sua vez, demonstra, de certa maneira, a hegemonia da cultura americana sobre as diversas outras culturas, incluindo a brasileira, em que, por exemplo, o sistema carcerário brasileiro não adota nenhum destes dois elementos mencionados no texto chárigo. Os demais elementos de efeito semiótico que caracterizam a condição de detento do ex-prefeito fica por conta de um espécie de assento fixado por correntes na parede, presente na **charge 12**.

Por sua vez, os textos verbais atribuídos ao personagem dizem respeito à insistência por parte de Paulo Maluf em negar todas as acusações que são feitas, há anos, contra a sua pessoa. Este fato, é importante ressaltar, terminou gerando um dos elementos comportamentais agregados à construção da imagem caricaturada do ex-prefeito, transmitindo, de maneira indireta, o cinismo que este manifesta através das entrevistas concedidas na mídia. Tal comportamento é revelado através do desenho humorístico, e que como ressalta Propp (1992, p. 43), tem o efeito de mostrar não apenas as características físicas, como também morais do homem, desnudando a sua personalidade real.

Ambos os textos são sublinhados por um traço e aparecem sobre a cabeça do personagem, ligados por um apêndice em forma de uma seqüência de pequenos balões, também utilizados em histórias em quadrinhos como representação gráfica do pensamento dos personagens. Na charge do dia 13 de setembro (**charge 12**), publicada três dias após a prisão do ex-prefeito, o sinal de exclamação ao final da frase: "o que foi que eu esqueci de mentir!", interage com a expressão fisionômica do personagem, que é esboçada por meio do contexto intra-icônico, através da imagem da testa enrugada, as sobrancelhas levantadas e olhos arregalados de Maluf, transmitindo, desta forma, a imagem de alguém intrigado e incomodado com algo.

O mesmo torna a se repetir na charge do dia 5 de outubro (**charge 13**), em que o personagem aparece segurando, numa das mãos, a bola de ferro, que passa a representar, figurativamente, uma bola de cristal. Esta construção figurativa é complementada com a expressão verbal que apresenta o mesmo teor discursivo da **charge 12**, diferindo apenas no estilo frasal. Desta feita, o chargista se utiliza de uma outra estratégia de natureza intertextual que é a paródia, estratégia textual esta de natureza ambivalente, como ressalta Fávero (2003, p. 53). É por meio desta que a charge recorre à célebre frase de William Shakspeare: "Ser ou não ser, eis a questão", cuja estrutura verbal e idéia original são aqui alteradas propositadamente: "sei ou não sei ?, eis a questão", construindo, desta forma, uma intertextualidade com a literatura e, ao mesmo tempo, com a memória coletiva onde este expressão encontra-se popularizada.

Trata-se de uma prática textual e discursiva muito comum em textos desta natureza, em que a ironia é incorporada ao significado do enunciado, produzindo um efeito humorístico. Esta tática lingüístico-discursiva se processa através do caráter ambivalente inerente ao funcionamento da linguagem e que, por sua vez, explicita a



visão dialógica da paródia, enquanto um palco de luta entre vozes contrárias, em conformidade com a visão banhtiniana. Como podemos perceber, o enunciado da charge assinala uma dupla escritura e leitura, cuja percepção, entretanto, só é possível para os leitores com um determinado grau de conhecimento enciclopédico.

### 3.5 As estratégias intertextuais da charge com textos fora do jornal

Apresentaremos neste tópico, os resultados referentes à outra vertente estratégica de intertextualidade mencionada anteriormente e que diz respeito aos vínculos estabelecidos entre as charges e os textos situados fora do jornal. Neste sentido, utilizamo-nos da concepção de “intertextualidade em sentido amplo” discutida por Koch (1997, p. 47), a qual está atrelada à interdiscursividade e que diz respeito à manifestação textual-discursiva verificada nas próximas charges analisadas. Dentro deste prisma, analisamos os efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos utilizados nesta modalidade textual a partir dos intertextos incorporados à ela, os quais conforme veremos a seguir, apontam para uma construção intertextual mais complexas que as charges analisadas anteriormente.

Neste sentido, observamos que as relações intertextuais são construídas, em geral, a partir de dois tipos de intertextos, os quais denominamos de *intertexto de estereótipos personificados* e, *intertexto de memória social e coletiva*. O primeiro diz respeito aos personagens fictícios extraídos de contos infantis que povoam o imaginário coletivo e que são apropriados pelo texto chárigo como elemento de representação de identidade social. Trata-se de uma das características marcantes da charge, através da qual o chargista utiliza-se do recurso às personificações, conforme descreve Nery (2001, p. 7) ao falar da capacidade desta em combinar metáfora, convenção e símbolo na reprodução do discurso gráfico, conforme veremos adiante nas charges **14 e 15**.

O *intertexto de memória social e coletiva*, por sua vez, revela a estratégia enunciativa que apela ao conhecimento compartilhado pelos enunciatários das charges. Assim como o intertexto anterior, este faz referência aos casos de polifonia em que, diferentemente das estratégias mostradas nas charges anteriormente, a intertextualidade se dá por meio de um processo em que se incorporam percursos temáticos e figurativos, ou como denomina Fiorin (2003, p.35), “temas e/ou figuras”, os quais representam a pluralidade vocal discursiva trazidas para dentro do texto. Trata-se também, em outras palavras, da incorporação de vozes de enunciadores reais ou virtuais que representam

perspectivas e pontos de vista diversos de que nos fala Koch (2004, p. 146-147) ao tratar dos casos de polifonia.

Não obstante, consideramos importante frisar que as duas denominações acima mencionadas, designadas aos casos de intertextualidade das charges com textos fora do jornal, são utilizadas como modo didático ao discutirmos os procedimentos de efeitos textuais e discursivos constatados nos textos chárgicos que serão apresentados. Desta maneira, esclarecemos ainda que, a polifonia aqui é ressaltada como uma manifestação discursiva através da qual presenciemos as múltiplas vozes manifestas no texto, que por sua vez, é de natureza essencialmente dialógica. Trata-se, portanto, de uma perspectiva convergente com as concepções de intertextualidade e polifonia defendida por Barros (2003, p. 6), que conforme discutimos no item 2.1.1, revela uma certa aproximação com a concepção de Koch (1997) ao tratar da intertextualidade em sentido amplo, na qual, apesar de se voltar mais enfaticamente para o fenômeno da interdiscursividade, esta autora reafirma a condição decisiva do intertexto no processo de produção do discurso.

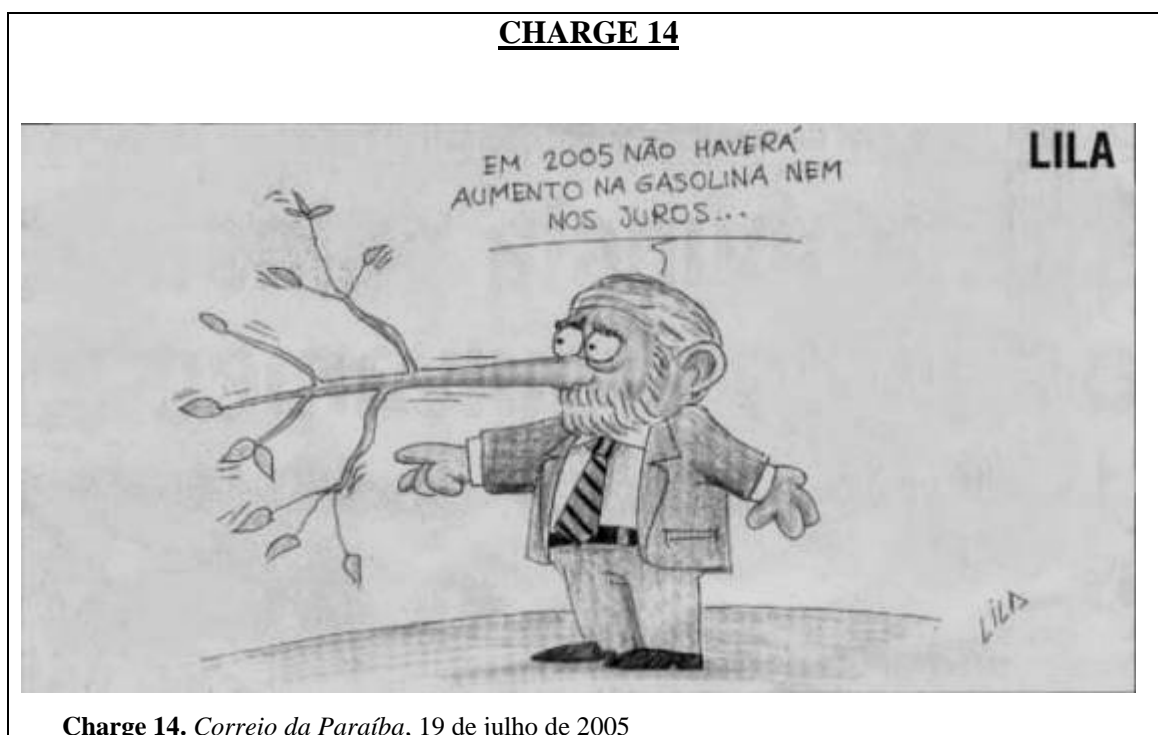
Foi desta maneira que, analisando atentamente as charges selecionadas, observamos que, apesar de remeterem, na maioria das vezes, a outros textos efetivamente produzidos e veiculados no próprio jornal, parte delas têm a sua significação construída a partir de intertextos situados fora do jornal. Tais intertextos revelam o que alguns autores, a exemplo de Maingueneau (1996) e Fiorin (2003) atestam, ao afirmar que a intertextualidade implica na interdiscursividade, muito embora, o contrário não ocorra, reforçando assim, a primazia da dimensão intertextual, conforme ressalta Barros (2003, p. 4) ao falar da “[...] intertextualidade ‘interna’ das vozes que falam e polemizam no texto, nele produzindo o diálogo com outros textos”.

### **3.5.1 As relações intertextuais da charge com os intertexto de estereótipos personificados**

Fazem parte desta tipologia intertextual os textos chárgicos cujas relações intertextuais estão atreladas em maior grau ao conhecimento compartilhado entre as pessoas acerca de determinados personagens fictícios que povoam o imaginário coletivo. Trata-se de uma estratégia intertextual comum utilizada por Fred e Lila no processo de produção do texto chárgico. Ao analisarmos esta estratégia especificamente, constatamos que os chargistas apropriam-se de tais personagens de maneira estereotipada estabelecendo, através deste processo de representação identitária social,

um “jogo” de associação de características morais, habituais e estéticas entre estes e o cidadão comum. Dentro deste processo, apenas alguns dados disponíveis são focalizados pelo enunciador, dentre eles os defeitos e os hábitos cotidianos por meio dos quais a intertextualidade é processada. Ao analisarmos as charges, encontramos seis casos deste tipo, que se utilizam dos mesmos personagens. Destes, escolhemos os dois exemplos a seguir, considerados como mais significativos.

Publicada no *Jornal da Paraíba* em 19 de julho de 2005, a **charge 14** se enquadra perfeitamente nesta categoria.



Construída a partir de elementos verbais e não verbais, ela traz como personagem o presidente Lula, apresentado com as mesmas características iconográficas e caricaturais que assinalam o estilo próprio do chargista deste jornal, com um detalhe em particular: o presidente traz, no lugar do nariz, um longo tronco de árvore com galhos e folhas nas extremidades. A ilustração traz como elemento verbal a seguinte frase afirmativa: “Em 2005 não haverá aumento na gasolina nem nos juros...”, em alusão a uma promessa feita pelo presidente em 2004 e não cumprida.

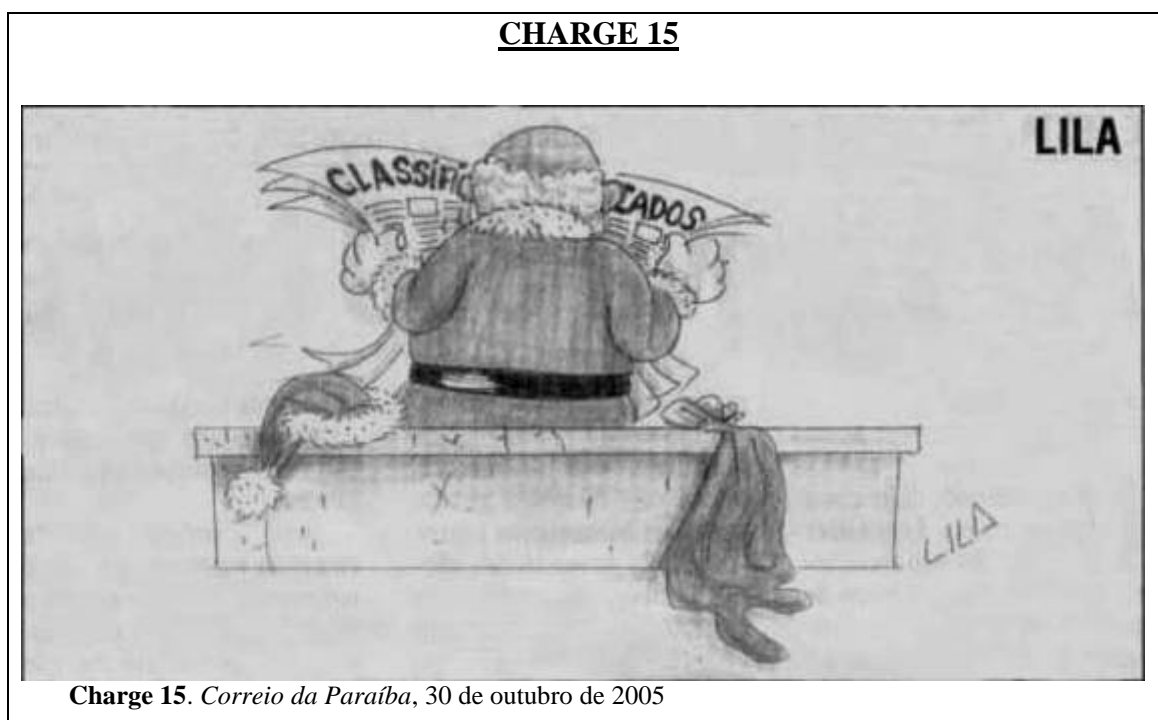
Como podemos observar, o conjunto dos elementos verbais e não verbais que constituem este texto chágico nos remete a um clássico personagem da literatura mundial que é Pinóquio, cuja fábula relata a estória de um boneco de madeira cujo nariz cresce cada vez que ele conta uma mentira. No desenho, o presidente Lula incorpora este personagem e, conseqüentemente, o defeito moral que este apresenta. O enorme nariz de madeira, por sua vez, absorve o traço característico de exagero que assinala a modalidade chágica e que se faz ver no desenho através dos galhos e folhas. Não obstante, vale salientar que este exagero é proposital, apontando em particular para o tamanho da “mentira”.

A significação da charge, portanto, ao que se pode constatar, perpassa essencialmente pela relação intertextual estabelecida com dois tipos de conhecimentos distintos que é o da identificação do personagem fictício e o da promessa feita pelo presidente vários meses antes da publicação da charge. Por outro lado, não podemos ignorar que, além destes, a charge também dialoga de forma indireta e menos aderente com outros textos publicados anteriormente no jornal sobre os aumentos constantes da gasolina e dos juros. Contudo, como podemos constatar, esta relação não interfere de maneira substancial na significação da charge, tendo em vista tratar-se de um fato absorvido pelo leitor, de maneira empírica, no seu dia-a-dia.

Esta relação direta da charge com o personagem Pinóquio também revela o poder satírico da charge, cujo teor humorístico é apreendido através da co-relação da charge com este personagem. Este humor se traduz por meio de uma espécie de paródia imagética, estabelecida através de recursos intertextuais envolvendo duas linguagens diferentes, corroborando mais uma vez com o que defende Allen (2004, p. 175) ao tratar da possibilidade de intertextualidade entre linguagens diferentes. Por meio deste recurso humorístico, o chargista retoma o discurso do presidente que, é destronado e ridicularizado através da função satírica da charge, por meio da qual nos deparamos com os efeitos discursivos polifônicos manifestos neste texto chágico.

A **charge 15**, a seguir, ilustra um outro exemplo desta mesma estratégia intertextual, cuja significação está atrelada à construção referencial em torno de personagens que povoam o imaginário coletivo. Publicado no *Jornal da Paraíba* em 30 de outubro de 2005, o texto chágico não apresenta relação direta e específica com nenhum outro texto noticioso concreto previamente publicado por este jornal.

O desenho traz a tradicional figura de Papai Noel, que é retratado sentado num banco lendo um jornal. O único recurso verbal utilizado na charge é a palavra: “Classificados”, que consta na parte superior do jornal, como instrumento de identificação do caderno em que é feita a leitura. Como se observa, o texto chárstico recorre à figura de um dos personagens mais conhecidos em todo o mundo, que simboliza o período natalino, em especial, a distribuição de presentes, feita lendariamente pelo “bom velhinho de barbas brancas”. Colocamo-nos diante de uma espécie de estereotipo compartilhado coletivamente por indivíduos de diversas sociedades e culturas, cujo poder de representatividade sociocultural é fixado, sobretudo, por meio do dinâmico sistema simbólico, a exemplo do que vimos nas charges 11 e 12.



No desenho, a figura de Papai Noel é representada de maneira icônica através dos detalhes pictóricos que se assemelham à sua figura, que, mesmo estando de costas, são de fácil identificação. Além dos traços físicos característicos – gordo e semi-careca -, o personagem é identificado graficamente por meio da forma tradicional de vestimenta, cuja riqueza icônica termina por suprir a ausência dos recursos da policromia, com relação a um elemento que também constitui uma das características marcantes deste personagem, a cor vermelha de sua roupa. Neste aspecto, o gorro e o saco de presentes se destacam como acessórios inconfundíveis e complementares à

imagem da figura do Papai Noel. Tais elementos, por sua vez, expressam o seu significado por meio da força da relação icônica, simbólica e também indicial estabelecida entre o signo e os objetos representativos que lhes servem como referência.

Observamos esta relação através da imagem do “saco vazio”, a qual conduz o enunciatário a uma inferência que, baseada na união dos demais elementos constitutivos do episódio, induz a situação “carente” por que estaria passando o Papai Noel. Isto revela, ao mesmo tempo, a função indicial inerente a tudo o que significa, de que nos fala Santaella (1983, p. 66), ao ressaltar que, na visão da semiótica de Peirce, todo existente funciona de certa maneira como um índice, uma vez que “[...] como existente, apresenta uma conexão de fato com o todo do conjunto de que é parte”. As ferramentas expressivas descritas no processo enunciativo deste texto chárstico nos faz enxergar de maneira mais clara, a relevância dos elementos extralingüísticos que participam efetivamente das estratégias de construção de significação das charges, processo este dinamizado pelo funcionamento semiótico de tais elementos.

Numa outra perspectiva interpretativa, constatamos que, além destes aspectos de natureza semiótica, este texto chárstico revela a relação intertextual, em sentido amplo, que esta modalidade textual mantém com determinados contos populares, associando ficção e realidade, num imbricado processo dialógico. Esta relação revela o autêntico processo de polifonia de que nos fala Bakhtin (1981, p. 2) ao ressaltar o fenômeno de multiplicidade de vozes plenivalentes e das consciências equípolentes, por meio do qual mundos distintos se combinam numa unidade de acontecimento.

É dentro deste processo que este texto chárstico se constitui, por meio da apropriação representativa de um personagem do universo fictício que é trazido para o “mundo real”. Neste caso, ao contrário do que vimos na **charge 15**, é o personagem fictício que incorpora o personagem real trazendo para si as atribuições humanas. Neste sentido, Papai Noel é inserido dentro do contexto sócio-econômico brasileiro, associando a sua imagem à do trabalhador desempregado à procura de emprego. Dentro deste aspecto, outro detalhe que contribui sensivelmente para a produção da significação deste texto chárstico é o uso do caderno de classificados por parte do personagem, pois, como se sabe, a leitura deste tipo específico de conteúdo jornalístico é motivado pela procura de algo. No caso específico, o chargista assinala de maneira subtendida o interesse do locutor por emprego, intenção esta complementada por outro objeto também empregado na ilustração de forma conotativa, que é o banco de praça pública, lugar registrado no imaginário coletivo com significado de ociosidade, e também

propício para a leitura de jornais. Esta estratégia revela, por outro lado, a dupla mensagem de que a imagem é ao mesmo tempo portadora, a conotativa e a denotativa, conforme descreve Barthes (apud ALEGRE, 1998, p. 78), ressaltando a cadeia fluante de significados de que o texto visual é portador.

O conjunto de recursos e estratégias envolvendo os elementos extralingüísticos acima mencionados termina por oferecer ao leitor deste texto chárigo diretrizes interpretativas, assinalando da mesma forma a crítica que este revela e que, como se pode ver, aponta para a crise social da falta de emprego no país. Trata-se, portanto, de uma charge social que registra e ao mesmo tempo satiriza a questão do desemprego, realçada metaforicamente. Este tema, inclusive, é retratado de maneira muito freqüente pelos chargistas de ambos os jornais mencionados neste trabalho, que, para isto, também se utilizam de um outro tipo de estratégia intertextual do qual trataremos no próximo tópico.

### **3.5.2 As relações intertextuais da charge com intertextos de memória social e coletiva**

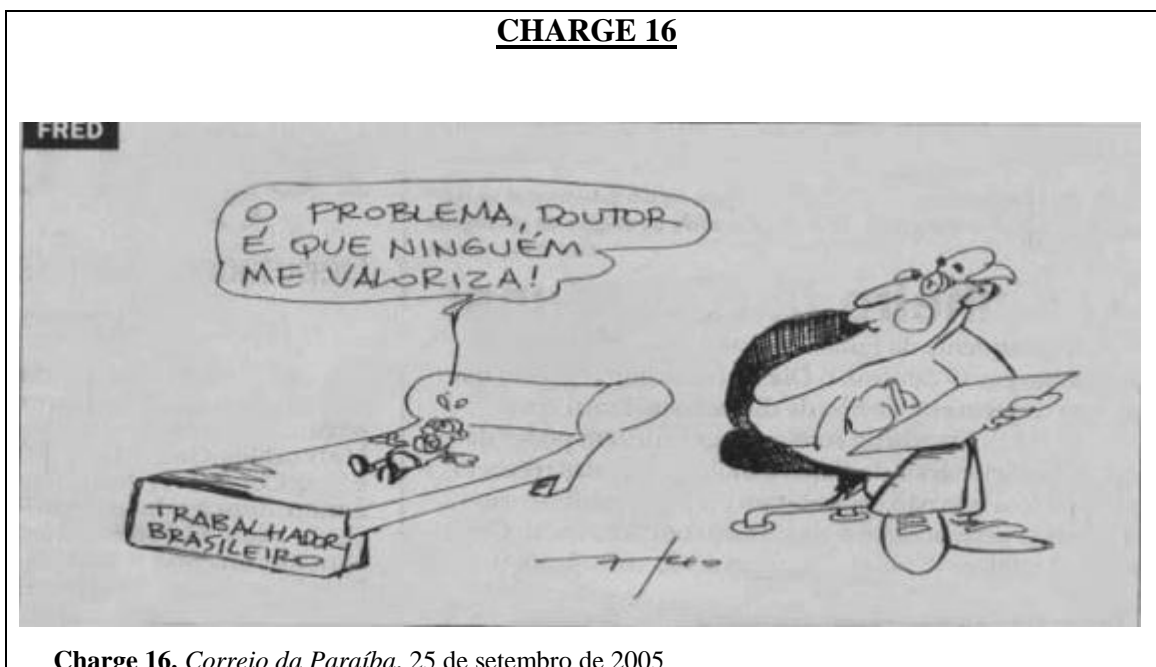
Neste último tópico, analisamos uma outra estratégia referente à construção da relação intertextual da charge jornalística com textos situados fora do jornal e cujo processo de significação está atrelado, em grande parte, aos fatores de contextualização que, como ressaltam diversos autores, dentre eles Brait (1996), Fiorin (2003) e Maingueneau (2004), respondem pela ancoragem do texto em dada situação comunicativa. Esta estratégia também está vinculada de forma muito intensa ao fator de compartilhamento de conhecimentos e idéias entre enunciador e enunciatário, mobilizando diversos saberes anteriores ao ato enunciativo. No entanto, ao invés de personagens estereotipados oriundos de contos infantis, a construção referencial verificada neste tipo de estratégia intertextual está voltada mais especificamente à utilização da figura real do cidadão comum brasileiro que, neste caso, passa a ser o personagem central das narrativas.

Neste sentido, os chargistas recorrem costumeiramente a discussões sociais, através das quais satirizam temas específicos, a exemplo do desemprego e o baixo salário da classe trabalhadora. Para isto, ao invés de personagens lendários, estes profissionais utilizam-se da figura anônima do cidadão comum que, por sua vez, é sempre retratado como vítima do sistema socioeconômico. Trata-se de um recurso

caricatural muito comum na charge, descrito, inclusive, em outro trabalho acadêmico de nossa autoria<sup>42</sup>, no qual analisamos a personificação através do discurso gráfico da charge que, como poderemos observar nas charges apresentadas mais adiante, encontram respaldo na memória social da coletividade.

Apresentamos a seguir, duas charges em que a construção da intertextualidade não é estabelecida por meio direto a outros textos atrelados ao próprio jornal, mas sim à memória social de uma coletividade, ou memória discursiva dos interlocutores, como denomina Koch (1997, p. 48). Para esta análise específica, selecionamos uma charge publicada por cada um dos jornais, as quais, ao nosso ver, exemplificam bem esta estratégia a que nos referimos.

### CHARGE 16



**Charge 16.** *Correio da Paraíba*, 25 de setembro de 2005

A **charge 16**, publicada no *Correio da Paraíba* em 25 de setembro de 2005, ilustra de maneira categórica esta forma de estratégia intertextual. O desenho apresenta um episódio com dois personagens, cuja referência identitária é formulada através dos recursos verbais presentes neste texto chárstico. Referimo-nos às palavras: “doutor” – esta presente na fala de um dos personagens - e “trabalhador brasileiro”, que aparece escrita numa espécie de divã, onde este se apresenta deitado. Do outro lado, está a figura

<sup>42</sup> Referimo-nos à uma comunicação científica em que analisamos, em síntese, a charge jornalística e sua configuração enquanto instrumento de representação da identidade nacional e regional, utilizando-nos para isto de charges dos dois jornais desta pesquisa. O trabalho foi apresentado no seminário *História da Mídia Regional*, em outubro de 2005, na UEPB.



do “doutor” a quem este outro personagem se refere. Este é caracterizado iconograficamente pelos traços físicos e postura retratada no desenho em que aparece sentado numa cadeira giratória, com lápis e papel na mão, elementos extralingüísticos que se unem aos de natureza lingüística para complementarem a representação identitária dos sujeitos sociais a quem o chargista se refere. Analisando a cena sob um ponto de vista intertextual, observamos uma referência à imagem clássica da psicanálise freudiana, figurada através da descrição do cenário e personagens contidos na charge.

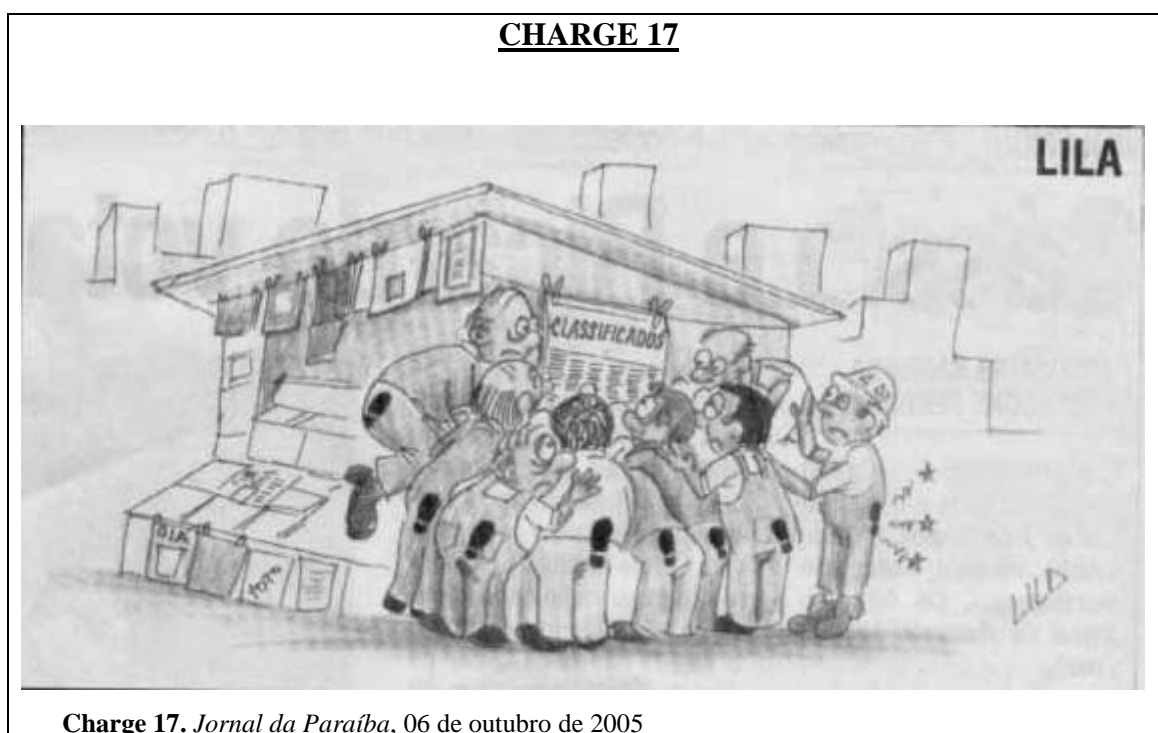
Além dos elementos descritos acima, a significação da charge está atrelada em grande parte a um outro recurso sêmico utilizado pelo enunciatário. Trata-se do tamanho do “paciente”, ora consultado, cuja figura é retratada por meio de uma miniatura. Assim como nos demais exemplos aqui analisados, os traços revelam a intenção do ato sêmico do chargista ao construir o seu enunciado, cujo diálogo interno, denuncia de forma metafórica a situação vivida pela classe trabalhadora brasileira caracterizada, sobretudo, pelo baixo salário. A união destes recursos, por sua vez, aponta para o processo de produção de sentido figurado a que o texto chágico recorre costumeiramente e que revelam a perspectiva pragmática de que é dotada esta modalidade textual.

Neste caso, os fatores contextuais atuam de maneira fundamental no processo de significação e compreensão do texto, sinalizando determinados direcionamentos para interpretação. Entre estes fatores apresentados, está o ambiente físico, também definido de “contexto situacional”, que conforme descreve Maingueneau (2004, p. 26), está relacionado a “[...] algumas unidades do enunciado, a exemplo de marcas de pessoa e uso de determinante demonstrativo, dentre outros”. É o que vemos acontecer neste texto chágico e, mais especificamente, no enunciado verbal do “trabalhador”, que em sua fala faz referência a si próprio, usando o presente do verbo “valorizar”: “O problema, doutor é que ninguém **me valoriza**”(grifo nosso).

Analisando o diálogo entre os personagens do ponto de vista polifônico, percebemos o jogo intencional do enunciador do texto chágico ao externar sua visão particular de maneira “afastada”, utilizando-se para isto dos locutores que, conforme explica Ducrot (1987, p. 188) passam a ser os responsáveis pelo enunciado, mas não da perspectiva dos fatos, ação esta atribuída ao enunciador. Este, por sua vez, como podemos observar através do enunciado “trabalhador brasileiro”, escrito no divã, constrói um texto amplamente polifônico ao trazer para dentro do mesmo, as vozes de toda uma categoria profissional ali estereotipada por meio do pequeno paciente. Esta

característica, por outro lado, nos revela a natureza dialógica que todo enunciado traz consigo enquanto fragmento de uma totalidade mais ampla, conforme defende a teoria bakhtiniana.

A **charge 17** publicada no *Jornal da Paraíba* em 06 de outubro de 2005, revela como o texto chárstico se dirige a outros intertextos de natureza mais complexa, situados fora do próprio jornal.



Construído quase que totalmente através da linguagem não verbal, o desenho traz a imagem de vários personagens anônimos em torno de um jornal fixado numa banca de jornais e revistas. Neste cenário, dois detalhes iconográficos chamam a atenção para o caráter semiótico deste texto chárstico. Tratam-se das marcas de solado de sapato na traseira de cada um dos personagens, e a página do jornal pela qual estes se sentem interessados.

De um lado, como pode se verificar, o desenho das marcas de solados de sapatos nos conduz a uma leitura indicial, cuja inferência leva-nos à dedução de que as tais marcas, na verdade, representam “chutes” desferidos contra cada um dos personagens. Esta relação, por sua vez, nos coloca diante de mais um exemplo de sentido figurado representado por meio da linguagem não verbal, em que as marcas mencionadas

funcionam como sinal de demissão, reportando-se de forma indireta a uma expressão popular, “chutado para fora”, maneira grosseira de expressar o fato de alguém ter sido colocado para fora de algum lugar, neste caso, do próprio ambiente de trabalho. O outro detalhe iconográfico que revela o ato sêmico do texto chágico é a palavra “classificados” na página do jornal, lida pelos personagens. Trata-se, como podemos perceber, na **charge 15**, publicada no *Correio da Paraíba*, de um recurso visual usado pelos chargistas ao tratarem do tema do desemprego.

Ao relacionar tais elementos, o chargista constrói o encadeamento com outras vozes e intertextos que povoam a memória coletiva dos enunciatários e que dão conta do problema de desemprego por que passam milhares de cidadãos no Brasil. A interpretação para este texto, neste caso, vale salientar, além do conhecimento compartilhado, apela para a habilidade semiótica do enunciatário mediante o uso de tais elementos empregados na charge que, de uma maneira geral, conforme descreve Nogueira (2003, p. 3), “[...] representa uma síntese dos acontecimentos filtrados pelo olhar atento de seus produtores”. É através deste processo de filtragem que o chargista leva para o seu trabalho a carga ideológica que permeia toda a ação sígnica, conforme esclarece Bakhtin (1999, p. 25), aspecto também importante para a apreensão total da significação do texto chágico.

É através desta percepção que podemos enxergar de forma mais clara os efeitos satíricos produzidos pela charge e que, como podemos constatar, trazem uma crítica ao aumento de índice de desemprego no país. É assim também que, como descreve Nery (2001, p. 4), o chargista transforma a sua intenção artística numa prática política. É por esta razão também que por muitas vezes torna-se difícil distinguir uma charge social de outra política, uma vez que, em ambas, o olhar humorístico e ideológico do enunciador se entrecruzam, enfatizando desta forma o caráter polifônico que envolve esta modalidade textual.

Por fim, acreditamos que estes dois últimos textos chágicos apresentados nos oferecem uma visão mais larga acerca da amplitude intertextual e ao mesmo tempo polifônica da charge ao captar textos e vozes que estão além no espaço jornalístico do qual esta se encontra inserida. Estas vozes advêm do multifacetado e infinito universo social de onde o jornal representa apenas uma das diversas formas de refração que, conforme Faraco (2003, p. 49) diz respeito ao processo de transmutação do mundo em matéria significativa. Trata-se de uma importante noção teórica atrelada à concepção bakhtiniana de polifonia uma vez que esclarece melhor de que maneira o encontro das

múltiplas vozes num mesmo enunciado responde pela significação do mesmo. É neste sentido que Faraco (2003, p. 50) esclarece que a significação do enunciado é dinâmica e dependerá sempre da voz social em que este se encontrar ancorado, enfatizando desta maneira, o caráter de plurivalência social dos signos. Assim, passamos a compreender de maneira mais aprofundada o que nos diz Melo (2003, p.168), ao afirmar que a charge adquire sentido, pelo fato de se nutrir dos símbolos e valores que fluem permanentemente e estão sintonizados com o comportamento coletivo.

Neste prisma, também não podemos esquecer de que o intertexto e o contexto constituem dois fatores significantes que atuam neste processo de significação, marcado intensamente pelo embate das múltiplas vozes sociais. É por meio deste embate que as estratégias de significação do texto chárstico são construídas, entrecruzando e direcionando o olhar do enunciatário de dentro para fora do texto, e vice-versa, num dinâmico processo de produção de sentido que traz à tona uma das premissas conceituais de Bakhtin (2003, p. 322) ao nos afirmar que “[...] a compreensão integra o sentido dialógico como elemento dialógico e de certo modo lhe altera o sentido real”. Esta assertiva, por sua vez, permite compreendermos melhor a linguagem como essencialmente dialógica e, portanto, intertextual, conforme defende este autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arelado ao complexo fenômeno da linguagem humana, o estudo da significação tem se revelado, há séculos, um dos maiores desafios perseguidos por filósofos, lingüistas e cientistas sociais. Dono de uma visão que perpassa por cada um destes campos do conhecimento, Bakhtin (1999, p. 128) tem apresentado, através da sua teoria do dialogismo, uma importante contribuição em torno do problema da significação, considerado por ele como “[...] um dos mais árduos em lingüística”. Para este autor, tal fenômeno ocorre em decorrência da função dialógica que todo e qualquer signo apresenta e que põe em movimento o universo das significações, do qual fazem parte os mais diversos tipos de signo e estratégias de produção de sentido.

Orientado por esta visão dialógica e centrado especificamente na complexa cadeia de significação produzida a partir da intertextualidade, em seu sentido mais amplo, esta pesquisa procurou estudar este fenômeno no processo de construção da significação de textos chárgicos veiculados na imprensa paraibana. Constituiu-se um desafio instigante e também árduo, tendo em vista nos colocarmos diante de uma modalidade textual multifacetada que é a charge, condensadora de múltiplas variações sígnicas e enunciativas, cujo processo de construção significante e conseqüente compreensão textual aciona, necessariamente, a prática de compartilhamento de um conjunto de conhecimentos e habilidades cognitivas distintas. Esta prática é acionada por meio das constantes inferências que o leitor é levado a fazer conduzido, sobretudo, pelas diversas relações intertextuais estabelecidas entre a charge e vários outros textos num dinâmico processo dialógico que envolve enunciador, locutor e enunciatário.

Por esta razão, enveredamos por um caminho interdisciplinar em que entrelaçamos disciplinas distintas fundamentadas no campo da linguagem, buscando auxílio teórico nas concepções da teoria do dialogismo e em algumas noções da lingüística e da semiótica. Foi por meio deste percurso teórico trilhado que, ancorados por uma perspectiva enunciativa do texto, aqui compreendido como o ponto de intersecção de muitos diálogos, cruzamento das vozes oriundas de práticas de linguagem socialmente diversificadas, conforme nos descreve Barros (2003, p. 3), construímos as ferramentas necessárias e adequadas para este trabalho.

Foi, portanto, através deste encaminhamento que nos debruçamos sobre o objeto de estudo desta pesquisa, analisando a charge pelo viés da intertextualidade, no intuito

de averiguarmos o papel deste fenômeno na construção da significação desta relevante modalidade textual em uso na imprensa paraibana. Neste sentido, respondendo ao problema levantado nesta pesquisa, constatamos que a intertextualidade é um dos principais fenômenos responsáveis pela construção da significação de charges na imprensa paraibana e que isto se processa através de várias estratégias intertextuais envolvendo a charge e os diversos tipos de intertextos com os quais esta se relaciona.

As análises também nos possibilitaram observar que a charge jornalística mantém, de uma maneira geral, uma relação intertextual com diversos textos situados dentro e fora dos jornais dos quais fazem parte e que, as múltiplas formas de referência a estas diversificadas modalidades textuais revelam a enorme complexidade que caracteriza o processo de construção da significação do texto chárstico. Uma outra constatação foi que o processo de interação entre enunciador e enunciatário do texto chárstico está vinculado fortemente a este encadeamento essencialmente dialógico.

Para a realização deste estudo, foram pesquisados os jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*. A escolha de ambos os veículos paraibanos foi feita considerando a pretensão de focalizarmos a imprensa paraibana, utilizando-nos, para isto, de dois dos principais órgãos jornalísticos de grande penetração em toda a Paraíba. Por outro lado, a seleção de mais de um jornal também possibilitou-nos apresentar uma breve comparação em torno de algumas especificações marcantes na produção de textos chársticos de cada um destes jornais, muito embora este não tenha sido um dos objetivos principais desta pesquisa.

A coleta de dados foi realizada no período de julho a outubro de 2005. Conforme já justificamos na introdução deste trabalho, a escolha por este recorte temporal foi feita obedecendo ao critério de relevância do momento histórico marcado pela grave crise política pela qual passava o Brasil na época, momento este registrado de forma intensa pelos chargistas de todo o país e, em particular, da Paraíba. No que diz respeito ao tamanho do recorte temporal, consideramos os quatro meses suficientes para o cumprimento satisfatório deste trabalho. Quanto à atividade de análise de dados, a pesquisa trabalhou, em um primeiro momento com um corpus ampliado constituído de 228 charges, e em seguida com um corpus restrito de 17 charges, através dos quais pudemos chegar a resultados que apontam para características gerais e específicas marcantes do modo de produção das charges nos jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*, e especial, das marcas intertextuais que caracterizam esta modalidade textual em uso na imprensa paraibana.

A prática metodológica adotada nos possibilitou apresentar, primeiramente, um panorama geral acerca das modalidades satírica e temática das charges publicadas em ambos os jornais mencionados. Os resultados foram organizados e apresentados de maneira estatística através de cinco tabelas expostas no Capítulo 3 deste trabalho, as quais descrevem e sintetizam alguns dos fatores marcantes relativos ao modo particular de produção de textos chárgicos de ambos os jornais mencionados. Dentro deste contexto, destacamos as observações referentes às semelhanças e diferenças apresentadas pelos jornais em torno de tais modalidades chárgicas, as quais terminaram nos proporcionando uma visão mais esclarecedora de alguns aspectos ideológicos presentes nestes dois jornais paraibanos. Neste sentido, destacamos a tendência maior verificada no *Jornal da Paraíba* para assuntos de natureza política, fato este espelhado através da predominância da tendência das charges políticas constatada neste jornal, o que de certa forma corrobora com outros estudos realizados sobre este mesmo veículo, a exemplo das pesquisas realizadas por Araújo (1983) e Silva (1990).

Ainda sobre este aspecto de caráter ideológico, percebemos uma omissão por parte de ambos os jornais no que diz respeito à publicação de charges políticas enfocando escândalos políticos registrados em âmbito estadual, como foi o caso do *Correio da Paraíba* e do *Jornal da Paraíba*, frente ao conturbado cenário político observado durante o período da coleta de dados desta pesquisa. Referimo-nos aos escândalos envolvendo especificamente os nomes do então prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena – eleito este ano senador da Paraíba – e da então prefeita de Campina Grande, Cozete Barbosa, ambos acusados de cometerem vários crimes de improbidade, conforme descrevemos no capítulo 3. Esta observação apontou-nos para uma característica marcante referente ao modo de produção das charges na imprensa paraibana, que nem sempre é percebida pelo leitor comum. Trata-se da restrição crítica e contestatória manifesta por esta modalidade textual que é concebida ideologicamente como um instrumento naturalmente transgressor do sistema sócio-político. Isto nos faz ver que, ao contrário do que muitos imaginam, a opinião expressa na charge não é construída de maneira totalmente autônoma e que, ao que tudo indica, sofre uma certa censura pela empresa jornalística à qual está atrelada.

Este fato, por sua vez, nos levou a compreender melhor a possibilidade da presença de mais de um enunciador num mesmo enunciado de que nos fala Ducrot (1987, p.187-188) ao tratar especificamente do que ele chama de “centro de perspectiva”. Assim, percebemos que, mesmo sendo o autor do texto, o chargista nem

sempre é verdadeiramente o perspectivador dos fatos e que, ao contrário do que imaginamos, a “voz” do jornal também se faz presente, de maneira mascarada, nesta modalidade textual que muitas vezes passa a funcionar como um editorial ilustrado, fator este, aliás, que mereceria um estudo mais aprofundado a respeito. Tais observações nos fizeram ver melhor o nível de heterogeneidade constitutiva que caracteriza a charge jornalística, através da qual é possível compreendermos mais claramente o complexo embate de vozes multiformes e dialógicas de que nos fala Bakhtin (2003, p.272) e que caracterizam os textos em uso na sociedade. Trata-se de uma visão mais ampla acerca do caráter ideológico do diálogo e que, conforme explicita Faraco (2003, p. 59-60) aponta para o complexo de forças que nele atua e condiciona a forma e as significações do que é dito.

Outro resultado, obtido através da observação feita num e noutro jornal, por meio do *corpus* ampliado, apontou para uma tendência maior do *Jornal da Paraíba* para charges construídas exclusivamente por meio da linguagem não verbal, ou seja, sem o emprego de qualquer sinal verbal. Esta característica difere do *Correio da Paraíba*, onde a grande maioria das charges se apresenta constituída a partir de uma junção de elementos não verbais e verbais, valendo-se quase sempre do caráter polissêmico das palavras e dos múltiplos sentidos que estas carregam consigo.

Outra constatação em nível de constituição iconográfica, a que chegamos ao analisarmos comparativamente os dois jornais, foi a de que, ao contrário dos jornais diários de grande circulação na imprensa nacional, a exemplo de *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, o desenho das charges não se configura dentro do contexto “intericônico” que, conforme descreve Cagnin (1975, p.35-36), diz respeito ao desenho feito numa seqüência de mais de uma imagem, similarmente às histórias em quadrinhos. O *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba* apresentam uma predominância, se não total, quase que exclusiva, pelo contexto “intra-icônico”, ou seja, aquele configurado numa única imagem e que se caracteriza pelas relações entre os diversos elementos gráficos que compõem esta imagem, como explica este mesmo autor.

Estas características constitutivas revelam não só um pouco mais a respeito do modo e estilo de produção do texto chágico de cada um dos jornais, como também apontam para a importância de outros estudos sobre esta modalidade textual, com o intuito de desvendar ainda mais a sua complexa estrutura textual que, como vimos, privilegia o não verbal em meio a um espaço soberanamente verbal que é o jornal. Neste sentido, seria interessante a realização de um estudo que, baseado na teoria da recepção,



pudesse analisar especificamente e de maneira mais aprofundada os níveis de compreensão atingidos pelo texto chárigo, problema este que havíamos pensado para esta pesquisa, mas que se tornou inviável. Trata-se de um desafio instigante, se levarmos em consideração o fato de que vivemos num país onde o índice de alfabetismo funcional é alarmante, fenômeno este que vem gerando muitas pesquisas em todo o país.

No que diz respeito aos resultados relacionados especificamente à questão central da pesquisa e que está voltada para uma análise acerca do papel da intertextualidade no processo de construção da significação das charges, a pesquisa nos levou a algumas reflexões relevantes para uma melhor compreensão deste fenômeno. Parte destes resultados foi obtido através do *corpus* ampliado, e exposto de maneira mais contundente nas tabelas 4 e 5 do Capítulo 3. As tabelas apresentam uma classificação dos tipos de relações intertextuais das charges e os intertextos de cada um dos jornais, através da qual verificou-se num plano geral, os principais tipos de intertextos com os quais os textos chárigos mantêm fortes vínculos intertextuais.

Além de nos fornecer um levantamento geral da variedade de tipologia intertextual presentes em cada um dos jornais, os dados fornecem uma idéia mais clara acerca da incidência de aderência por meio das referências textuais através da qual a relação intertextual entre a charge e os intertextos é identificada, em menor ou maior grau. Esta aderência, por sua vez, como foi constatada nas análises, apresenta uma série de variantes por meio das quais é possível compreender de forma mais clara, o complexo processo de construção da significação do texto chárigo. Esta observação nos levou à classificação dos dois grupos distintos de intertextos denominados: os intertextos do próprio jornal, do qual fazem parte os *intertextos da primeira página*; *intertextos dos cadernos internos e intertextos visuais*, e os intertextos situados fora do jornal, os quais chamamos de *intertextos de estereótipos personificados e intertextos de memória social e coletiva*.

Por meio destes, chegamos a algumas observações que parecem responder satisfatoriamente ao problema da pesquisa à medida que apontam as diversas maneiras e estratégias intertextuais presentes no processo de construção do texto chárigo na imprensa paraibana e a importância desse fenômeno para a compreensão dessa modalidade textual. A análise feita a partir desta classificação nos forneceu subsídios importantes para uma visão mais clara do processo dinâmico de construção da significação da charge jornalística.

No que diz respeito às relações intertextuais com os intertextos do próprio jornal, pudemos perceber a predominância da “intertextualidade em sentido restrito” que de acordo com Koch (1997, p. 48), diz respeito à relação que um texto mantém com outros textos previamente existentes, independentemente do nível de estruturação textual. Neste contexto, percebemos que a maioria dos casos averiguados se enquadrava no que esta autora classifica como “intertextualidade implícita”, que responde à incorporação do intertexto no texto de maneira subliminar, sem qualquer menção. Trata-se de uma estratégia em que o chargista se apropria do intertexto com o objetivo de seguir duas orientações argumentativas distintas, ou seja, a favor ou contrária deste. Equivale ao que esta mesma autora denomina de intertextualidade “das semelhanças x das diferenças”. Neste sentido, foi percebido que a grande maioria das charges apontou para esta última, revelando uma predominância da prática do modo de imitação através da “subversão”, conforme classifica Maingueneau (2004, p. 173), através do qual o chargista assinala de maneira subversiva, a sua opinião mediante determinado fato ou personagem que geralmente é ridicularizado através da sátira.

Tais estratégias intertextuais foram mais bem discutidas e escritas no segundo momento de análise deste trabalho, desenvolvido em torno do *corpus* restrito constituído por 17 charges, consideradas como exemplares. Através destas, descrevemos as diferentes formas através das quais as relações intertextuais foram estabelecidas, algumas delas, por exemplo, por meio da presença literal do intertexto na própria charge, a exemplo dos intertextos dos cadernos internos, e outras que, ao contrário desta, exigia inferências mais complexas por parte do enunciatório. Dentre esses fatores de complexidade está o fato de que, boa parte dos intertextos encontra-se inserida nos próprios jornais em que as charges são veiculadas, porém nem sempre na mesma edição e data de publicação.

Esta diversidade cronológica entre os textos chárgicos e os outros textos com os quais são mantidas as relações intertextuais representa um dado importante, uma vez que aponta para determinadas particularidades desta prática que envolve, de um lado, os enunciadores dos textos chárgicos, e de outro, os enunciatórios que muitas vezes são obrigados a recuperarem informações passadas para, desta maneira, se apropriar plenamente das múltiplas camadas de significação dos textos chárgicos. Esta diversidade temporal parece estar atrelada, em muitos casos, ao tipo de fonte ao qual os chargista recorrem para extrair os dados que servirão para a produção das charges. Neste sentido, é importante ressaltar que, boa parte das vezes, os noticiários televisivos

e sites noticiosos são as fontes de inspiração para estes profissionais que, devido aos ossos do ofício, precisam se manter bem informados ao máximo possível. Dentro deste aspecto, os noticiários televisivos guardam características valiosas para eles, tendo em vista tratar-se de veículo de grande alcance popular, fator este que contribui para a construção referencial dos textos chárgicos<sup>43</sup>.

Estes fatores, por sua vez, nos levaram a algumas constatações importantes no tocante às diferentes formas de processamento da intertextualidade. Dentre elas está a de que, além de evidenciar o intertexto como um componente decisivo das condições de produção de sentido, a intertextualidade se processa dialogicamente e de maneira responsiva, responsabilizando-se tanto pela construção do texto chárgico como pela sua leitura interpretativa e que para isto, faz-se necessário uma interação efetiva entre enunciador e enunciatário. Para isto, os chargistas utilizam-se de alguns procedimentos que visam facilitar este vínculo mais facilmente, a exemplo da escolha do fato ou tema enfocado na charge que, como vimos, faz alusão em sua maioria a algo já repercutido na grande mídia e, portanto, compartilhado pela coletividade.

Este fator, por sua vez, aponta para outra característica marcante referente ao processo de construção da intertextualidade. Referimo-nos ao fato de que este perpassa não apenas pelo compartilhamento do conteúdo enfocado, mas também das fontes de informação utilizadas por um e outro sujeito deste processo enunciativo. No tocante aos intertextos situados fora do jornal, esta construção torna-se ainda mais complexa tendo em vista que vai além destas fontes específicas e concretas, valendo-se, neste caso, da memória discursiva e coletiva, como denomina Koch (1997, p. 49). Neste sentido, a intertextualidade é processada a partir de um conjunto de elementos referenciais ativados por meio da memória discursiva do enunciatário de quem, nestes casos, se exige uma habilidade de natureza dialógica ainda maior para a compreensão dos diversos significados sugeridos.

Este processo nos proporcionou uma visão ainda mais precisa acerca da manifestação polifônica no texto chárgico, colocando-nos mais próximos da “intertextualidade interna”, de que nos fala Barros (2003, p. 4), ao se referir às diversas

---

<sup>43</sup> Trata-se de uma prática também constatada no nosso trabalho anterior sobre as categorias do humor gráfico (BRITO, 2002), no qual ouvimos diversos chargistas acerca do processo de criação da charge. Neste aspecto, todos foram unânimes em ressaltar que recorrem aos telejornais como forma de inspiração para a produção dos textos chárgicos, sobretudo quando há um acontecimento de grande repercussão em desdobramento na mídia, como foi o caso do escândalo político a que nos referimos neste trabalho. Contudo, é importante ressaltar que, além dos noticiários televisivos, os chargistas também recorrem a outras fontes, como sites de notícias e a leitura diária de diversos jornais, incluindo os de circulação nacional.

vozes que falam e polemizam no texto, nele reproduzindo o diálogo com outros textos. Esta dinâmica, como foi observada, é perceptível através do jogo de transferência de vozes e idéias que envolvem o enunciador, que neste caso é o próprio chargista, e o locutor, papel assumido pelos personagens, através dos quais o primeiro age de maneira “afastada”, estratégia esta mais perceptível nos casos do emprego da ironia, presente em boa parte das charges analisadas.

As diferentes estratégias enunciativas identificadas nas análises possibilitaram-nos, por fim, enxergar com maior clareza o complexo processo de produção de significação da charge jornalística que, como constatamos, tem na intertextualidade um de seus principais meios de construção e interpretação de sentido. É importante frisarmos que este fenômeno é constituído por meio do conjunto de elementos significantes do qual fazem parte: os fatores contextuais, a metáfora, a paródia e a ironia, que, conforme foi constatado, equivale a um recurso de natureza polifônica muito comum em boa parte das charges analisadas, através do qual, o enunciador exprime o seu ponto de vista de maneira contrária e “absurda”.

Neste sentido, percebemos que interpretar e compreender um texto é estar em contato com os vários outros textos a que este se refere, em menor ou maior grau, seja de maneira direta e transparente, ou indireta e implícita. Isto implica, por sua vez, na existência de leitores conscientes e aptos a lidar com tal fenômeno, que envolve habilidades não apenas lingüísticas e semióticas, mas também socioculturais. Afinal, é nisto que consiste a operação de significação de todo texto. Em se tratando do texto chárstico, tais habilidades parecem se tornar algo ainda mais importantes sem as quais, tomando como pressuposto a noção dialógica bakhtiniana que vincula o significado do texto ao intertexto, arriscamos dizer não há enunciação. Mesmo porque, como ressalta Bakhtin (2003, p. 300), a compreensão é essencialmente dialógica.

Por fim, reconhecemos os claros limites desta pesquisa que se constitui em apenas mais uma contribuição para os estudos em torno do complexo processo de produção de significação por meio da intertextualidade que, conforme Allen (2000, p. 7) é e continuará sendo “[...] um eficaz elemento para a compreensão da literatura e cultura em geral”. É baseada nesta consideração que finalizamos este trabalho cuja pretensão intelectual é a de alargar um pouco mais os caminhos para uma melhor compreensão desta complexa modalidade textual multifacetada que é a charge jornalística.

## REFERÊNCIAS

- ALLEN, Graham. **Intertextuality**. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2000.
- AGUIAR, Vera Teixeira de. **O verbal e o não verbal**. São Paulo: UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_; BORDINI, Maria da Flória. **Literatura: a formação do leitor – alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Míriam L. Moreira (orgs). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. 3.ed. Bela. Campinas: Papyrus, 1998. p. 75 - 112.
- ARAÚJO, Fátima. **Historia e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1983.
- ASSIS, Diego. **Humor passado a limpo**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de agosto de 2004. Caderno Folha Ilustrada, p.1.
- A BÍBLIA em Cd-rom. São Paulo: Bertolini Informática, 2000.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica – história da imprensa brasileira**. 4. ed. rev. e ampl. vol.1. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade: Em torno de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- BAVER, Martin W.; GASKELL, George (ed). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENSE, Max. **Pequena estética**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- BÉRGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução á análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1991.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. (org). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: UNICAMP, 1997.

BRITO, Rosildo Raimundo de. **Fred em três tempos**: o chargista diário, o cartunista premiado e o produtor de livros. 2002, 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Comunicação Educacional) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, 2002.

BRITO, Rosildo Raimundo de. Charge: a imagem da identidade nacional. In: **I Seminário da Mídia Regional**, 2005. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

CAGNIN, Antonio Luiz. **Os quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.

CASTRO, Maria Lília Dias de. A dialogia e os efeitos de sentido irônicos. In: BRAIT, Beth (org). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: UNICAMP, 1997.

COELHO, Eduardo Prado. **Os universos da crítica**. Lisboa: Edições 70, 1987.

CORRÊA, Manonel Luiz Gonçalves. **Linguagem e Comunicação**. São Paulo: Parábola, 2002.

COVALESKI, Roberto. **Cinema e publicidade televisual**: interfaces comunicacionais. Disponível em <<http://www.utp.br/Proppe/relDissertacoes.asp?codcurso=156>>. Acesso em: 14 abr 2004.

COMUNIDADE virtual do SESC São Paulo. 2004. Atualizado em 20 de março de 2003. Apresenta obras, artigos sobre literatura, trabalhos científicos, agenda cultural. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/convivencia/oficina/livrovivo>>. Acesso em: 10 nov. 2004.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística & diálogo** – as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba/PR: Criar Edições, 2003.

FÁVERO, Leonor. Paródia e dialogismo. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**: em torno de Bakhtin.. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística Textual**. São Paulo: Cortez, 1998.

FAIRCLOUGH, Normain. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**: em torno de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GENETTE, Gérard. Palimpsesto – la littérature au second degré. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

GUIMARAES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987

JAKOBSON, Roman. **Linguagem e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1996.

KRISTEVA Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KOCH, Ingedore G. Villlaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 2 ed – São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Introdução à lingüística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LANGE, Talvani. **O humor na publicidade comparativa**. 1998. 106 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). UMESP, São Paulo. 1998. Disponível em: <http://www.ufrgs/infotec/teses97-99/langue-umesp98.htm>. Acesso em: 14 abr. 2005.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais. Porto Alegre: Artmed/Ed UFMG.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (coleção Leitura e Crítica).

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, Maria Helena. Palavra e imagem: um diálogo, uma provocação. In: MARTINS, Maria Helena (org). **Questões de linguagem muito além do português**. São Paulo: Contexto, 1991.

MACHADO, Ida Lúcia. A metáfora irônica dos cartuns. In: PAIVA, Vera Lúcia de Oliveira (org.). **Metáfora do cotidiano**. Belo Horizonte: Editora do Autor, 1998.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3 ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MIANI, R. A. Charge: uma prática discursiva e ideológica. Anais do XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande/MS. Intercom, setembro 2001. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np16/NP16MIANI.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2004.

NERY, Laura. Charge: cartilha do mundo imediato. Revista **SemeaR**. Rio de Janeiro, PUC, v.12, n.7, nov. 2001. Disponível em <[http://www.letras.puc.rio.br/catedra/revista/7Sem\\_10html](http://www.letras.puc.rio.br/catedra/revista/7Sem_10html)>. Acesso em: 8 out. 2005.

NOGUEIRA, Andréa de Araújo. A charge, função social e paradigma cultural. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., 2003, Belo Horizonte. Anais do 26º Intercom. São Paulo. Disponível em:<[http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003\\_NP16\\_nogueira.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003_NP16_nogueira.pdf)>. Acesso em: 8 abr. 2004.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RETROSPECTIVA, o ano em que.... **Veja**, São Paulo, Abril, ed.1 937, ano 38, n.52, p.71-85, 28 dez. 2005.

ROMUALDO, Carlos Edson. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia**. Maringá: Eduem, 2000.

SAMAIN, Etienne. Questões heurísticas em torno do uso das imagens nas ciências sociais. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Míriam L. Moreira (orgs). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. 3.ed. Bela. Campinas: Papyrus, 1998. p. 51 - 62.

SÁ, Xico. **Historias do riso e do escárnio**. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de junho de 2003. Caderno Folha Dirigida, p.3.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **A teoria geral dos signos – como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

\_\_\_\_\_; NÖTH, Winfried. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SILVA, Rafael Souza. Caricatura. In: MELO, José Marques de (org). **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.



SILVA, Custódio Luiz. **Imprensa e desenvolvimento na Paraíba**. 1990. 198 f. (Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação – área de concentração Jornalismo e Editoração) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1990.

SILVEIRA, Jane Ria Caetano da. A imagem: interpretação e comunicação. **Linguagem em discurso**. Santa Catarina, v 5, número especial, 2005.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Ciberlegenda**. Rio de Janeiro, v 11, n.6, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. **Cadernos Avulsos**. Rio de Janeiro, n. 38, FCRB, 2001.  
Disponível em <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/luiz\\_sodre/historia\\_charge.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/luiz_sodre/historia_charge.pdf)>.  
Acesso em: out. 2005.

VEJA abriu a caixa-preta (e o caixa dois). **Veja**, São Paulo, Dezembro, ed. 1937, ano 38, n.52 , p. 88-90, 28 dez. 2005.